UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LAURA CARRASQUEIRA BECHARA

O que (não) se esquece?

Uma leitura psicanalítica do ressentimento

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LAURA CARRASQUEIRA BECHARA

O que (não) se esquece?

Uma leitura psicanalítica do ressentimento

(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profa. Maria Livia Tourinho Moretto

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carrasqueira Bechara, Laura
O que (não) se esquece? Uma leitura psicanalítica do ressentimento / Laura Carrasqueira Bechara; orientadora Maria Livia Tourinho Moretto. -- São Paulo, 2019.
142 f.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Ressentimento. 2. Psicanálise. 3. Clínica psicanalítica. 4. Sujeito do inconsciente. I. Tourinho Moretto, Maria Livia, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Laura Carrasqueira Bechara

Título: O que (não) se esquece? Uma leitura psicanalítica do ressentimento

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Primeiro, vieram eles. Agradeço todos os dias pelo desejo, pelo amor e por todos os afetos que transbordam do Pai e da Mãe. Obrigada pelo tesouro de significantes a mim apresentados, cheios de beleza, esperança e força. Todos os pais são educadores e, para minha sorte, nasci de dois educadores anteriores ao meu nascimento. Obrigada pela transmissão de que não há nada mais prazeroso do que a pesquisa compartilhada.

À Marina e ao Etelvino, meus pais. Obrigada por escreverem meu corpo, para que um dia eu pudesse escrever.

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Maria Livia Tourinho Moretto, pela aposta em meu desejo de realizar esse percurso de pesquisa, por sua orientação próxima e segura, condição para a pavimentação dessa estrada. É um privilégio ter você como professora, supervisora e orientadora em minha formação. Obrigada por cada ensino e transmissão, cheios de desejo e entusiasmo, decisivos em minha prática. Seu estilo alcança e faz diferença!

À CAPES, pelo auxílio e investimento nesta pesquisa.

Às bancas. Ao Prof. Ivan Estevão, pela contribuição rigorosa e generosa, crucial para a continuidade da pesquisa. Ao Prof. Vinícius Darriba, pela leitura atenta e cuidadosa. À Prof^ª. Leda Bernardino e ao Prof. Niraldo de Oliveira Santos, por terem aceitado participar da defesa. O percurso clínico e de pesquisa de cada um é valioso e inspirador!

Ao grupo de orientação e ao LabPSI. À Daniela Ferraz, parceira de clínica e de pesquisa. Sua presença está marcada neste trabalho. À Patrícia Leite, companheira desde o início. Sua pesquisa-prática é admirável! Ao Cláudio Akimoto Jr., pelas provocações que mobilizam. Aos queridos Gustavo Ramos, Wilian Fender, Mayra Xavier, Julia Catani, Isabela Ledo, Eliane Costa Dias, Lara Mundim, Marcus Vinicius Netto, Thais Pereira, Luciana Chagas, Marina Lavrador, Paula Maia e Layla, fundamentais para a construção deste texto.

Ao Instituto de Psicologia, aos mestres que marcaram minha graduação – Professores Maria Livia Moretto, Christian Dunker, Miriam Debieux Rosa, Gilberto Safra, Ana Beatriz Coutinho, Paula Fonseca, Fernanda Áreas Peixoto, Maria Isabel Leme, Vladimir Safatle, Ana Maria Loffredo, Helena Bicalho e todos os outros educadores comprometidos com sua transmissão e com o ensino público. Aos funcionários do IP, que tanto nos ajudam!

Ao Colégio Santa Cruz e seus projetos, pelo tempo e espaço preferidos de minha vida! Pelos mestres incríveis com quem tive oportunidade de aprender e construir, em especial à Thaís Toshimitsu, que transmite como ninguém seu desejo de saber.

Ao Trapézio, por abrir portas para esse caminho que escolho perseguir. À Flávia Vasconcellos e à Bel Ferreira, que sustentam em ato a Psicanálise como política.

Ao Lugar de Vida, pelas inúmeras contribuições à minha formação, pela oportunidade de fazer parte de uma equipe incansável. Cristina Kupfer, Cristina Keiko, Maria Eugênia, Ana Paula, Mariana, Fábio e Marina, continuemos!

Às supervisões. À Maria Livia: sua precisão é a única engenharia que espero um dia poder praticar. À Miriam Debieux Rosa, por ressaltar a dimensão significativa, sem que a narrativa se perdesse. À Ana Bia Coutinho, pela escuta generosa e rigorosa, pelo contorno para que a angústia frente ao mestrado se transformasse na autorização de *uma* leitura psicanalítica. À Flávia Vasconcellos, referência da responsabilidade que o psicanalisar implica.

À Maria Cristina Kupfer, mestra e supervisora. Escutá-la é dos tempos mais valiosos, cruciais (e divertidos!) para minha formação.

À Leda Bernardino, que, em diferentes dispositivos, produz conhecimento e saber, de maneira descomplicada, autêntica e cria condições para a autorização de minha prática.

À Anna Carolina Lementy, que me ajudou de maneira fundamental com sua leitura – precisa – deste texto. A escrita deste trabalho não seria a mesma sem sua generosa interlocução.

Às análises. À Susana Muszkat, que, aos meus nove anos, deu condições para uma primeira separação. À Beatriz Pacheco da Motta Tupinambá, que testemunhou o costurar e descosturar de minha história, dez anos que não se contam com as horas e que puderam se encerrar com a elaboração do projeto deste mestrado. À Renata Petri, pelas condições criadas para deixar *o passado passar*, caminhos trilhados que atravessam todo tempo minha escrita-elaboração. Pela escuta-i-ato que transmite, é formativa e libertadora!

Aos pacientes, por me confiarem a escuta de cada sujeito que emerge em uma análise. Este trabalho não seria possível sem isso.

À Marina, por ser Mãe. Pelo amor incondicional. Por provar que não há nada mais importante que as palavras e, por isso, me apresentar à Psicanálise.

Ao Etelvino, por ser Pai. Não há palavras suficientes que descrevam minha admiração por você. Ser filha de um pesquisador-educador-cientista-bioquímico é a maior aprendizagem que eu poderia ter.

Aos meus três irmãos. André, sua história é fonte de coragem. Guilherme, por me mostrar desde o princípio que a amizade é o maior bem que podemos ter. Aninha, irmã-cunhada querida. Fernando, pelo grande carinho. Aos meus sobrinhos, Lautaro, Matias, Cecília, Orion, Valentina e Bárbara. Que o mundo possa ser bom com vocês.

À família Carrasqueira pela música, arte e literatura. À tia-madrinha Zezé, por apostar em minha força. Ao tio Toninho, pela música que acalma! Ao Daniel e à Vivian, pela alegria.

À família Ng Canova, crucial à minha constituição. À Meilin, por seu jeito meigo que sempre me acolheu e à Maíra, pelo carinho e confiança. À Família Rossetti, por se tornar família da minha. À Olga, pela insistência na juventude que eu, às vezes, deixo de lado. À família Val Diniz, em especial à Luiza, por me ensinar que menos pode ser mais potente do que mais. Às famílias Oguiura Camargo, Sinicco Belinky, Baddini Caramelli, Scott Camargo e Fernandes. À família de Francesco, que tanto adoro. Obrigada por serem presentes!

À Vivian, por ser base a todo tempo. À Isabella, pela lealdade a nossas construções. À Lela, por me acolher pelo que (não) sou. À Luciana, por mostrar que as fronteiras que importam são as de dentro. À Duda, por tornar a vida sem tempo, em tempo com vida. À Dani Nuss, pelas confidências. Ao Gustavo, por colocar em todo concreto o mais lindo dançar. À Tati, pelo colorido. Ao Luiz Pires, pela grande amizade. Ao Daniel Pacífico, pela parceria. À Lelê e à Tamara, pelo sorriso. À Camila, pelo cuidado. À Vic Z., pelas risadas. À Nina, pelo afeto.

À Luiza Siqueira, por me fincar na terra quando eu voava sem pousar. Minha escrita sempre guardará a marca de sua aposta. À Stephanie, por insistir nos mais diversos sentidos. À Renata, pelos ditos marcantes. À Heloísa, pela delicadeza de ser. À Giulia, por ser presente para o mundo e para mim. Ao Lucas Palma, por ressaltar a Psicanálise na graduação.

Aos companheiros de mestrado. Ao Enzo, amigo querido que me inspira em sua implicação, à Rita, pela leveza, à Isis, pela determinação e à Gabriela, pela generosidade.

À Fernanda Capuano, por estar sempre comigo. À Natalie Mas, preciosa no meu percurso-aposta clínica. À Gabriela Berna, por acreditar. À Roberta, pelo familiar. Ao Gustavo Ramos, pois sua inteligência é uma viagem cheia de poesia. Ao João Pedro Padula: você vai longe! Ao João Domiciano, pelas conversas. Ao Matheus Toledo, pela sinceridade sem igual.

À Marina Lavrador, presente que levarei comigo para além, obrigada por me lembrar a todo instante o que é não-todo.

À Barbara Carro, pela parceria de alma e paixão pela escrita. Obrigada por me ler quando eu mesma já desconheço as palavras.

Ao Alfredo. Para você, guardo minhas palavras com voz, meu agradecer se refere ao tempo. Aprendi que o afeto engana, mas o silêncio que você me produziu é a maior riqueza que posso carregar.

*Fora da memória tem
Uma recompensa
Um presente pra você
Você que não pensa
No que foi, no que será
No que foi, no que viria*

*Fora da memória tem
Uma regalia
Para quando você acordar todo dia
Fora da memória tem
Uma fantasia
Para você recordar todo dia*

*De esquecer
De esquecer
De esquecer, iê
De esquecer
De esquecer
De esquecer, iê*

(Antunes, Brown, Monte, Baby & Serrinha, 2017)

RESUMO

Bechara, L.C. (2019). *O que (não) se esquece? Uma leitura psicanalítica do ressentimento*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa tem como objetivo construir hipóteses teóricas e clínicas acerca do ressentimento, a partir de uma leitura psicanalítica. Observamos que, apesar da frequência com que o tema do ressentimento aparece em discussões clínicas na atualidade, o termo ainda parece marginalizado no arcabouço teórico de pesquisa em psicanálise, possivelmente porque não tem estatuto de noção nem de conceito dentro desse campo. Diante disso, perguntamos: de que maneira o ressentimento se apresenta na clínica psicanalítica? Quais operadores nos embasam quando nos deparamos com o ressentimento via narrativa ou no discurso de um sujeito na clínica? De que forma o estudo sobre o sujeito do inconsciente se articula ao ressentimento? Uma vez que nosso objeto de investigação não é parte da teoria psicanalítica, expomos de que maneira alguns dos principais pensadores e filósofos o abordam pela via do homem, da sociedade, da moral, da justiça e da vingança. Em seguida, situamos os conceitos que pesquisadores de nossa área elegem para situar o ressentimento enquanto fenômeno que interessa à psicanálise. A partir dessa revisão teórica, construímos nossa própria leitura psicanalítica. Um caso clínico disparador é apresentado de forma a fazer pulsar novos questionamentos, que remetem à teoria da constituição subjetiva, para, posteriormente, situar de que forma o ressentimento afeta o sujeito e qual sua relação com as operações lógicas do psiquismo. Apresentamos um trabalho interpretativo da obra “Dom Casmurro”, que permite eleger o protagonista como caso paradigmático do ressentido. Concluímos nossa hipótese com uma explanação, entre outras possíveis, do que pode um psicanalista diante do ressentimento. Levantou-se como resultado dessa pesquisa duas principais hipóteses: o ressentimento enquanto estratégia frente ao desejo do Outro e o ressentir como modalidade de gozo. Espera-se que a proposta de leitura acerca do ressentimento, do ressentir e do ressentido possa contribuir para o reconhecimento dessa perspectiva e, assim, inspirar intervenções e descobertas – sempre únicas – no campo da clínica psicanalítica, em casos em que o ressentimento é marcante.

Palavras-chave: Ressentimento. Psicanálise. Clínica psicanalítica. Sujeito do inconsciente.

ABSTRACT

Bechara, L.C. (2019). *What is (not) forgotten? A psychoanalytic interpretation of resentment*. (Master's Degree Dissertation). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The aim of this work is to propose theoretical and clinical hypotheses on resentment, based on a psychoanalytic reading. We note that despite the frequency with which the subject of resentment appears in clinical discussions today, the term seems to be relegated to the sidelines of the theoretical framework of research in psychoanalysis, possibly because it has no notion or concept status within this field. In view of this, we ask: in what way does resentment present itself in psychoanalytic clinics? Which operators support us when we come across resentment via narrative or in the discourse of a subject in the clinic? How does the study of the subject of the unconscious articulate to resentment? Since our object of inquiry is not part of psychoanalytic theory, we show how some of the leading philosophers and thinkers approach it via man, society, morality, justice, and revenge. Next, we locate the concepts chosen by researchers in our field with which to identify resentment as a phenomenon of interest to psychoanalysis. Based on this theoretical review, we have built our own psychoanalytic reading. A triggering clinical case is presented in order to bring about new questions which refer to the theory of the subjective constitution, and then to identify how resentment affects the subject and how it relates to the logical operations of the psyche. We present an interpretation of the novel “Dom Casmurro”, allowing us to designate the leading character as an emblematic case of someone who feels resentment. We conclude with an explanation – one of several possible ones – of what a psychoanalyst can do when faced with resentment. Two main hypotheses arose from this research: resentment as a strategy against the desire of the Other and resentment as a mode of jouissance. We hope the proposed reading of resentment, resenting and the one who resents may contribute to the recognition of this view and thus inspire unique interventions and discoveries in the field of psychoanalytic clinic, in cases where resentment is strongly present.

Keywords: Resentment. Psychoanalysis. Psychoanalytic Clinic. Subject of the unconscious.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquemas da Alienação e da Separação.....	78
Figura 2: Esquema do Re(s)sentimento.....	86

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	14
JUSTIFICATIVA	19
OBJETIVO	25
MÉTODO	25
1. RESENTIMENTO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
1.1. UM BREVE PERCURSO DO TERMO RESENTIMENTO NA FILOSOFIA	28
1.2. FRONTEIRAS ENTRE NIETZSCHE E FREUD	33
1.3. A CONSTRUÇÃO DO RESENTIMENTO COMO OBJETO DE PESQUISA EM PSICANÁLISE	37
2. UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO RESENTIMENTO	39
2.1. A COLAGEM DO SIGNIFICANTE AO AFETO	40
2.2. AMOR, ÓDIO E RESENTIMENTO	47
2.3. NARCISISMO E LUTO	53
3. UM CASO CLÍNICO DISPARADOR	58
4. O RESENTIDO	63
4.1. AS OPERAÇÕES LÓGICAS DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	64
4.1.1. <i>Os TEMPOS NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA</i>	65
4.1.2. <i>O SURGIMENTO DO SUJEITO PULSIONAL: PARA ALÉM DA NECESSIDADE</i>	68
4.1.3. <i>Os CAMPOS DO SUJEITO E DO OUTRO: ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO</i>	77
4.1.4. <i>POSIÇÃO EM RELAÇÃO À DEMANDA E AO DESEJO</i>	83
4.1.5. <i>Os TEMPOS DO COMPLEXO DE ÉDIPO</i>	90
4.1.6. <i>DA RESTITUIÇÃO DA FANTASIA À FANTASIA DE RESTITUIÇÃO</i>	97
5. DOM CASMURRO: UM CASO PARADIGMÁTICO SOBRE O RESENTIDO	104
5.1. A LITERATURA COMO CAMPO DE PESQUISA PSICANALÍTICA SOBRE O RESENTIMENTO	104
5.2. INTRODUÇÃO À OBRA “DOM CASMURRO”	107
5.3. A ESCRITA DE DOM CASMURRO	111
5.4. UMA HIPÓTESE: O RESENTIDO E A NEUROSE OBSESSIVA	117
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE PODE UM PSICANALISTA DIANTE DO RESENTIMENTO?	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

APRESENTAÇÃO

Este trabalho funciona, desde o princípio, a partir da elaboração de perguntas catalisadas durante o percurso de minha própria análise, algo percebido somente ao final do mestrado. A clareza na escolha do tema que gostaria de perseguir não foi acompanhada, no entanto, de uma certeza inabalável acerca de sua relevância para o Outro da academia, ou seja, aquele que lê. *A posteriori*, percebi que, justamente por ser eu a autora, este trabalho não poderia acontecer fora da universidade: um lugar de valor inestimável para a abertura de **novos** sentidos. No meu caso, um novo sentido para o **ressentido**.

Vamos ao começo. Em 2013, no segundo ano da graduação, escutei na disciplina “Epistemologia das Ciências Humanas”, ministrada por Vladimir Safatle, o termo **ressentimento**. As noções de história, memória e sofrimento, balizas do conteúdo escolhido para ser trabalhado nas aulas, levaram o professor a comentar sobre o livro de Maria Rita Kehl (2011) acerca do assunto – comentário espontâneo que não está registrado nas transcrições das aulas, que podem ser verificadas em nossas referências bibliográficas.

Imediatamente, lembrei-me de outra mestre importante em meu percurso, minha professora de Literatura à época do colégio. Thaís Toshimitsu ensinou e transmitiu, em meu segundo ano do Ensino Médio, a partir da obra machadiana “Dom Casmurro”, a potência da boa literatura – que hoje penso contribuir para minha prática do método psicanalítico. Marcada por essa leitura nos anos seguintes, decidi que, em um estudo de caso, em dado momento da graduação, abordaria o personagem Dom Casmurro e sua relação com o ressentimento.

A primeira experiência de pesquisa significou, para mim, um mergulho na obra já citada de Machado de Assis e na de Maria Rita Kehl, “Ressentimento”. Para além disso, o tema tomava minha análise – sonhava com Bentinho e Dom Casmurro, mas minha analista insistia em perguntar o que aquilo dizia sobre mim.

Após a conclusão do trabalho, não escutei o termo por um longo tempo. Porém, de modo inesperado – inconsciente –, escolhi realizar uma iniciação científica fora da pesquisa psicanalítica. O título escolhido por mim e por minha orientadora, a Prof.^a Maria Isabel Leme, foi: “Um Estudo Exploratório Sobre o Papel do Perdão nos Conflitos Interpessoais de Pré-Adolescentes”.

No quarto ano da graduação, junto à Prof.^a Maria Livia Moretto, que ministrava a disciplina “Atendimento Clínico”, pude retomar minha pesquisa sobre o ressentimento em psicanálise. Durante uma supervisão, Maria Livia comentou acerca de uma paciente “bastante

ressentida”. Meus olhos se arregalaram – para mim, o termo era muito mais presente no senso comum do que na Universidade. contei, então, sobre minha curiosidade pelo assunto. Maria Livia, certaíra, afirmou “o tema dá um mestrado”. Ao questionar outros professores, entre eles a Prof.^a Ana Maria Loffredo, descobri que o ressentimento era pouco trabalhado na própria psicanálise. Não estava presente, por exemplo, nos textos freudianos, fundadores dessa prática e teoria.

Acompanhamos, ao longo de meses, o caso dessa paciente, de difícil implicação subjetiva, apesar de ela marcar presença – não faltava às sessões – e produzir longas narrativas. Foi o caso que exigiu mais tempo de supervisão naquele semestre. No mesmo ano, participei de outra disciplina, “As Estruturas Clínicas e o Diagnóstico Diferencial em Psicanálise”, também ministrada por Maria Livia, onde pude relacionar o ressentimento às estruturas clínicas, mais especificamente sua articulação com a neurose obsessiva. Por fim, no último ano do curso de Psicologia, estruturei um projeto de pesquisa que examinava a relação entre o ressentimento, a psicanálise e a contemporaneidade.

Em 2017, concluindo a graduação, fui aprovada no mestrado. Pelo fato de o ressentimento não se tratar de um conceito ou de uma noção psicanalítica, retomei os saberes filosóficos sobre o termo em Nietzsche, assisti a vídeo-aulas e me debrucei sobre o livro de Paul-Laurent Assoun, que aproxima o filósofo de Freud. Esse primeiro reconhecimento consiste no capítulo um da dissertação, “Ressentimento: Fundamentação Teórica”. O movimento inicial demonstrou que a psicanálise teria como contribuir para o fenômeno estudado sob a perspectiva do homem, da moral, da justiça, entre outros suportes teóricos. Do ressentimento construído na filosofia podíamos formular um objeto de pesquisa em psicanálise – objeto que tem como premissa sua articulação com o sujeito do inconsciente.

A dúvida que se instalou a partir de então foi: como abraçar uma temática de relevância evidente, no que tange à cultura e à política, a partir do inconsciente? Buscar aprofundar a teoria da constituição subjetiva iluminou o caminho. Segundo a ética da psicanálise freudolaciana, não há sujeito sem o Outro. Tal dado enfraquece dicotomias como indivíduo *versus* sociedade, homem do ressentimento *versus* ressentimento na cultura.

O desafio a que me lancei anunciou que, anteriormente a uma novidade que se propõe, é preciso retornar muitas vezes ao que já estava construído. Assim, em vez de me voltar a estudos contemporâneos, a propostas sobre o sujeito da contemporaneidade, era preciso ter clareza quanto a de que se trata o sujeito – sem qualidades – da psicanálise.

Diante de uma familiaridade maior com o tema e com alguns textos psicanalíticos fundamentais, dei início ao que seria “Uma Leitura Psicanalítica do Ressentimento”. Durante

o percurso de pesquisa, autorizei-me a ler o ressentimento através de lentes metodológicas e de operadores teóricos de nosso campo. Escolhi lentes subjetivas. A produção, que se apresentava mais extensa, correspondeu ao texto de qualificação examinado pela banca formada pelos professores Ivan Estêvão e Vinícius Darriba, que trouxeram importantes questionamentos e caminhos que poderiam se desenhar. Abracei-os com entusiasmo.

Nesse primeiro momento, a literatura trouxe muitas contribuições. Tive acesso ao ressentimento que não era descrito por acadêmicos, mas que pulsava nas relações entre os personagens. Estava ali um tesouro de expressões subjetivas que, posteriormente, auxiliaram no processo de distinção e de construção da especificidade do ressentimento que eu intentava formalizar. Por conta disso, foram suprimidas da dissertação algumas obras trabalhadas anteriormente, “Dois Irmãos” (2000) e “Desumanização” (2017), apesar de terem sido fundamentais durante o percurso. Por fim, no capítulo dois, a opção foi sustentar três vias principais: a colagem entre o significante e o afeto, a articulação entre o amor e o ódio e sua relação com o narcisismo e o luto.

Em seguida, escolheu-se transformar um caso clínico, já abordado na qualificação, em um disparador teórico-clínico. O que antes constava enquanto narrativa, em que a temática do ressentimento era elucidada, passou a servir de base para a hipótese da dissertação: o ressentimento pode funcionar como estratégia diante do desejo do Outro e apresentar uma modalidade de gozo. Assim, o tratamento do caso – interrompido durante o mestrado – construiu-se de outra maneira e suscitou mais perguntas ao longo da pesquisa. Essas questões se encaminharam, finalmente, para o capítulo quatro, “O Ressentido”. Produzimos o recorte que a pesquisadora almejava, pensado por algumas vias – uma posição, uma estratégia –, todas correspondentes aos efeitos do ressentimento no sujeito.

Selecionamos operadores que pareceram mais propensos a responder nossas perguntas. Primeiramente, foi realizada uma contextualização acerca dos tempos do psiquismo – algo relevante em nosso estudo –, do surgimento do sujeito pulsional, das operações de alienação e de separação, da posição do sujeito em relação ao desejo e à demanda, dos tempos do Édipo e, por fim, de uma hipótese privilegiada neste trabalho: de que o ressentido pode ser enquadrado em fantasias de restituição – por isso, a fixação a um passado idealizado.

Exposto nosso embasamento teórico, que esperamos que construa uma metapsicologia do sujeito afetado pelo ressentimento, seguimos ao capítulo cinco. Este apresenta nosso caso – literário – paradigmático, que amarra o processo de pesquisa. Nesse sentido, um novo trabalho é realizado a partir do texto de Machado de Assis e seu protagonista, que representa

aqui o lugar e a estratégia que abordamos. A insistência no texto produzido por um dos mais aclamados escritores brasileiros também serve à relação inerente do tema com a política – implicada na psicanálise. Os temerosos tempos que enfrentamos atualmente indicam os efeitos do ressentimento e do ressentido enquanto ameaça à democracia e à tolerância ao diferente.

Kehl (2004) já havia alertado, nos agradecimentos de seu livro: “O ressentimento não é um conceito da psicanálise. À exceção de Nietzsche na filosofia, tampouco em outras áreas existem autores que se dedicaram a esse assunto”. Ainda assim, nesse percurso de pesquisa parece claro que o ressentimento ultrapassa a dimensão puramente calcada no ego, pejorativa, do senso comum – algo que o ressentido deveria superar. Da mesma maneira, ler o ressentimento como entrave à implicação subjetiva de um sujeito em análise, sem investigar seus determinantes inconscientes, parece superficial. Uma leitura assim poderia acabar por denunciar uma possível culpabilização do ressentido, que escolheria, em nível consciente, não se implicar em seu desejo.

Junto ao mestrado, a continuidade do percurso clínico iniciado na graduação foi crucial para apurar a escuta do que, na pesquisa, era estudado. De analisanda à pesquisadora e analista em formação, o ressentimento persistiu como objeto e fenômeno. Alguns pacientes que passei a atender, casos recortados aqui como vinhetas clínicas, foram essenciais para desfazer e refazer as hipóteses acerca do ressentido.

Diante desses casos, o estudo do ressentimento contribuiu para um raciocínio diferencial sobre um sujeito que se vê diante da separação psíquica, simbólica, de um objeto do qual, imaginariamente, afirma já estar separado. Foi interessante pensar sobre o lugar do ressentimento em processos em que o luto é dificilmente elaborado e, ainda assim, não se trata de quadros melancólicos. Da mesma forma, coube situar um sujeito imerso na alienação ao Outro e que não corresponde, necessariamente, a um sujeito para quem a separação simbólica não operou. Outro ponto marcante é a proximidade do ressentimento ao amor e ao ódio, um entre que pode ser confundido e que, assim como engana o ressentido, pode também enganar aquele que ouve.

Ao mesmo tempo, por se tratar de um efeito que diz respeito à relação do sujeito com o Outro, importa abordar a transferência. Diante da demanda de reconhecimento do ressentido enquanto vítima ou injustiçado, cria-se a demanda de que o analista participe de uma volta ao passado conduzida pelo ressentido. A narrativa do ressentido, longa e, muitas vezes, cansativa é a maneira enroscada que ele encontra para proteger seu narcisismo. Tal esforço pode se

transformar quando, em uma análise, o desejo de analista puder operar e criar condições para que esse sujeito possa abdicar do lugar ao qual se identifica até então.

A dificuldade em realizar essa separação e algumas falas produzidas pelos pacientes no consultório, sob transferência, iluminaram que, se de um lado havia grande sofrimento diante da situação ressentida, algumas vezes traumática, havia também uma modalidade de gozo envolvida no ressentir. As diferenças quanto aos efeitos do ressentimento também se tornaram mais claras. Há distinção entre o ressentimento que comparece como afeto em uma sessão, por exemplo, e aquele que passa a definir o sujeito em relação ao Outro. Ou seja, existe distinção entre o que é da ordem do engano passageiro e do que seria uma estratégia psíquica capaz de cristalizar o sujeito no passado e na cena ressentida.

Em uma entrevista recente sobre a psicanálise e o neoliberalismo (Coelho, Smid e Ambra, 2017), Dunker expõe: “É possível tratar o ressentimento e temos dois recursos para fazê-lo, mas estão sendo completamente ignorados: primeiro a cultura e depois a política”. Diante disso, questionamos: se a psicanálise, desde Freud e com a contribuição de autores como Lacan, está sempre em interlocução com a cultura e sua prática se pretende política, como trataremos, no duplo sentido da palavra, o ressentimento apresentado pelo sujeito do desejo na clínica psicanalítica? Qual a leitura do psicanalista frente ao ressentimento?

Esta pesquisa não intenta dissociar o mal-estar apontado por Freud das narrativas de sofrimento, dos afetos e das modalidades de gozo. Ainda assim, elegemos um enfoque que privilegia a investigação do ressentimento enquanto fenômeno que serve ao Eu e ao sujeito, que interessa à clínica e que contribui para a leitura de um caso. A dificuldade em construir um recorte acerca do tema parece se justificar pela necessidade de, primeiramente, aproximar o termo da psicanálise. Longe de afirmar a necessidade de conceitualização do ressentimento dentro do campo psicanalítico, propomos uma leitura embasada na teoria freudolacanianiana que ilumine os operadores capazes de localizar a estratégia em jogo, importante ao destino do ressentimento em nossa prática.

Um passo rumo à construção de hipóteses teóricas e clínicas tem a função de ressaltar o trabalho inconsciente que opera no ressentimento. O que existe para além do que é da ordem do ego e manifesto, que, muitas vezes, sobressai nas descrições sobre o ressentimento? As definições da palavra, extremamente abrangentes, contam a história de um termo com característica signifiicante no contexto que abordaremos. Ou seja, o termo depende de outros termos, noções e conceitos, organizados em uma cadeia signifiicante, para formatar sua semântica. Vamos, assim, a outro começo!

INTRODUÇÃO

Apesar de figurar no glossário popular e constituir foco de pesquisas de acadêmicos das ciências humanas, é difícil delimitar e recortar o termo ressentimento, uma vez que este está situado em um largo espectro de significados. Possivelmente porque não faz parte de um arcabouço cultural, bibliográfico e teórico específico – como é o caso dos termos recalque ou pulsão, que provêm da teoria psicanalítica. Em diferentes idiomas, *ressentimento* designa um tipo de *ato*, *sentimentos* e até mesmo uma *lembrança* (Michaelis, 2017, Oxford American Dictionary and Thesaurus, 2009). Sua multiplicidade de significados ressoará ao longo deste trabalho, uma vez que veremos diferentes maneiras de caracterizá-lo, inclusive na clínica.

Nas bases de dados PsycINFO, PepSIC e PEPweb, o termo ressentimento e sua tradução para o inglês *resentment* aparecem em uma gama não muito extensa de artigos nos últimos 15 anos. São majoritariamente explorados como coadjuvantes e atrelados a outras expressões, tais como a inveja, a injustiça, a depressão, o racismo, o ódio, a vingança e o perdão. São raras as publicações que exploram a polissemia e a historiografia da palavra, de forma que, mesmo entre os trabalhos em que o ressentimento faz parte do título ou das palavras-chave, ele é sempre tomado em um de seus aspectos e aproximado de outro conceito mais reconhecido e definido, retirado dos campos da psicologia e da psicanálise.

No século XIX, o tema do ressentimento começa a ser explorado por Nietzsche, que o situava entre as críticas que construía acerca da cultura, da moral, da religião e da ciência de sua época. Para o filósofo, o ressentimento estaria relacionado à memória de caráter patológico: o ressentido é aquele que não consegue esquecer, é sua prisão ao passado que o caracteriza. Além disso, Nietzsche delineia o ressentimento traçando um paralelo entre os “fortes” e os “fracos” da sociedade, no qual o ressentido seria o fraco acusador, que faz uso de sua moral reativa e passiva para se qualificar como inocente.

Em *Genealogia da Moral*, Nietzsche (1887/2005) revela: “A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira ação, a dos atos, e que apenas através de uma vingança imaginária obtém reparação.” (p. 28). Justamente por seu caráter imaginário é que a vingança não se torna ato; ela é, na verdade, a justificativa que mantém ativa a queixa repetitiva do ressentido. Interessante que o termo “imaginária” nessa colocação de Nietzsche também é coerente com a ótica psicanalítica lacaniana sobre o caráter imaginário da vingança, como veremos posteriormente.

Outro filósofo que investiga o ressentimento é Max Scheler (1972, citado por Leitão, 2007), em “O Ressentimento e o Juízo Moral dos Valores”, publicado em 1912. O autor justifica o afeto por meio dos valores burgueses europeus dos séculos XIX e XX (Leitão, 2007). Enquanto Nietzsche estabelece uma relação entre o ressentimento e a moral cristã, Scheler argumenta que o ressentimento era próprio da moral burguesa. Scheler também explora os sintomas do ressentimento, incluindo o rancor, o desejo de vingança, a raiva, a maldade, o ciúmes, a inveja e a malícia (Kehl, 2011).

Enquanto, na filosofia, o ressentimento é estudado em interlocução com o contexto histórico e os valores morais e éticos da modernidade, é com a baliza psicanalítica freudiana que alguns pesquisadores da psicologia acessam esse fenômeno. Isso porque Freud não se deteve às formações e especificidades próprias do ressentimento nos quadros de sofrimento mental sobre os quais se debruçou (Kehl, 2011). Tampouco Lacan (1959-60/1988), que diz, brevemente, no Seminário 7, “A Ética da Psicanálise”: “ressentimento é uma noção psicológica” (p. 319). Dessa forma, inicia-se um campo de pesquisa, não muito explorado, sobre as relações entre o ressentimento e alguns conceitos psicanalíticos.

Kancyper (1994) trata o tema ressaltando seus aspectos clínicos e, a partir deles, o relaciona à “viscosidade”¹ da libido, ao narcisismo, à pulsão de morte e, ainda, constrói uma articulação entre o ressentimento e a relação entre pais e filhos. O autor também ressalta o caráter moral e vingativo enunciados no estudo filosófico sobre o tema e os explica enquanto produto da ameaça de perda da completude ou da perfeição narcísica. Explica: “surge como consequência da impossibilidade, por parte do sujeito, de assumir o desmoronamento da unidade espacial e temporal imaginária, sem fraturas.” (Kancyper, 1994, p. 13).

A articulação que Kancyper (1994) realiza entre o ressentimento, a temporalidade e a espacialidade retomam o conceito de memória, entendida por Nietzsche (1876/2003) como doença do homem moderno cuja “qualidade mais própria (...) seria a estranha oposição entre uma interioridade à qual não corresponde nenhuma exterioridade e uma exterioridade à qual não corresponde nenhuma interioridade.” (p. 33). Segundo essa leitura, o ressentido busca incessantemente em suas lembranças sua mítica unidade, expressa no homem moderno explorado por Nietzsche (1876/2003), que “arrasta consigo uma massa descomunal de pedras indigeríveis de saber que, então, como nos contos de fadas, podem ser ouvidas rolando ordenadamente no interior do corpo.” (p. 33).

¹ Entende-se por viscosidade uma qualidade da libido que diz respeito à maior ou menor capacidade dessa se fixar em um objeto ou fase e sua maior ou menor dificuldade em mudar suas catexias, uma vez produzidas. (Kancyper, 1994, p. 10)

O homem moderno, segundo Nietzsche (1876/2003), parece ter relação com a dupla interpretação da modernidade, que combina “as patologias da razão a partir da antropologia filosófica – de Montaigne a Rousseau – e da filosofia da história, de Hobbes a Hegel.” (Dunker, 2015a, p. 273). Essas relações interessam por falar sobre a característica perda da experiência da qual os homens modernos e contemporâneos sofrem, entendida por Dunker (2015a) como: “incapacidade do sujeito em reconhecer-se em sua própria história particular ou como dificuldade de estabelecer formas sociais universalmente compartilhadas”. (p. 273)

Não por acaso o ressentimento também foi pensado por historiadores. Marc Ferro (2009), professor aposentado da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), constrói, em seu livro, “Ressentimento na História”, um ensaio que explora o fenômeno do ressentimento presente em diversos momentos-chave na história das sociedades. Segundo o autor, o ressentimento é o explosivo na história dos escravos e perseguidos; nas revoluções na França, na Rússia, na Alemanha; nas memórias nacionais; nas pós-colonizações entre outras. Na introdução da obra, chega a afirmar:

(...) o ressentimento é mais intangível do que, digamos, a luta de classes ou o racismo. Entre outras razões porque permaneceu latente e porque pode interferir tanto com a luta de classes e o racismo quanto com o nacionalismo ou outros fenômenos, como em Madri ou Lausanne. (Ferro, 2009, p. 9)

O historiador configura o ressentimento enquanto mola do processo histórico que se não detonou sociedades, com certeza as transformou. Interessante que está indicado o caráter velado ou quase imperceptível do ressentido, explicado metaforicamente: “como esses vírus que julgamos extintos, quando estão apenas adormecidos, o ressentimento subitamente reativado ganha vida, para a surpresa daqueles que sequer suspeitavam de sua existência.” (Ferro, 2009, p. 8).

Ferro (2009) encontra na origem do ressentimento, tanto no indivíduo como no grupo social, “uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma” (p. 14). Explica o indivíduo ressentido de modo semelhante ao que veremos no homem do ressentimento com Nietzsche: “Aquele que se sente vítima não pode reagir, por sua impotência. Rumina sua vingança que não pode executar e o atormenta sem trégua, até explodir” (p. 14). O que o autor salienta e ilustra, apoiando-se em diversas situações históricas, é que a espera desse tempo de vingança no ressentimento vem com a “desqualificação dos valores do opressor e de uma revalorização dos seus próprios e dos de sua comunidade, que até então não os defendera

conscientemente” (Ferro, 2009, p. 14), um ponto que merece destaque para que não se caia em uma avaliação que somente tange uma avaliação da moral e da justiça no ressentimento.

Outro aspecto elucidado neste ensaio e que nos interessa é a percepção do que se passa com o tempo no ressentimento. Isso nos dá uma pista para explorar o que a psicanálise pode dizer sobre esse fenômeno. Ferro (2009) conclui na introdução:

A revivescência da ferida passada é mais forte do que toda vontade de esquecimento. A existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente – um vive no outro, o passado tornando-se presente, mais presente que o presente. E a história oferece diversos testemunhos disso. (p. 14)

Segundo Kancyper (2018) os efeitos destrutivos do ressentimento, também elucidados por Ferro, foram abordados há séculos pelo filósofo Heráclito de Éfeso (540 a.C. – 470 a.C.).

Deve-se mostrar maior rapidez em acalmar um ressentimento que em apagar um incêndio, porque as consequências do primeiro são infinitamente mais perigosas que os resultados do último; o incêndio finaliza abraçando algumas casas no máximo, ao passo que o ressentimento pode causar guerras cruéis com a ruína e destruição total dos povos. (Heráclito de Éfeso, 540 a.C. – 470 a.C, citado por Kancyper, 2018, p. 12)

Esses pensamentos compreendem uma noção dos acontecimentos históricos coerentes a teoria psicanalítica. Lacan (1953, citado por Safatle, 2013), em seu primeiro seminário, afirma: “A história não é o passado – A história é o passado enquanto ele é historicizado no presente – historicizado no presente porque ele foi vivido no passado.” (pp. 19-20). E o que esse movimento entre passado e presente, tão marcante no ressentimento, tem a ver com o sujeito de que trata a psicanálise – o sujeito do inconsciente?

Em “A Agressividade em Psicanálise”, 11 anos antes do Seminário 7, já citado, Lacan (1948/1998) refere-se ao ressentimento associado à agressividade ambivalente do sujeito presente no momento histórico do pós-guerra: “A experiência subjetiva deve ser habilitada de pleno direito a reconhecer o nó central da agressividade ambivalente que nosso momento cultural nos dá sob a forma dominante do *ressentimento*, inclusive em seus aspectos mais arcaicos na criança” (p. 117). O trecho retirado da Tese IV – “A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo” – grifa a relação intrínseca entre o ressentimento e seu contexto cultural.

Kehl (2011), em seu livro “Ressentimento”, reúne uma bibliografia a respeito do tema de forma a se encontrar com o termo, polissêmico, por diferentes vias. A autora ressalta o ressentimento enquanto: (1) “constelação afetiva” (p. 13), e (2) “sintoma social” (p. 18) e (3) “solução de compromisso entre dois campos psíquicos, o do narcisismo e do Outro” (p. 13). Essas três definições delineadas por Kehl (2011), em articulação com outros autores, servem, em seu trabalho, de eixo para a construção de uma problemática acerca do tema ressentimento em interlocução com a psicanálise.

JUSTIFICATIVA

Diante dessa introdução sobre a presença do ressentimento na literatura filosófica desde séculos atrás, podemos perguntar: por que estudá-lo hoje? Por que a partir da psicanálise? O fenômeno já descrito pelos autores percorridos tem sua relevância comprovada no que concerne à história, à sociologia, à filosofia, mas por que investigá-lo enquanto objeto que interessa à psicanálise? Lacan (1957-58/1999), em seu Seminário 5, alerta:

(...) no exame dos fenômenos do homem ao se colocar em primeiro plano, o que faz toda a disciplina freudiana, esse elemento privilegiado que se chama desejo.

Observei que, até Freud, esse elemento em si sempre fora reduzido e, sob certo aspecto, precocemente elidido. Isso é o que permite dizer que, até Freud, qualquer estudo da economia humana partia mais ou menos de uma preocupação com a moral, com a ética, no sentido de que se tratava menos de estudar o desejo do que, desde logo, reduzi-lo e discipliná-lo. Ora, é com os efeitos do desejo, num sentido muito amplo – o desejo não é um efeito colateral -, que temos, na psicanálise que lidar. (p. 261)

Com inspiração nesse trecho de Lacan (1957-58/1999), fazemos uma aposta de que, assim como outros fenômenos, o ressentimento pode revelar uma modalidade de relação do sujeito com o desejo e esse deve ser nosso horizonte. Se em outras abordagens tomamos seu estudo pela via da moral ou da disciplina do desejo, aqui investigaremos onde está o sujeito desse afeto elevado também a estatuto de sintoma social, segundo Kehl (2011). Ao nosso campo, que se vê diante dessa temática, interessa descobrir o que há de inconsciente no ressentimento e quem é o ressentido. Seria o ressentido alguém que, conscientemente, escolhe permanecer nesse lugar? Apontar suas manobras e manipulações como se revelássemos o outro lado do ressentimento, para além do sofrimento que este traz, bastam para a psicanálise?

Parece importante pensar no ressentimento a partir de nossos operadores clínicos, nos dias de hoje. Dessa forma, o situamos enquanto estratégia do ressentido em seu contexto

histórico, político e social. Em 2004, quando seu livro foi escrito, Kehl (2011) já explicava o ressentimento enquanto um sintoma social característico das democracias liberais modernas:

que acenam para os indivíduos com a promessa de uma igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada. Os membros de uma classe ou de um segmento social inferiorizado só se ressentem de sua condição se a proposta de igualdade lhes foi antecipada simbolicamente, de modo que a falta dela seja percebida não como condenação divina ou como predestinação – como nas sociedades pré-modernas – mas como privação. São os casos em que a igualdade é ‘oficialmente reconhecida mas não obtida na prática’ que produzem o ressentimento na política. (p. 22)

Segundo a autora, o ressentido enxerga a igualdade prometida pela democracia não como produto de luta e manutenção de um ativismo popular, mas sim como fruto de um paternalismo, no caso de nosso país enraizado na política brasileira. Assistimos, nas grandes manifestações populares de 2013 ou na luta contra a corrupção, a um movimento nomeado diversas vezes como “apartidário”. Se de um lado esses fenômenos foram vistos como um engajamento de uma parcela de novas camadas sociais na luta política, de outro vê-se, também, um ressentimento generalizado, que produz queixa e rancor, mas que não necessariamente propõe novos instrumentos ou dispositivos efetivos para transformações.

Atualmente, é ainda mais relevante explorar esse fenômeno, que parece ter contribuído às consequências desastrosas de movimentos políticos recentes no mundo todo, que clamam por um retorno ao passado, que, aos olhos de muitos, escancaram um retrocesso e ameaçam a democracia. A busca por um passado idealizado é característica do ressentido. Essa busca, mobilizada pelo ressentimento, não tem como combustível argumentos racionais ou uma visão crítica da história, mas revelam uma dinâmica do inconsciente e dos processos imaginários, que podem ser teorizados pela psicanálise. Dunker (2015a) pontua:

Consideremos que a diagnóstica psicanalítica insere-se no quadro maior de uma metadiagnóstica da modernidade. Essa metadiagnóstica supõe a existência de elementos comuns que caracterizam antropologicamente e definem historicamente certos modos de subjetivação e funcionam como condições de possibilidade para toda forma de sofrimento possível. (p. 273)

Nesse sentido, podemos investir em um trabalho que explore uma diagnóstica do ressentido enquanto um lugar visto também pela metadiagnóstica da modernidade? Dunker (2017) afirma:

Sofrer fortes emoções ou afetos disruptivos não é um grande problema desde que não se espraíem tomando conta da vida do sujeito, reproduzindo-se indefinidamente em contextos distantes daqueles que originaram transformações iniciais. Foi assim, aliás, que Nietzsche chegou a este grande diagnóstico da modernidade, ou seja, o ressentimento. (p. 36)

O que colabora para que esse afeto unido às justificativas tome conta da vida do sujeito ou, conforme propomos, passe da dimensão afetiva para caracterizar um lugar em que o sujeito se apresenta? Simultaneamente às mudanças políticas, assistimos ao crescimento acelerado da internet e das redes sociais, que têm demonstrado seu poder sobre as massas e os indivíduos. O uso da internet é indispensável e a conexão das pessoas com a rede é quase contínua, como Brum (2016) afirma: “Os cliques da Internet tornaram-se os remos das antigas galés. Remem, remem, remem. Cliquem, cliquem, cliquem para não ficar para trás e morrer”.

Vê-se um número cada vez maior de redes sociais crescentemente utilizadas – e muito bem-sucedidas – enquanto veículos de propaganda e marketing. Isso está diretamente relacionado ao conteúdo dos imperativos de gozo vigentes, que não podem ser confundidos com ideais, presentes em nosso mundo virtual, que “borram as fronteiras também do mundo interno” (Brum, 2016). Na série de mesmo nome do livro de Christian Dunker, “Mal-estar, Sofrimento e Sintoma” (2016), no programa “Café Filosófico”, o autor e os professores Maria Livia Tourinho Moretto, Nelson da Silva Jr. e Vladimir Safatle abordam temas caros à contemporaneidade relacionados à clínica psicanalítica.

Maria Livia Moretto (2016), em sua exposição “É Preciso Ser Feliz – Sofrimento na Cultura do Sucesso”, examina os ideais de completude, autonomia, autenticidade, sucesso e felicidade que podem levar um sujeito, com dificuldades em se apresentar como ser a quem algo falta, a “interpretar suas faltas como falhas (...) defeitos que deveriam ser consertados” (Moretto, 2016). Esses ideais que orientam a cultura exigem dos sujeitos que não apresentem suas falhas no laço social, o que pode culminar em um mal-estar marcado por sofrimento. De que maneira o sujeito soluciona essa equação de não se apresentar enquanto faltante, ainda que a falta seja constitutiva na neurose? Quais expressões de sofrimento refletem esses imperativos?

Moretto (2016) pontua que, para a psicanálise, “(...) se a subjetividade se constitui nesse campo de alteridade, toda expressão de sofrimento traz em si demanda de reconhecimento”. A problemática do reconhecimento está necessariamente atrelada a

diferentes tipos de narrativas de sofrimento, cada qual com sua particularidade. Diante desse contexto, Moretto (2016) destaca três formas de apresentação ou de narrativas de sofrimento coerentes aos imperativos abordados: a do fracasso pessoal, na qual o sujeito se apresenta como fracassado por equivaler o que é da ordem do impossível à impotência; a do sofrimento pela via do corpo, em que o sujeito se apresenta como doente e o sofrimento é tomado enquanto sinônimo de sintoma; e uma narrativa na qual o sujeito não apresenta nenhum tipo de questão quanto ao seu sofrimento, e sim parece indiferente à dor de qualquer perda.

A proposta da psicanalista abre um terreno de pesquisa sobre formas de sofrimento presentes na contemporaneidade. Outros autores como Birman (2007, 2014), Dunker (2015a, 2015b, 2017), Melman (2003, 2008), entre outros, participam dessas investigações. Birman (2014) aponta o conceito do mal-estar freudiano como uma crítica de Freud à modernidade e intitula um de seus livros como “O Mal-estar na Atualidade: a Psicanálise e as Novas Formas de Subjetivação”, evidenciando que o mal-estar na contemporaneidade diz respeito às novas formas de subjetivação e sofrimento que aparecem “nos registros do corpo, da ação e intensidade” (p. 65).

Em um artigo recente de Oliveira e Hanke (2017), trabalha-se com a ideia do Outro contemporâneo e a passagem à modernidade, que anuncia a perda da onipotência do pai. A hipótese – sustentada por um grupo de autores – é de que hoje o “pai enquanto regulador de gozo e legislador das normas assumiu um aspecto claudicante, falho e evasivo” (p. 305). Tal leitura pode ser aprofundada a partir das operações realizadas nos tempos do Édipo. Simultaneamente ao declínio do pai simbólico, os autores retomam a transformação do capitalismo, trabalhado por Safatle (2005, citado por Oliveira e Hanke, 2017) a partir da teoria de Max Weber.

Se antes, nos tempos de Freud, o capitalismo e a sociedade de produção visavam ao acúmulo de capital, o que implicava na renúncia à posses e um “gozo na renúncia” (Oliveira e Hanke, 2017, p. 306), temos, hoje, acesso a uma promessa de gozo “ilimitado” embutida em objetos de consumo dos mais diversos. Tal gozo mítico parece análogo àquele que o Outro materno um dia teria oferecido. Essa promessa de gozo que necessariamente não se cumpre, apesar de todos os semblantes oferecidos em nosso tempo, parece ser mais um desafio com o qual o sujeito deve lidar. Carneiro et al (2006), ao abordar a participação do supereu na atualidade, em relação ao imperativo de gozo, resumem:

Assim, acreditamos que um aspecto do supereu que é o impedimento de gozo e a culpa por gozar, cede lugar ao imperativo de gozo e a

culpa por não gozar. Dessa forma, a condição de mal-estar passa a adquirir novos contornos em torno da relação objetal. (p. 458)

A lógica do capitalismo, junto às novas tecnologias, apresenta novos contornos também em relação à problemática da falta. Basta um indício digital do que imaginamos demandar que ofertas, propagandas e sites instantaneamente anunciam o que “queremos”. Somos adivinhados o tempo todo. A internet, maior aliada do capitalismo, afirma sempre saber o que um sujeito quer, sem que haja espaço para a dúvida, para a palpitação. Essa dinâmica simula liberdade de escolha e de acesso, de modo que “nada falte”. Nesse caminho, podemos indagar quais estratégias os sujeitos encontram hoje para encarar sua condição faltante, uma vez que sua aparição não é bem-vinda.

O Outro materno do primeiro tempo do Édipo, que adivinha e interpreta o apelo do bebê antes mesmo que ele possa falar, parece guardar relações com o que a tecnologia almeja. Como se o próximo passo fosse, no lugar de o sujeito enunciar, o Outro escutar seus pensamentos. Porém, será que todos esses esforços têm, de fato, resultado na prevalência do bem-estar, da completude, da satisfação? Não é o que escutamos na clínica. No lugar disso, encontramos sujeitos que abordam a falta como se ela fosse consequência de seu fracasso ou de um prejuízo causado por alguém. São soluções imaginárias que visam à completude, impossível no circuito simbólico amarrado pela falta e pelo desejo.

Uma hipótese interessante para nós, dentro desse campo de pesquisa, é exposta por Quintella (2016), em seu artigo “O Desmentido da Privação na Atualidade”, uma leitura que propõe o desmentido da privação enquanto modalidade defensiva, característica da contemporaneidade, presente nas novas formas de responder ao mal-estar na cultura. O autor discorre sobre a privação delineada por Lacan (1957-58/1999) e sua relação com o ideal do Eu evidenciando como essa relação se apresenta de modo peculiar no sujeito da contemporaneidade. O autor defende, em concordância a Lebrun (2009, citado por Quintella, 2016), o esfacelamento da autoridade do pai na trama familiar, o que implicaria uma diferença de ordem constitutiva.

Pinheiro, Quintella e Vertzman (2010, citados por Quintella 2016):

assinalam que o modelo de cultura vigente apresenta como uma de suas marcas preponderantes um autocentramento subjetivo que marca a prevalência da imagem de si, subjugada à fantasia primária de onipotência narcísica, característica de uma busca pelo imediatismo da satisfação pulsional. (p. 119)

Trama esta que faz da condição desejante, como também trabalhado por Moretto (2016), uma condição insuportável (Pinheiro, Quintella e Vertzman, 2010). Para os autores, a depressão é um estado representativo desse contexto atual, sua modalidade defensiva ilumina o fracasso dessa fantasia de onipotência narcísica. Para Quintella (2016), essas modalidades defensivas aparecem na medida em que “(...) o sujeito atira-se hoje, muitas vezes, a um imperativo de gozo que implica outro tipo de posição subjetiva na relação ao limite.” (p. 122). O autor completa:

Trata-se de uma peculiaridade na relação ao pai tomado como ideal do eu, o qual encontra na travessia edipiana sua condição de possibilidade. Note-se que o ideal do eu, *movido pela privação edipiana* – o pai como preferível à mãe – funciona como sustentáculo do afastamento das representações narcísicas primárias, dando suporte à elaboração do luto. (Quintella, 2016, p. 122)

Mas o que ocorre na medida em que os ideais na cultura, transmitidos a partir da lei paterna estão em cheque ou, como salienta o autor, são “evanescentes”? O luto, enquanto trabalho de simbolização, não aconteceria do mesmo modo. Assim, nos deparamos com novas respostas sintomáticas, sendo a depressão uma delas, segundo os autores (Pinheiro, Quintella e Vertzman, 2010). Também relacionado ao luto, vemos o que acontece no ressentimento, em que o “re-sentir” pode se apresentar no lugar do luto ou como entrave para o mesmo acontecer. Podemos, assim, articular nosso objeto às teses anteriormente expostas acerca do sujeito no contexto contemporâneo.

Em “Reinvenção da Intimidade: Políticas do Sofrimento Cotidiano”, Dunker (2017) reúne 49 textos, baseados em seus artigos, que abordam diferentes leituras a respeito de “como formas fundamentais de nossos sintomas relacionam-se com processos de individualização próprios da vida contemporânea, particularmente com uma das figuras mais ascendentes da individualização hoje: a experiência de sofrimento” (p. 11). Não por acaso, o ressentimento é abordado ou citado em alguns de seus ensaios: “Solidão e Solitude: a Dimensão Trágica do Sofrimento” (p. 19), “A Função Transformativa do Ódio” (p. 71), “Intoxicação Digital Infantil” (p. 138), “A Alma Revolucionária” (p. 186), “O Sofrimento Entre a Verdade e o Real” (p. 195), “Novas Formas de Sofrer no Brasil da Retomada” (p. 242), “A Cultura da Indiferença” (p. 251), “Solidariedade Sem Transcendência?” (p. 263), “Doença Mental na Política” (p. 277) e “Reinvenção da Intimidade” (p. 293).

A exposição desses títulos revela, mais uma vez, a amplitude e a potência da temática do ressentimento no campo da diagnóstica psicanalítica – dentro da metadiagnóstica da modernidade (Dunker, 2015). A recorrência de nosso objeto de pesquisa na análise do autor requer um recorte que questione por que esse termo ganhou força e se o ressentimento revelaria ou não uma nova modalidade de subjetivação ou sofrimento. Caso não seja assim, é importante destacar de que maneira suas características e definições já se apresentavam nas entrelinhas de outros conceitos e noções psicanalíticas – até mesmo delinear por que o ressentimento não seria algo novo dentro da gramática subjetiva da psicanálise.

Podemos perguntar: o ressentimento também caracteriza uma forma de apresentação de um sujeito – ainda que sem equivalência a uma subjetivação, como a histeria? Apostamos que sim. A seu modo, veremos como o ressentido se vê às voltas com seu desejo, que soluções constrói para lidar com a falta e de que forma isso se relaciona com o desejo do Outro.

Nossa investigação, no entanto, não partirá de estudos teóricos referentes às novas formas de subjetivação, de sofrimento e de mal-estar, mas sim do mergulho em uma temática relativamente pouco explorada pela psicanálise: o ressentimento a partir de operadores-conceitos fundamentais apresentados por Freud e por Lacan. Uma vez que a clínica expõe novas narrativas e formas de apresentação, o que não implica necessariamente dizer que é o sujeito do inconsciente que mudou – afinal, ele não tem predicados –, vale investigar de que maneiras o ressentimento está presente na problemática subjetiva. E mais: como tratar aquele que apresenta sua falta enquanto falha ou prejuízo?

OBJETIVO

Objetivo geral: construir hipóteses teóricas e clínicas acerca do ressentimento, a partir de uma leitura psicanalítica, com a intenção de contribuir para seu reconhecimento e amparar teoricamente à construção de manejos e de intervenções em casos em que o ressentimento é marcante.

MÉTODO

Diante do exposto na Introdução e na Justificativa, pode-se traçar um método de investigação, considerando-se que toda pesquisa em, sobre ou com a psicanálise é avessa a uma regulação inflexível de passos e metas, sem que isso signifique menor fundamentação ou

rigor quanto ao que é estudado (Aguilar, 2006). A pesquisa psicanalítica privilegia também os efeitos de investigação ao longo do processo, próprios ao sujeito da psicanálise, ao abrir caminhos complementares e alternativos aos previamente anunciados no método do projeto, quando preciso. Além dos efeitos da própria investigação, tivemos, ao longo da pesquisa, o encontro, pela via do fazer clínico, com elementos fundamentais para a reformulação de algumas hipóteses e leituras construídas no trabalho.

Por se tratar de uma noção que não é proveniente da psicanálise, a pesquisa bibliográfica foi iniciada no campo filosófico a partir dos artigos e do livro “Nietzsche e o Ressentimento”, de Antônio Edmilson Paschoal, comentador de Nietzsche. Esse tempo anterior à pesquisa em e com a psicanálise, em contato também com vídeo-aulas das professoras Scarlett Marton e Viviane Mosé, foi crucial para reconhecer o contexto do termo ressentimento abordado pela filosofia, principalmente por Düring, Max Scheler e Nietzsche. Esse primeiro procedimento metodológico consiste na pré-história de nosso objeto de pesquisa – um ressentimento que não é equivalente ao objeto de pesquisa da filosofia, uma vez que partimos de outros operadores de leitura.

Em um segundo passo, realizamos uma revisão sobre o tema em livros, teses, dissertações e artigos registrados nas bases de dados SciELO, PepSIC, PEPweb, BVS-Psi, PsycInfo, e SCOPUS, além do portal SIBi USP. Nesse ponto, situamos as principais hipóteses existentes sobre o ressentimento no campo psicanalítico, com atenção aos trabalhos de: Kehl (2011) e Kancyper (1994, 2018). Os artigos e a dissertação encontrada sobre o tema também se debruçam primordialmente sobre os trabalhos dos dois psicanalistas citados, além do campo filosófico. Intenta-se com essa passagem situar os elementos teóricos que embasaram a construção do ressentimento enquanto fenômeno que interessa à psicanálise e quais foram os conceitos utilizados para abordá-lo.

Posteriormente à pesquisa bibliográfica sobre o tema, iniciamos uma investigação na teoria psicanalítica que autorizasse teoricamente nossa leitura sobre o ressentimento – uma leitura que envolve o sujeito do inconsciente. Nesse momento, privilegiamos as leituras de textos fundamentais como: “Introdução ao Narcisismo” (1914/2010), “Os Instintos e seus Destinos”² (1915/2010), “Luto e Melancolia” (1917/2012), “Inibição, Sintoma e Angústia” (1926/2016) e “Mal-Estar na Civilização” (1930/2013), de Freud; o Seminário 5, “As formações do Inconsciente” (1957-58/1999), e o Seminário 11, “Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise”, (1964/2008) de Lacan. Outros autores, compreendidos ao

² A escolha pela tradução de “*Trieb und Tribschicksale*” para “Os Instintos e seus Destinos” é feita por Paulo César de Souza, outros tradutores optam por “As Pulsões e seus Destinos”.

longo da dissertação, contribuíram para nossa leitura psicanalítica do tema. Foram eleitos os trabalhos que abordavam a temática do afeto, do narcisismo, do luto e a teoria da constituição subjetiva.

Simultaneamente ao trabalho realizado com os textos psicanalíticos, obras literárias e filmes funcionaram como ilustrações das formas de expressão e do funcionamento do ressentimento nos relacionamentos familiares, amorosos e políticos. As tramas das personagens inspiraram a todo tempo a pesquisa, ainda que tenha sido escolhido retirá-las do trabalho final. Ao passo que ampliavam a gama de nosso estudo, poderiam reduzir a precisão de nossos argumentos. Cabe, no entanto, constatar que foram parte importante em nosso método. Optou-se pela seleção de uma obra, clássica, que foi o ponto de partida do trabalho: “Dom Casmurro” (1899/2010), de Machado de Assis, selecionada como caso paradigmático de nosso tratamento teórico sobre o ressentido.

Diante das descrições expostas acerca do tema no campo filosófico, da leitura psicanalítica do termo, da investigação sobre o sujeito da psicanálise, todos frutos da metodologia de pesquisa bibliográfica e do trabalho acerca das produções culturais, pudemos recortar, ao longo do mestrado, o objeto próprio desta pesquisa: o ressentimento que extrapola o estatuto do afeto e passa a designar uma estratégia característica de um lugar em que o sujeito se apresenta. Para o embasamento e construção de tal hipótese, valemo-nos de um caso clínico, nomeado como disparador, discutido em supervisão e com outros colegas, que foi emblemático quanto à temática do ressentimento em um tratamento. Outras vinhetas recolhidas da clínica da pesquisadora também servem ao leitor de exemplo vivo daquilo que se tratou teoricamente.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, construiu-se, enquanto método, uma composição entre a revisão bibliográfica em psicanálise, as leituras psicanalíticas das produções culturais e o método psicanalítico – que tanto sustenta a prática do psicanalista como propicia o encontro surpreendente com novos materiais. Estes podem, por sua vez, tornar-se alvo de investigação em uma pesquisa acadêmica. A particularidade dessa composição metodológica de pesquisa implicou na precipitação, *a posteriori*, de um novo objeto de pesquisa: o ressentido. Intenta-se que os resultados emergentes do presente estudo possam enriquecer o reconhecimento do ressentimento na clínica e situar quando este passa do estatuto de afeto ao lugar onde um sujeito se fixa – revelador de uma estratégia frente ao desejo, que é desejo do Outro, e uma modalidade de gozo.

1. RESENTIMENTO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de nos determos em uma leitura psicanalítica do ressentimento, consideramos importante contextualizar o surgimento do termo e demarcar, ainda que de maneira breve, o campo no qual esse fenômeno foi trabalhado por seus principais pensadores. A passagem pela pesquisa de Paul-Laurent Assoun (1989) ressalta o cuidado para que não haja, em uma pesquisa psicanalítica, uma transposição direta das semânticas nietzschianas para o nosso campo. Exposta essa fundamentação teórica inicial, poderemos demarcar nossa maneira de construir o ressentimento enquanto objeto de pesquisa em psicanálise.

1.1. UM BREVE PERCURSO DO TERMO RESENTIMENTO NA FILOSOFIA

É importante explicitar que o termo a que nos referimos (e pretendemos, ao final deste trabalho, ampliar) não foi inaugurado no campo da filosofia por Nietzsche, como muitos pensam. Ressentimento, em alemão, é *groll*, sinônimo de rancor (Michaelis Dicionário Alemão, 2017), que, no entanto, não é o termo trabalhado na filosofia alemã. Nietzsche escolhe *ressentiment*, em francês, presente no campo filosófico desde o século XVI, e que até o final do século XIX, não fazia parte dos dicionários alemães (Paschoal, 2008).

O substantivo ressentimento deriva do verbo ressentir que, ao longo da metade do século XVI, até a segunda metade do XVIII, também era utilizado para fazer referência a um “sentimento de gratidão e reconhecimento” (Leitão, 2007, p. 24), para além de sua conotação negativa que inclui o rancor e a vontade de vingança por um insulto sofrido. Paschoal (2014) fornece o exemplo de Balzac, no século XVIII, que faz do verbo ressentir algo que remete a sentir novamente uma dor ou uma felicidade. Tal abertura para a utilização do termo, que guarda relação com o verbo ressentir (tornar a sentir, sentir novamente), também nos interessa.

No conflito entre os usos do termo, parece ser vencedor o “acento negativo” (Paschoal, 2008, p. 13), muito presente na linguagem cotidiana e no senso comum. Ainda assim, é curioso, sob uma perspectiva da psicanálise, atentar para a abrangência e a diversidade de suas significações nos dicionários e nas traduções. Em filmes, seriados e em outras produções culturais de língua inglesa, “ressentimento” é geralmente o termo eleito para a tradução de *hard feelings*, expressão que aponta para o sofrimento. Em dicionários, encontramos os seguintes significados: “ação ou efeito de ressentir; em que há mágoa, angústia ou rancor; angústia ou mágoa ocasionada por uma ofensa, por uma desfeita, por um

mal causado por uma outra pessoa; rancor: o rancoroso sempre carrega consigo seus ressentimentos.” (Michaelis Dicionário da Língua Portuguesa, 2017).

É a partir do termo em francês, utilizado por Karl Eugen Düring³, que Nietzsche contorna e transforma a palavra *ressentiment* em um conceito-chave, porém polissêmico (Paschoal, 2011a), na constituição de sua tese. Paschoal (2011a) atenta para o fato de que Nietzsche, além de filósofo, era filólogo. Seus conceitos são utilizados de maneira precisa e particular no desenvolvimento de seus argumentos. Segundo o comentarista do autor, Nietzsche “utiliza os conceitos como signos e não como dispositivos de fixação de significados que seriam supostamente perenes” (p. 203). Ainda:

Tal compreensão do que seja um conceito, associado à ideia de signo, faz surgir uma característica própria também no que se refere à escrita de Nietzsche. Nas suas obras, além da atenção conferida à emergência e transformação de conceitos submetidos à ação do tempo, é possível identificar ainda um modo peculiar como ele utiliza certas palavras, com algumas variações em seus significados, nas diversas vezes em que elas aparecem em seus escritos. Revela-se assim um aspecto central para este estudo: que também os conceitos utilizados por Nietzsche, no microuniverso de sua obra, não apresentam identidade inalterável ou validade para além do contexto em que emergem. Ao contrário, atuam como se fossem metáforas ou signos e transformam-se, ganhando diferentes nuances conforme as exigências do contexto e do uso no qual eles estão inseridos. (Paschoal, 2011a, p. 204)

Nessa mesma direção, Nietzsche explicita, em sua obra, o que seria um conceito a partir da ideia de que esses são “bolsos” e, por isso, não possuem um único sentido dentro de seus escritos (Paschoal, 2008). Daí a importância de evidenciar e estabelecer que, ao longo de sua obra, encontram-se mais de um significado para ressentimento, distinções que devem ser consideradas em uma pesquisa que pretende investigar um objeto que não faz parte do arcabouço teórico psicanalítico. Ao mesmo tempo em que a abrangência de significados em Nietzsche exige atenção para sua utilização, é também favorável ao método abduutivo de leitura, que leva em consideração as marcas e o percurso do pesquisador, algo presente na também na literatura psicanalítica.

A metodologia de construção de conceitos nietzschiana e sua fluidez rigorosa parecem contar a história de um filósofo que incluiu em suas obras uma dimensão discursiva para além

³ Karl Eugen Düring foi professor, economista e filósofo alemão e construiu análises sobre a origem da justiça, nas quais abordou o tema do ressentimento e da vingança. Foi um dos interlocutores de Nietzsche para a constituição de suas teses (Paschoal, 2011b).

do que enunciava. Talvez seja esse o motivo pelo qual Marton (2016) escolhe três palavras para definir a filosofia nietzschiana: pluralismo, perspectivismo e experimentalismo. Pluralismo por conta dos diversos estilos presentes em sua escrita na qual não há um princípio organizador de seu pensamento; perspectivista, porque seus princípios lidam com uma problemática a partir de diversos pontos de vista; e experimentalista, porque põe à prova hipóteses de outros autores por meio de sua interpretação (Marton, 2016). Crítico à filosofia dualista de sua época, volta-se aos gregos pré-socráticos, que fundam seu sistema filosófico na arte, no pensamento e no saber (Mosé, 2009).

Na interpretação acerca de seu mundo, presente na construção filosófica de Nietzsche, não é estabelecida uma verdade: seus termos se reformulam ao longo de sua obra. O próprio filósofo questiona e critica a noção de verdade vigente na filosofia socrática, o que se assemelha a um aspecto da teoria psicanalítica que tem como protagonista a clínica. Exposta ao conflito e aos paradoxos do humano, a teoria psicanalítica não pode ser imutável, na medida em que é determinada pelos seus efeitos.

Paschoal (2008) ensina que a reação do ressentimento em Nietzsche é uma patologia, por ser um fenômeno desproporcional em relação à experiência que o gerou. Sua indagação de natureza fisiológica do homem individual consistiria em um estado de morbidez e de fraqueza de um organismo incapaz de reagir à vida presente por conta da indigestão dos sentimentos ruins do passado. Nas palavras de Paschoal (2008):

Trata-se de um homem que não reage frente às adversidades da vida e que atribui a origem de seus infortúnios a um terceiro, àquele *outro* que ele compreende como culpado de seu sofrimento (...) Além disso, esse protótipo ainda é descrito em oposição ao homem que esquece, fazendo ressaltar a noção de fraqueza entendida como a incapacidade também de digerir o veneno advindo da sua não reação. (p. 43)

E ainda:

Nesse organismo, a percepção da própria fraqueza e o sentimento de frustração que se segue à obstrução da ação gera um rancor, uma vontade de ferir e produzir sofrimento naquele que o detratou. Toma posse dele uma sede de efetuar aquela vingança que sua fraqueza não permite realizar. (p. 34)

Junto à morbidez vinda da incapacidade de digerir o veneno da sua não reação, que exploraremos na metapsicologia do ressentimento, também se apresenta a vontade de vingança, mais diretamente atrelada à noção de agressividade em psicanálise. O comentador ainda cita o sentimento de frustração, algo que caracteriza uma das modalidades da falta em

nossa leitura psicanalítica. O ressentimento, enquanto fenômeno individual, que poderemos posteriormente relacionar ao sujeito do inconsciente, é associado ao autoenvenenamento, também explorado pelo filósofo Max Scheler (1912, citado por Kehl, 2011), fruto da inveja, do rancor e do ódio. Segundo Paschoal (2008):

Um envenenamento que ocorre quando esses sentimentos não podem ser descarregados para fora e se voltam para o interior do homem, onde – não digeridos – ficam sendo ressentidos. Um tipo de resposta apresentada frente a um estímulo externo que não é apenas sentido, mas ressentido, ou que continua sendo sentido mesmo quando já não existe mais, ao menos externamente, pois, internamente (no subterrâneo daquele homem) permanece produzindo seus efeitos. (p. 14)

O que em Paschoal (2008) é retomado como interior do homem, ou subterrâneo⁴, em uma leitura balizada pela psicanálise poderá ser articulado ao inconsciente. O verbo articular é preciso – não entendemos aqui o inconsciente como um subterrâneo ou um interior, mas que se assemelha ao subterrâneo no que diz respeito ao que não é visto, ao que não está manifesto.

Se de um lado Nietzsche apresenta o ressentimento como um fenômeno fisiopsicológico, de outro constrói o ressentimento em articulação à moral. Diferentemente do ressentimento enquanto “fraqueza fisiológica” (Paschoal, 2008, p. 15), caracterizado por sua passividade, quando este é tomado em sua face social, apresenta produções ativas. Paschoal (2008) explica: “Nesses termos, embora postule uma negação do caráter expansivo da vida, paradoxalmente, nas mãos dos impotentes, essa moral não deixa de ser uma forma de vida que pretende se expandir e se impor sobre as demais.” (p. 16).

A moral do ressentimento se manifestaria na religião, na moral, na política e no direito. O ressentimento seria um problema social caracterizado pela “vontade de poder operante que busca o domínio sobre as demais e que efetivamente é vitoriosa na cultura ocidental” (Paschoal, 2014, p. 42). A partir do ressentimento como vontade de poder operante dos fracos, é possível pensar em sua relação com a justiça. Nietzsche utiliza o termo ressentimento pela primeira vez a partir da leitura e da análise dos textos de Düring, em que encontra a correlação entre o conceito de justiça, a ideia de vingança e do próprio ressentimento.

Um ponto interessante aqui é ressaltar a relação entre o veneno da vingança, presente no ressentimento descrito enquanto fenômeno fisiopsicológico, e a ideia de justiça. Paschoal (2014) explica:

⁴ referência a Dostoiévski (Paschoal, 2008)

Zaratustra correlaciona o veneno da vingança (da sede de vingança) à ideia de justiça, em especial à concepção de justiça que se apoia na noção de *igualdade* ou, numa ‘vontade de igualdade’ entendida como um nivelamento do homem e como uma forma de ódio, injúria e, por fim, de interdição de tudo que se destaca ou que é diferente. (p. 39)

A igualdade, aqui, é tomada como exclusão da diferença, o que implica na exclusão da singularidade e que, do lado da psicanálise, aparece com o sujeito do inconsciente. A acepção do social construída por Nietzsche seria pregadora dessa igualdade que marginaliza “tipos diferentes de homens” (Paschoal, 2014, p. 39). Aqui, aparece um aspecto da justiça inseparável da vingança, esta seria equivalente à “vingança dirigida contra aquele que o faz sofrer” (Paschoal, 2014, p. 40).

Sob essa perspectiva da justiça e da moral do ressentimento, é que teremos o homem do ressentimento, abordado anteriormente, como *ideal* de homem (Paschoal, 2014, p. 42). Justamente, “um homem que não reage frente às adversidades da vida e que atribui a origem de seus infortúnios a um *terceiro* [itálicos nossos] (...)”. (Paschoal, 2014, p. 43). A rivalidade com esse terceiro é uma das marcas desse ressentimento. Nietzsche realiza uma crítica à moral dominante, uma moral do ressentimento, originada pelos homens do ressentimento produtores de ideais (Paschoal, 2014). O *modus operandi* da moral do ressentimento tem como parte o ideal ascético que apresenta o “sofredor como *culpado* pelo seu sofrimento e, por conseguinte, como alvo da própria sede de vingança” (Paschoal, 2014, p. 48). O sofrimento como punição contém e apazigua esse grupo de homens.

Dessa forma, o ressentimento enquanto sofrimento pode ser suficiente para manter um grupo coeso mas, ao mesmo tempo, não tão unido a ponto de se elevarem a homens *fortes*, responsáveis por uma revolução, por exemplo. Em Nietzsche, para ser nomeado enquanto ressentimento é preciso que a vingança, a ação, mantenha-se adiada e direcionada para o interior do homem (Paschoal, 2014). O alvo dessa vingança no ressentimento é o diferente. Paschoal (2014) evidencia:

Assim, não é necessário que o outro tenha cometido uma agressão para se tornar o alvo da sede de vingança do homem do ressentimento. Basta ser diferente, pois, por uma expectativa de segurança ou por medo, o homem do ressentimento se volta para aqueles que são diferentes dele e, tomando-os como um perigo, real ou imaginário, busca tê-los sob seu domínio. (p. 61)

Esse aspecto nos aproxima das consequências políticas do ressentimento enquanto fenômeno social. O homem fraco do ressentimento não deixa de lado a rivalidade com uma maneira peculiar de se apresentar. Condena o diferente por meio de artifícios de sua moral

carregada de uma noção de justiça, culpa e pecado. A memória no ressentimento, hipertrofiada e valorizada, serve de ferramenta de domínio contra um homem que, de outro lado, esquece o passado e, por isso, encara o presente da vida.

Nas palavras de Paschoal (2014): “Um modo de valorar que nega a vida enquanto explosão de forças, abundância, sensualidade e conflito, favorecendo justamente aquele tipo de vida que se traduziria numa espécie de *homem manso, produtivo e pouco perigoso* [itálicos nossos].” (p. 71). Esta passagem é extremamente interessante para pensarmos, em um próximo momento, na figura do ressentido.

1.2. FRONTEIRAS ENTRE NIETZSCHE E FREUD

As descrições que recortamos acima nos embasarão quanto ao porquê de uma pesquisa em psicanálise se interessar pelo ressentimento. Nietzsche, que se debruçou com mais afínco sobre o tema, não à toa é um dos filósofos interrogados por alguns autores quanto a problematizações cruciais acerca da sociedade e do homem. O psicanalista Paul-Laurent Assoun explora essa relação em seu livro “Freud e Nietzsche: semelhanças e dessemelhanças” (1989). O autor realiza uma costura entre as obras, os conceitos e as figuras dos dois pensadores que ultrapassa a analogia implícita na conjunção entre ambos, para investigar o contexto histórico de seu encontro.

No século XX, na Sociedade Psicanalítica de Viena, o pensamento nietzscheano foi alvo de sessões. O filósofo, doze anos mais velho que Freud, morre em seguida à publicação de “A Interpretação dos Sonhos” (1900) e à formação do primeiro grupo psicanalítico (Assoun, 1989). Em cartas de Freud a Fliess, aparecem termos nietzscheanos que ressoavam na sociedade intelectual da época, como “super-homem”, ainda que o inventor da psicanálise afirmasse não conhecer a fundo a obra de Nietzsche (Assoun, 1989).

Assoun (1989) traz um apontamento interessante ao examinar o texto “Genealogia da Moral”, de Nietzsche – para nossa curiosidade, obra que mais se detém sobre o tema do ressentimento. No ano de 1908, em uma das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, a leitura acaba por resultar em um esclarecimento crítico do conteúdo de sua obra pela vivência do homem filósofo. Anota: “Estamos às voltas aí, portanto, não com uma leitura filosófica de Nietzsche, mas com um exercício de *patografia*, ao qual o texto filosófico serve de suporte, como documento.” (p. 17). De outro lado, alguns psicanalistas como Adler, Graf, Federn defendem que, entre os filósofos, Nietzsche seria o mais próximo da teoria psicanalítica, seja pelo modo de pensar, “dom de autoanálise” (Assoun, 1989, p. 18) e antecessor às ideias de

Freud. Assoun (1989) conclui: “Esta é, portanto, a dupla face de Nietzsche dentro do movimento analítico: por um lado, precursor distinto; por outro lado, caso patográfico eminente. Referencial teórico e objeto de diagnóstico.” (p. 20).

Dessa forma, para sustentar nossa leitura do termo ressentimento, é importante considerar o encontro da psicanálise com o pensamento de Nietzsche, ou com o homem Nietzsche, que data desde o século XX. Para além das discussões na Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1908, em 1911 houve um congresso de psicanálise na capital dos estudos de Nietzsche, Weimar. Surge a ideia de que Jones entreviste a irmã de Nietzsche, Elisabeth Foster-Nietzsche. Segundo Assoun (1989):

Não se poderia deixar passar a oportunidade de atribuir àquele *precursor* comprovado e reconhecido uma espécie de confirmação de reconhecimento, junto a sua intérprete autorizada (senão a mais autorizada) e oficial, que Jones evoca como investida de uma função, “irmã biógrafa”! (...)

Já que se evocavam estas famosas semelhanças, era preciso mesmo informar disso a parte aparentada. Os termos usados por Jones são significativos: eles correspondem à estrita formulação freudiana das afinidades filosóficas e não pressupõem nada além de constatação de analogia. (p. 25)

A entrevista, em si, não teve aspectos além de burocráticos e objetivos, no entanto, Assoun (1989) atribui a esse fato o reconhecimento de que Nietzsche seria “o único filósofo contemporâneo a ser objeto de semelhante manifestação de respeitosa simpatia por parte do movimento analítico oficial, quando de sua institucionalização” (p. 28). O argumento do autor (1989) dá sustentação a seu capítulo “Freud Frente a Nietzsche: Gênese de um Encontro”, no qual aborda o uso de termos nietzscheanos pelo psicanalista, entre outros ditos relevantes encontrados em cartas de Freud para Fliess, como:

Acabo exatamente de pegar as obras de Nietzsche onde encontrarei, espero, palavras para muitas coisas que permanecem mudas em mim (die Worte für vieles, was in ir stumm bleibt), mas ainda não abri o livro. No momento estou preguiçoso demais. (Schur – sem data, citado por Assoun, p.39)

Assoun (1989) identifica o paradoxo do que permanece – e permanecerá – mudo em Freud e que, na linguagem de Nietzsche, está presente, fato que remete ao estranho que compõe a relação entre eles. Seria o ressentimento parte de um fenômeno mudo em Freud? Diante desse “estranho-familiar”, além dos psicanalistas já citados, outros mediadores

participaram da relação entre Freud e Nietzsche: Lou Salomé, psicanalista e grande paixão do filósofo, que conheceu Freud; Thomas Mann, que aproxima as duas temáticas em seu ensaio “Freud e o Pensamento Moderno” (1929, citado por Assoun, 1989); e Otto Rank, como conexão filosófica que sistematiza a relação entre os dois (Assoun, 1989).

Após situar o contexto histórico que cerca o encontro entre Freud e Nietzsche, Assoun (1989) delinea uma metodologia para fazer conversar os fundamentos, temas e problemas dos autores. Esta é comparada, metaforicamente, ao trabalho de um paleontólogo:

Estamos diante de um *puzzle* de elementos e temas que temos que articular em sincronia e independência, à maneira de um paleontólogo a reconstituir paulatinamente dois esqueletos a partir de ossos parcialmente semelhantes, dos quais se sabe que, de certo modo, são de um mesmo tipo, mas que se baseiam em princípios de organização específicos. Ainda mais que as semelhanças mais evidentes podem revelar-se ilusórias em relação aos princípios de organização finais, enquanto determinado elemento anódino induz profundo isomorfismo.

A filosofia nietzschiana e a psicanálise freudiana, além disso, recusam energicamente, ambas, a sistematicidade. Os princípios diretores são produzidos e anunciados dentro de e por um processo de constituição permanente, que só podemos fixar num corte lateral. É a uma tal morfologia que procederemos indo dos fundamentos, aos temas e depois aos problemas. (Assoun, 1989, p. 89)

Como aqui o objeto de investigação é o ressentimento, não cabe uma exposição exaustiva acerca de todos os fundamentos, temas e problemas abordados por Assoun (1989). Entretanto, alguns pontos merecem ser ressaltados para que uma leitura, com operadores psicanalíticos, de um tema trabalhado por Nietzsche considere quem era o homem do ressentimento de quem o filósofo falava. Homem este que não é sinônimo do conceito de Eu e, menos ainda, de sujeito em psicanálise.

Para dar conta do que tange ao ser humano, na construção de suas teorias, dois termos são comuns e estruturantes: *trieb* e *instinkt*. Segundo Assoun (1989), tanto em Nietzsche quanto em Freud, *trieb* é uma pressão que atua como força, com origem em uma natureza sensível que visa a um fim a partir de seu objetivo. Enquanto, em Nietzsche, o instinto (*trieb*) é criativo e valoriza ou desclassifica uma realidade do ponto de vista estético-ético, em Freud, o mais importante do instinto (*trieb*) é sua função.

A fisiologia e psicologia do homem em Nietzsche não se distinguem (Paschoal, 2014). Assim como na psicanálise, a noção de corpo em Nietzsche é ampliada e inclui, para além do corpo orgânico, instintos e impulsos. No entanto, não se trata em Nietzsche de um corpo

pulsional escrito pelo significante, o que torna qualquer articulação de sua filosofia com a psicanálise freudolacaniana uma forma de aproximação pela diferença.

Um ponto que interessa e contribui para nossa leitura é a “convergência da abordagem psicopatológica, como se todo discurso sobre o normal e o patológico deparasse com a questão do valor e da norma, e aquela correlata da interpretação.” (Assoun, 1989, p. 229). Em ambos os autores, a noção de doença carrega relação com a forma como o sujeito vive e diz de sua doença, o que retoma o enlace entre o corpo orgânico e o psíquico. No caso do ressentimento, essa convergência entre os autores alerta para a posição em relação a esse fenômeno. O ressentimento estaria na ordem de uma patologia, como em Nietzsche, em nossa leitura?

Em “Genealogia da Moral” (1887/2005), livro de Nietzsche que aborda o ressentimento, está presente a *patologia da moral*, que inclui o ressentimento, a má consciência e o ideal ascético (Assoun, 1989). No caso do ressentimento, Assoun (1989) ressalta a dimensão da inação característica de um homem que escolhe o silêncio, os subterfúgios, a espera, o não-esquecimento. Nas palavras de Assoun (1989):

Tudo procede, na verdade, do fato de que o efeito não se descarregou imediatamente, pela atividade. A partir daí, se desencadeia um mecanismo *tóxico*. É em termos de envenenamento que Nietzsche evoca justamente este efeito pelo qual o que não pode descarregar-se como reação motora cria um verdadeiro foco de infecção que ganha o conjunto do psiquismo. Assim a doença do ressentimento, que age à maneira de um “parasita” que se instala “permanentemente”. (p. 230)

Neste ponto, pode-se pensar em uma diferença pela ótica da psicanálise. Distintamente do que acessamos em Nietzsche pela via do homem, na psicanálise teremos as imbricações do ressentimento com outros conceitos. Pergunta-se: de que forma esse envenenamento descrito em Nietzsche será lido na clínica psicanalítica? O ressentimento seria necessariamente “prejudicial” ao sujeito? Só haveria uma modalidade possível de se pensar o ressentimento? Nietzsche ressalta o envenenamento, a inação e o silêncio do homem do ressentimento. Essa caracterização pode ser levada a nossos questionamentos sobre o ressentimento que se apresenta em nossa clínica por meio do paciente. Na clínica psicanalítica, apostamos que, pela via da oferta de escuta, se fará presente o sujeito do inconsciente. Cabe a nós pensar sobre a sua relação com o ressentimento.

Neste primeiro momento, recortamos enquanto descrições acerca do ressentimento: a prisão ao passado, as vinganças e ações adiadas em relação ao Outro, o caráter velado no

âmbito social, a relação com o narcisismo e seu ideal e a rivalização com um terceiro. Dispostas essas primeiras considerações acerca do tema, passaremos agora à construção propriamente de nosso trabalho.

1.3. A CONSTRUÇÃO DO RESSENTIMENTO COMO OBJETO DE PESQUISA EM PSICANÁLISE

Diante das descrições acerca do ressentimento, a partir dos autores previamente citados, aqui iremos expor a construção desse objeto, a partir de nosso referencial e problemática de pesquisa. A descrição embasa nossas articulações posteriores e delimita aonde pretendemos chegar com o estudo desse objeto e quais frutos poderemos recolher. Nessa pesquisa, o *ressentimento* se ramifica no *ressentir* e no *ressentido*. Do ressentimento, poderemos caminhar até o ressentido, passando pelo ressentir, uma vez que, em psicanálise e, principalmente, em uma pesquisa clínica, interessa de que maneira o ressentimento afeta o sujeito e vice-versa.

O substantivo ressentimento aponta para o fenômeno que indica a presença do afeto ou da constelação afetiva (Kehl, 2011) e pode estar presente em diferentes configurações sintomáticas, fantasmáticas e modalidades de gozo. O afeto do ressentimento carrega uma acusação, seja ela direta ou indireta, ao Outro⁵. Essa acusação se encontra travestida de justificativa, muitas vezes bastante embasada na racionalidade do Eu e em discursos sociais, para algo que lhe aconteceu. Em busca de um Eu-todo, o sujeito se ressent do outro que, no repertório imaginário do ressentido, determina o que lhe acontece.

O verbo ressentir nos permite uma abertura para tratar das repetições que trazem a dimensão inconsciente do ressentimento e uma modalidade de gozo de um sujeito. É na ação de ressentir que localizamos, muitas vezes, um luto que não acontece ou a impossibilidade de uma separação simbólica. O ressentir consiste em sentir novamente e envolve as recordações e o afeto que essas lembranças carregam, algo que interessa à psicanálise. Difere da recordação da cena traumática, que retorna e independe de um ato de vontade do sujeito: o

⁵ Neste trabalho utilizaremos diversas vezes as diferenciações entre outro e Outro. Entende-se o outro com minúscula como o “pequeno outro, igual e rival, que se encontra no par do estádio do espelho, sendo, portanto, do registro do imaginário” (Quinet, 2012, p. 7). Já o Outro, com maiúscula, refere-se ao “grande Outro, cujo discurso é o inconsciente, que se manifesta nos sonhos, lapsos, sintomas e chistes e que, por ser da ordem do simbólico, é tecido de linguagem e pode ser ‘encarnado’ no Outro do amor – inclusive o amor de transferência –, ao qual se dirigem as demandas e ao qual está articulado o desejo”. (Quinet, 2012, p.7)

ressentir caracteriza a posição inconsciente de um sujeito que não quer esquecer (Kehl, 2011), portanto goza daquilo que não esquece.

Por fim, chegamos ao Eu e ao sujeito em questão. Poderemos falar sobre o ressentido, um passo além que pretendemos focar aqui, quando o ressentimento e a fixação na ação de ressentir compõem a fantasia desse sujeito de tal maneira que esse será nomeado, neste trabalho, de ressentido. O constante ressentir lhe garante uma modalidade de gozo, como afirmamos, uma imagem perante ao Outro e uma forma de escamotear a falta, delegando-a ao prejuízo causado pelo outro em sua dimensão imaginária. Evidencia-se a posição de alguém que responsabiliza o Outro pelo o que lhe acontece e, assim, supõe que se não fosse pelo outro imaginário, ele retornaria a um lugar ideal, retomaria uma imagem de si sem fraturas.

Com entraves em se esquecer de quem, supostamente, lhe causou uma falha, fixa-se em diferentes figuras (vítima, dependente, injustiçado). O que assistimos é a um sujeito vitimizado em sua própria história que, em nome de seu Eu ideal, pode permanecer isolado ou preso em um impasse quanto a se separar psiquicamente do Outro. Aprofundaremos essa dimensão em nosso trabalho.

O esforço de distinção entre as nuances presentes no ressentimento, no ressentir e no ressentido contribuem para que esses significantes possam compor nossa leitura clínica. Da mesma maneira, acredita-se que legitimar esses termos, em nossos estudos teóricos, pode contribuir para a revisitação de outros conceitos psicanalíticos. Esperamos que um retorno a Freud e a Lacan nos ajude a situar a lógica e a estratégia presentes nessa posição que o ressentido apresenta.

2. UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO RESSENTIMENTO

Após percorrermos nossa introdução e as descrições do ressentimento em outras áreas das ciências humanas, iremos nos debruçar sobre as características que podemos localizar na gramática dos sujeitos. Escutamos com frequência na clínica o termo ressentimento, as expressões “ressentir-se” e “estar ressentido” ou, como ouvi de uma paciente, “tenho medo de virar uma ressentida”. No entanto, quem é esse que fala de seu ressentimento? O que a presença do ressentimento na narrativa e no discurso de um sujeito revelam ao psicanalista?

Considerar que o ressentimento é relevante para consolidar os dados clínicos de alguém que atendemos e que é um marcador capaz de ajudar a localizar certo funcionamento psíquico não implica, neste trabalho, em afirmar que se trata de um novo tipo clínico e, menos ainda, de uma estrutura diagnóstica. No entanto, apostamos que sua descrição e posterior apresentação conforme uma leitura psicanalítica podem contribuir para a escuta clínica e para os estudos com esse enfoque. Ao longo do percurso, nosso objetivo será compreender o lugar aqui nomeado como o do *ressentido* e sua respectiva estratégia.

Entende-se o ressentimento como uma via de acesso ao sujeito do inconsciente, justamente por especificar as maneiras como ele se relaciona com o que lhe aconteceu, com seu passado, com sua história, sua narrativa. O que nos chama a atenção, à primeira vista, é o inverso do que ocorria com as primeiras pacientes de Freud: com elas, o trabalho era o de retomar lembranças que estariam recalçadas. Para o tratamento, elas precisariam ser recuperadas.

Já a amarração do ressentimento pode ser feita a partir de uma cena ressentida, mas não esquecida, que cristaliza o ressentido em uma posição de vítima. Aquele que sofre por conta do não-esquecimento, que justifica sua impossibilidade em esquecer a partir da gravidade do que sofreu – aí de quem lhe disser que a situação pela qual se ressent deve ser “superada”, “não é importante”, “não é decisiva”. De que maneira podemos falar sobre a função do ressentimento para o sujeito?

2.1. A COLAGEM DO SIGNIFICANTE AO AFETO

*da próxima vez que
pedir um café preto
você vai sentir o jeito
amargo com que ele te deixou
isso vai te fazer chorar
mas você nunca vai
trocar de bebida
você prefere ter as partes
mais sombrias dele
a não ter nada
(Kaur, 2017)*

O primeiro estatuto psicanalítico que pode ser atribuído ao ressentimento situa-se no tema do afeto ou, como vimos, da constelação afetiva. Para Kehl (2011), o ressentimento pode ser definido como constelação afetiva por incluir outros afetos em sua caracterização. Scheler (sem data, citado por Kehl, 2011) apontou entre esses: o rancor, a malícia, a inveja, a maldade, a raiva. Segundo Kehl (2011), sua diferenciação de outros afetos é “a possibilidade de ser acionado por um ato de vontade ligado ao domínio do Eu” (p. 43).

Aqui partimos do afeto ao desenho da figura do ressentido. Tal movimento não é comum quando estudamos o ódio, o amor, o tédio. A figura do odioso, do amoroso ou do entediado talvez sejam menos acessíveis pela via da teoria do que a do ressentido, o que indica a complexidade do ressentimento e, ao mesmo tempo, uma distância em relação a outros afetos. A intenção de descrever essa figura passa pela construção de uma nova abordagem a partir do afeto, presente nos trabalhos de Vieira (2001) e Soler (2011), embasados na teoria lacaniana dos afetos. Vieira (2001) evidencia:

Para Freud, trata-se de um amálgama complexo que inclui a lembrança, a verbalização, a descarga, uma certa tonalidade emotiva que não se confunde com ela e, além disso, a materialização de algo a mais que não chega a ser nomeado, mas que fixa o desejo e o situa do lado do sujeito. (Vieira, 2001, p. 26)

Segundo Vieira (2001), no estudo dos afetos, temos como desafio sua descrição a partir da relação com a estrutura clínica, o que coloca em cena o sujeito e o Outro. Isto posto, tratando-se do campo metapsicológico, o afeto enquanto puro fenômeno é insuficiente. Soler (2016) ressalta que, para Freud e para Lacan, o afeto é um efeito, por isso não pode ser tratado sem que nos aproximemos daquilo que o produz, como a libido, o desejo e as pulsões. As duas pontuações nos interessam, na medida em que o ressentimento convoca a apoiar-se sobre

o fenômeno, o acontecimento externo, que parece funcionar como causa e justificativa desse afeto. Mais além: no ressentimento, o afeto é acompanhado por uma cadeia de significantes de difícil deslocamento e descolamento.

A atenção sobre o acontecimento externo, enquanto realidade que marca o sujeito, remete à preocupação freudiana, frente à histeria, com a realidade factual daquilo que era trazido pelas pacientes: ou seja, o que elas relatavam podia funcionar como causa de seus sintomas. Carreira (2009) afirma sobre Freud:

Embora a princípio ele também tenha caído no engodo de tomar as cenas de sedução, nas quais suas pacientes se apresentavam como forçosamente submetidas ao desejo do Outro, como fatos, ele pode localizar aí a criação de um sujeito, que traumatiza e faz sintoma. (p. 158)

Assim, ao localizar a participação do Eu e do sujeito, que traumatiza e faz sintoma, no afeto em questão pode-se abrir um novo campo de pesquisa. Para Vieira (2001): “Se tomamos a perspectiva lacaniana, o afeto, como fenômeno psicanalítico, concebe-se, ao contrário, no quadro das relações do sujeito com o Outro. Nesse contexto ele se relaciona, estruturalmente, com aquilo que determina o sujeito como tal, o objeto” (p. 46). Nessa perspectiva, um estudo sobre esse afeto, pode levar ao estudo das relações do sujeito com o Outro, expressa por meio de uma posição.

O fato de o ressentimento abarcar outros afetos parece contribuir ainda mais para a dificuldade de driblar conteúdos manifestos a fim de alcançar aspectos inconscientes. Segundo Vieira (2001): “O afeto em si não é um enigma; é bem o contrário, o que nos distancia do enigma fundamental – o desejo veiculado no conteúdo latente – através do sentimento de verdade que ele acrescenta aos conteúdos manifestos” (p. 50). O “sentimento de verdade”, no ressentimento, parece compor sua natureza repetitiva: uma vítima, um injustiçado, entre outros significantes que remetem à alienação quanto ao desejo do Outro.

A partir do afeto trabalhado em Freud, algumas leituras se ramificaram. Inclusive, por conta das distinções entre as traduções que remetem aos termos em alemão – *affekt*, *affektbetrag*, *ansatz*. Vieira (2001) propõe uma solução para que nem se reduza o afeto “à uma tonalidade qualitativa da descarga, a um efeito das vicissitudes da representação sem nenhum papel de mensagem em si” (p. 52), ou seja, “a um resto de recalque, efeito pontual que nada indica em relação ao significante que acompanha (...)” (p. 52), nem identificá-lo a um “representante mais autêntico da pulsão, que diria sua verdade” (pp. 52-53). Esses termos

não serviriam à ampliação do estudo de um afeto.

Com Lacan (1962-63/2005), temos assinalado, de outra maneira, outros dois aspectos que não correspondem ao afeto, mas que guardam estreita relação com seu estudo: o ser e o sujeito.

Visto que os movimentos de afinidade ou aversão por meu discurso deixam-se levar, muitas vezes, pelas aparências, sem dúvida eles acham que me interesse menos pelos afetos do que por outras coisas. Isso é absurdo. Vez por outra, tentei dizer o que o afeto não é. *Ele não é o ser, dado em seu imediatismo, nem tampouco o sujeito sob forma bruta (...) E é justamente por essa razão que ele tem uma estreita relação estrutural com o que é um sujeito, mesmo tradicionalmente* [itálicos nossos]. (Lacan, 1962-63/2005, p. 23)

Soler, em seu livro “*Les Affects Lacaniens*” (2011), traduzido para o inglês pelo psicanalista Bruce Fink, em 2016, ressalta a importância do afeto para a psicanálise e também denuncia as injustas acusações de que Lacan teria negligenciado o estudo desse conceito, conforme assinalado pelo próprio autor na citação acima. Desde o início de seu trabalho, Soler (2016) ressalta que toda a teoria por ela abordada já está presente nos textos lacanianos e são parte da releitura freudiana acerca do afeto. Tão importante o afeto, Soler (2016) introduz em seu livro: “Na raiz de qualquer pedido inicial por análise, sempre há um sofrimento que vem do afeto (*affective suffering*) que é difícil de suportar (*bear*) e que busca por uma cura” (p. 1, tradução nossa). O afeto é o que ilumina a relação entre o corpo e o sujeito, que, por sua vez, é efeito da linguagem, marcado por significantes emprestados pelo Outro.

Nesse sentido, uma suposição de que há um trabalho com os afetos dissociado do trabalho com os significantes parece equivocada. As inúmeras tentativas de descrição dos afetos necessariamente passam pelo Outro, o que poderemos ver mais detidamente no capítulo 4, acerca da constituição do sujeito. A autora (2016) ressalta:

Deve ser notado que *não há nenhuma oposição entre o trabalho clínico com os significantes e com os afetos*, ainda que eles tenham algumas vezes sido caracterizados como intelecto versus experiência viva, respectivamente. Isso é absurdo, porque significantes nos afetam e o afeto é determinado unicamente pelo significante. (p. 5, tradução nossa)

O alerta de Soler (2016) é coerente com a proposta de Vieira (2001), que trata de diferentes vertentes de análise sobre o afeto, partindo do desenvolvimento do conceito da angústia ao longo da teoria freudiana. A angústia, também trabalhada por Soler (2016), seria a baliza no estudo de qualquer afeto, justamente por conter distinções cruciais em relação aos demais. Em nosso estudo, isso parece interessante, principalmente no que abrange a transformação do afeto, na teoria freudiana, graças à introdução da pulsão de morte, via estudo da angústia, em “Inibição, Sintoma e Angústia” (Freud, 1926/2016). Como anunciado, nos interessa a repetição, indicativa da pulsão de morte – proposta por Freud em “Além do Princípio do Prazer” (1920/2016) –, envolvida no ressentimento.

A angústia, muitas vezes abordada como algo que não precisamos e nem conseguimos descrever enquanto fenômeno, seria o afeto que sinaliza a experiência de desamparo, traumática, e que, em Freud (1926/2016), tem uma “qualidade de indefinição e falta de objeto”. O fato de prescindir de descrição aponta para uma diferença entre angústia e outros afetos, que são, muitas vezes, acompanhados por algum sentido.

Lacan (1962-63/2005), a partir de Freud, formula que, no lugar da falta de objeto, a angústia trata do encontro com um objeto que falta. É no Seminário 10, “A Angústia”, que o psicanalista formaliza o conceito de *objeto a*. Não à toa, para Lacan (1962-63/2005), a angústia, que remete ao registro do real, é o afeto que aproxima o *objeto a*, causa de desejo, e que, ao mesmo tempo, aponta para o desejo do Outro. Por outro lado, os demais afetos podem ser considerados como efeitos do real simbolizados a partir da angústia. Funcionariam como uma proteção do sujeito contra o real da angústia, introduzindo um deslizamento metonímico de significações.

Neste ponto, interessa a marcação que Soler (2016) faz ao dizer que a angústia é um afeto relacionado à separação. Segundo a autora: “a angústia aparece onde há uma quebra ou ruptura nas significações esperadas, seja por uma quebra no campo perceptivo ou por uma falha no campo discursivo. A angústia é inseparável da dimensão do desconhecido (...)” (p. 25, tradução nossa). Tal dimensão pode ser correlativa à da separação, onde o sujeito, por se encontrar com a falta do Outro – ele não sabe o que o Outro quer –, se encontra separado da cadeia significante que o orientava. Por isso, a psicanalista qualifica a angústia como um momento de destituição subjetiva.

O ressentimento parece cumprir com o esforço de tamponar esse desconhecido: eis aí

a repetição de sentidos colados a eventos, que, provavelmente, não eram esperados pelo ressentido. Um exemplo didático na clínica seria o da ruptura amorosa sem aviso, onde, posteriormente à angústia experimentada pelo paciente, por vezes, testemunha-se o ressentimento, efeito da proteção contra o real. A relação com o tempo que o ressentimento apresenta, ou seja, a fixação ao passado, é uma estratégia quando qualquer medida temporal escapa. Soler (2016) aponta que “a angústia para os relógios” (p. 28, tradução nossa).

Podemos trazer com mais detalhes uma situação clínica que parece desvelar tal movimento. Ao escutar um paciente que sofre uma separação amorosa inesperada, falas repetidas sobre a descrença em relação a se relacionar com qualquer outra mulher eram justificadas a partir de seu ressentimento, como se a nova mulher fosse sempre igual à antiga, assim como ele mesmo e o relacionamento. Ao longo das sessões, marcadas por duras queixas à antiga namorada, o paciente vai atribuindo outros sentidos à separação. Por fim, estes o levam a dizer que sua insistência na ex-namorada correspondia a uma forma de não pensar sobre outras coisas que o angustiavam.

De volta ao texto freudiano, à luz do operador afeto, Vieira (2001) ressalta que é a própria angústia que “traça uma estrutura comum para os diferentes tipos de neuroses, partindo da premissa de que todas elas são maneiras de lidar com a castração” (p. 64). E ainda: “A castração tanto é problema, quanto solução. Todo sujeito, necessariamente se constitui como resposta, grade, ao caos” (p. 64). Essa ambiguidade da castração diz respeito tanto às possibilidades que o sujeito constrói a partir da castração, os próprios sintomas, quanto ao movimento da pulsão de morte que, por excelência, é o retorno constante a esse caos mítico do primeiro encontro, traumático, do sujeito com o mundo.

Isso permite o autor concluir que é a própria castração “a marca que faz do caos inicial um perigo a ser recalçado” (Vieira, 2001, p. 65). Por conta disso, a articulação inerente à angústia, enquanto sinal da situação de perigo que remete ao desamparo estrutural, convoca a castração. Outro ponto importante, que surge a partir do texto freudiano de 1926, de acordo com Vieira (2001), é que a castração é responsável por atribuir ao caos o estatuto de gozo proibido. Não nos deteremos neste item sobre o conceito de gozo, mas é importante anunciar que este tem relação com a angústia, a castração e a pulsão de morte. As construções que o autor (2001) faz a partir do trabalho freudiano, retomando a castração, não implicam na construção de que é preciso haver castração para haver angústia, mas esta seria uma das soluções possíveis.

Considerando-se que a angústia é “o afeto que não engana” (Lacan, 1962-63/2005), qual seria o engano do ressentimento? Soler (2016) aponta que o termo em francês *trompe*, usado por Lacan, traduzido para o português como o verbo enganar, tem raiz no pensamento freudiano que descrevia o afeto como o que passa de representação em representação e, dessa maneira, não corresponde àquilo a que está ligado manifestamente. Justamente por isso, no trabalho de análise, os afetos não são aliados da interpretação (Soler, 2016), o que é radicalmente diferente de afirmar que eles devem ser negligenciados.

Colocar o afeto em segundo plano por seu caráter de engano seria desconsiderar o que Freud já apontava como resistência em abrir mão do sintoma. Soler (2016) pontua: “(...) O afeto, que era subordinado em relação a técnica analítica, acaba por ser não tão facilmente subordinado na experiência subjetiva” (p. 11, tradução nossa). Deveríamos considerar a lealdade do sujeito a seus afetos enquanto “desobediência” – termo escolhido pela autora em relação ao que Freud aponta como resistência – em relação às técnicas analíticas? Ou seriam as técnicas analíticas praticadas, por vezes, de modos resistentes ao afeto (com exceção da angústia)? Avisados sobre seu engano, como manejar o afeto na análise, sem que isso componha a resistência do analista?

Aqui, podemos retomar o ressentimento, onde temos o afeto e sua trama significativa juntos, que se repetem e são re-sentidos – colagem que nos interessa e que apresenta a posição do sujeito (de modo algum apresentá-lo corresponde a *representá-lo*, função esta do significante). O ressentido parece saber muito bem sobre aquilo que lhe causaram e justifica seu afeto racionalmente. O ressentimento serve à sua inação, ao gozo que fica no plano fantasmático. Essa suposta lucidez sobre o acontecimento pode ser por onde o ressentimento engana. Engana o Eu, mas diz sobre o sujeito. Sabe-se, desde a psicanálise, que há uma discrepância entre os dois, o afeto e sua justificativa. O afeto “é sempre deslocado, um pouco desviado em relação a seus motivos aparentes” (Cottet, 2001, p. 11).

Segundo Cottet (2001): “(...) sem qualquer autonomia energética com relação ao discurso, o afeto não pode libertar-se nem do pensamento nem da linguagem” (p. 11). Cottet, (2001) no prefácio do livro “A Ética da Paixão: uma Teoria Psicanalítica do Afeto”, de Marcus André Vieira (2001), expõe que, em Lacan, a variedade dos afetos ajuda a demarcar as “diferentes posições do sujeito em relação ao ser” (p. 12). Nesse caminho, alerta: “Para evitar toda concepção globalizante do afeto, é preciso, ao contrário, promover uma clínica diferencial dos afetos, ligada ao discurso inconsciente e não às intensidades ou às relações de

força.” (Cottet, 2001, p. 12).

A teoria psicanalítica dos afetos, retratada por Vieira (2001), traz contribuições importantes para pensarmos sobre o ressentido. O autor relembra: “o primeiro grande passo da psicanálise foi abandonar a história factual como cofre das verdades do sujeito” (p. 27). Nesse ponto, podemos indagar o que o ressentido nos evidencia sobre um tipo de relação do sujeito com o Outro. Advertidos por nossa teoria, de que não é bem da história cronológica do indivíduo que se trata, sabemos que é pelas marcas de sua pré-história e história, na relação com o Outro, que se constitui o sujeito.

Atenta-se para a maneira como o ressentido conta sobre o que lhe aconteceu e, nesse ponto, a presença ou não do ressentimento enquanto afeto pode denunciar algo decisivo para o tratamento. Podemos, auxiliados por esse embasamento, atribuir ao ressentimento o estatuto de afeto e prosseguir para sua diferenciação na clínica, com o intuito de investigar o engano, por onde passam as justificativas do Eu e a caracterização da posição do sujeito frente à demanda e ao desejo. Vieira (2001) afirma: “Não preciso necessariamente definir o que é um afeto para fazê-lo funcionar em uma análise, isso já acontece. O que nos cabe é poder situar este ou aquele afeto em ação na trama de uma história (...)” (p. 16).

De que maneira o ressentimento está “em ação” na trama do ressentido? Por caracterizar o Eu e marcar uma posição em relação a seu ser, como outros afetos. O afeto investido na lembrança da situação que “justifica” o ressentimento corresponde a uma ligação a esse Outro do qual não pode se desligar. Há uma escolha inconsciente do ressentido em permanecer alienado a esse Outro, o que veremos mais para frente usando os operadores da alienação e da separação. Para ilustrar essa modalidade, temos a música de Chico Buarque escrita em parceria com Francis Hime, em 1972, “Atrás da Porta”. A música traz a história de uma mulher que retorna à cena onde é abandonada pelo amante, e revela a particularidade de sua fantasia de vingança, pilar de seu ressentimento.

Podemos, a partir da voz feminina do eu-lírico, situar a montagem comum ao ressentimento. Primeiramente, temos a descrição da cena ressentida: “Quando olhaste bem nos olhos meus e o teu olhar era de adeus”. A dimensão do olhar, que anuncia uma separação é, em seguida, desacreditada: “juro que não acreditei, eu te estranhei, me debrucei, sobre teu corpo e duvidei”. A música apresenta uma ruptura inesperada, que ilumina o desejo do Outro, sempre enigmático e inacessível e, ao mesmo tempo, uma referência (ainda que falha) do próprio sujeito. Depois de uma reação desesperada, “me arrastei e te arranhei e me agarrei nos teus cabelos, nos teus pelos, teu pijama, nos teus pés, ao pé da cama”, a mulher passa ao lugar

de objeto, de resto, de abandono: “sem carinho, sem coberta, no tapete atrás da porta, reclamei baixinho”.

Este trecho é emblemático para representar o ressentido. Diante do que lhe acontece, a ruptura imposta, o ressentido reclama baixinho. É aquele que não se pronuncia. No entanto, imaginariamente, pensa ter se comunicado ou supõe que o Outro do amor sabe o que ele quer dizer. Aqui, poderíamos pensar no que o ressentido deixa de enunciar no momento em que o desejo do Outro aparece: a inação será o motor de seu afeto. Os poetas criam a resposta ressentida, aquela que só pode vir *a posteriori*: “Dei pra maldizer o nosso lar, pra sujar teu nome, te humilhar e me vingar a qualquer preço, *te adorando pelo avesso, pra mostrar que ainda sou tua, só pra provar que ainda sou tua* [itálicos nossos]” .

Os autores expõem o engano dos afetos. As acusações são o avesso do que outrora era o amor; a vingança permite ao ressentido permanecer vinculado ao outro ou alienado ao Outro. As acusações, as agressões que humilham são as maneiras encontradas pelo ressentido para não se separar. Fica latente que, diante de tudo isso, o eu-lírico feminino ainda é objeto do Outro. A fantasia de vingança indica a busca por retornar à posição de objeto um dia ocupada frente ao desejo do Outro.

2.2. AMOR, ÓDIO E RESSENTIMENTO

Filha do medo, a raiva é mãe da covardia.

(Buarque, 2017)

Em “O Mal-Estar na Civilização” (1930/2013), texto clássico que apresenta o paradigma cultural da psicanálise (Nogueira, 2004), Freud aborda as formas de sofrimento que se apresentam quando o sujeito, para estar no laço social, precisa renunciar à satisfação plena. Esse amor dual, experimentado pelos casais, como a dupla da música de Chico Buarque, “Atrás da Porta”, faz parte das inúmeras tentativas de reviver a mítica primeira relação de completude, a do bebê com a mãe, falha desde que existe um terceiro, a linguagem, ou a própria cultura.

Ainda assim, a civilização “favorece qualquer caminho para estabelecer fortes identificações entre eles, e mobiliza em grau máximo libido inibida na meta, para fortalecer os vínculos comunitários através de relações de amizade” (p. 54). A relação entre os semelhantes, indivíduos de uma civilização, sofre determinadas exigências, que se transformam e se alteram de acordo com o contexto histórico e cultural. No caso da sociedade

ocidental, tem-se, entre as exigências, uma retomada por Freud (1930/2013) como ideal, conhecida desde antes do cristianismo, “ama teu próximo como a ti mesmo” (p. 54).

O amor ao próximo referido não diz respeito ao amor ao escolhido enquanto objeto sexual, nem àquele que lhe traz vantagens, mas a todos que fazem parte de uma comunidade. Dessa forma, Freud (1930/2013) ressalta a estranheza e a surpresa frente à frase: como seria possível ao indivíduo tarefa tão custosa como o amor em direção ao outro sem que fosse ofertado por este algo em troca? Dito de outra maneira, como amar sem que o outro necessariamente mereça o que de mais caro e precioso o sujeito pode dar?

Freud (1930/2013) explica que este amor ao próximo pode existir quando, no outro, é possível alguma identificação, semelhança e reconhecimento. O amor aparece como um privilégio ofertado àqueles que amamos e, por isso, não poderia ser destinado a desconhecidos. Nesse sentido, a exigência “ama teu próximo como a ti mesmo” anunciada, torna-se impossível. Além de o amor em questão ser encarado como um ideal, de caráter ilusório, é apontado como, em lugar do amor, temos facilmente a hostilidade e o ódio ao desconhecido. Freud (1930/2013) elucida:

Ele não parece ter qualquer amor a mim, não me demonstra a menor consideração. Quando lhe traz vantagem não hesita em me prejudicar, não se perguntando mesmo se o grau de sua vantagem corresponde à magnitude do dano que me faz. Mais até, ele não precisa sequer ter vantagem nisso; quando pode satisfazer um prazer qualquer com isso, não se incomoda em zombar de mim, em me ofender, me caluniar, exibir seu poder, e *quanto mais seguro ele se sentir, mais desamparado estarei eu* [itálicos nossos], mais seguramente é de esperar essa sua conduta para comigo. (1930/2013, p. 55)

A passagem nos aproxima de algumas problemáticas do ressentimento. De que maneira o amor e o ódio se relacionam com o ressentimento? Fala-se em ódio e hostilidade ao desconhecido, mas, uma vez que na civilização descrita há a premissa do amor, que pode vir a ser um imperativo, sua ausência ou desconsideração será campo fértil ao ressentimento. Nesse sentido, um ressentimento que surge como resposta ao mal-estar em uma cultura em que o amor incondicional está “garantindo” imaginariamente, algo da ordem da completude, mas falha no plano simbólico, onde não existe completude. Amor que, como outras paixões:

se caracteriza pela suspensão provisória da barra que separa o significante do significado, portanto, em função dessa suspensão o sujeito vive as experiências da paixão de forma unívoca, já que aquilo que qualifica a paixão se refere a essa certeza que cada um tem sobre suas ações e sentimentos. (Dias, 2012)

No entanto, em momentos de ruptura – afinal, a suspensão é provisória –, a paixão vacila e dá abertura para a instalação de outras paixões e também de afetos. O trecho freudiano carrega uma queixa direcionada ao outro, onipotente e seguro, e sua característica relação assimétrica: “quanto mais seguro ele se sentir, mais desamparado estarei eu” (Freud, 1930/2013, p. 535). Além disso, também apresenta uma via de identificação para o ressentido. Neste ponto, podemos situar o ressentimento em relação ao amor e ao ódio. Este guarda uma relação com o amor, pois, não fosse este garantido, não haveria por que se ressentir. O amor e o ódio são constitutivos do Eu, ponto que vamos explorar em seguida.

Lyra e Camargo (2012) ressaltam como os dois afetos tendem a ser pensados um como avesso do outro, evidenciando a ambivalência característica das relações entre os homens. No entanto, relembram que Freud (1915/2010), em “Os instintos e seus destinos”, anuncia que, em termos constitutivos, o ódio é anterior ao amor. Nesse sentido, “o ódio não deve ser pensado simplesmente como uma reação ao que é externo, ao que é desprazeroso, nem como um simples avesso do que seria um amor primordial” (Lyra e Camargo, 2012, p. 86).

Em “O Mal-estar na Civilização”, Freud (1930/2013) indica uma possível solução, com a transformação da premissa cristã em: “ama teu próximo assim como ele te ama” (p. 56). No entanto, como estabelecer a diferença entre os indivíduos em uma relação de suposta reciprocidade afetiva? Lógica familiar é a do ressentido, que esperava do outro semelhante nada menos do que, imaginariamente, ele próprio lhe entregou. A premissa do amor, que sustenta a posterior instalação do ressentimento, evidencia um impasse frente à diferença que o outro apresenta.

Sobre a relação com o diferente, Jordão (2009) afirma: “O movimento central da manobra do ressentimento é a imputação do mal ao diferente” (p. 122). Freud (1930/2013) aponta para a suposta via de mão-dupla: “ama teu próximo como ele te ama”, ao mesmo tempo em que revela a impossibilidade do “ama teu próximo como a ti mesmo”.

Há diferenças na conduta humana que a ética classifica de “boas” ou “más”, não considerando que foram produzidas por condições determinadas. Enquanto essas inegáveis diferenças não forem suprimidas, obedecer às elevadas exigências éticas implicará danos aos propósitos da cultura, por estabelecer prêmios para a maldade (...) O que de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instituídos, também um forte quinhão de agressividade. (Freud, 1930/2013, pp. 56-57)

O que aqui Freud (1930/2013) apresenta via agressividade vemos que está diretamente relacionado à presença do próximo, o outro, que poderia vir a ser o objeto sexual, mas também “uma tentação para satisfazer a tendência à agressão” (Freud, 1930/2013, p. 57). Freud (1930/2013) identifica o fator que perturba a relação entre os semelhantes e explica a ameaça constante de desintegração da sociedade. Para que, no entanto, os sujeitos possam viver em sociedade “a civilização tem de recorrer a tudo para por limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações, através de formações psíquicas reativas” (p. 58).

Podemos dizer que uma dessas formações psíquicas reativas é o ressentimento? Caracterizado não pela passagem ao ato, que seria um corte do sujeito em relação ao Outro, mas sim por uma vingança ou por ações que permanecem no campo imaginário. Estaria aqui o ressentimento marcado pela agressividade em direção ao próximo, mas não sinônimo do ódio. Questionaremos, a seguir, se o ressentimento não é fruto do apagamento deste, uma vez que o ódio “não se resolve no plano imaginário, na disputa e na inveja” (Lyra e Camargo, 2012, p. 87). Para detalhar esse ponto, exploraremos algumas distinções conceituais, para, no próximo item, abordar o conceito de narcisismo.

Dias (2012) traça uma diferença que nos interessa entre a agressividade e o ódio. O ódio, uma das paixões do ser trabalhadas por Lacan (1953-1954, citado por Dias 2012), no Seminário 1, “Os Escritos Técnicos de Freud”, aparece como “reação do sujeito posta em ato de um fracasso da imagem em dar conta de ser significante” (p. 50). Ou seja, ele orienta a constituição do psiquismo e a noção de exterioridade causadora de desprazer por conta de um rompimento na unidade do Eu. De outro lado, a agressividade

opera através de um jogo de espelho (...) é situável desde o narcisismo como relação do sujeito com sua própria imagem refletida no semelhante com quem ele se relaciona como se fosse ele mesmo. Se a agressividade se refere ao espelho e ao tensionamento é mesmo porque ela surge como meio de triunfo do Eu a qualquer custo. (Dias, 2012, p. 49-50)

O ressentimento, muitas vezes silencioso, que pode ser catalisador de revoltas, discriminações, preconceitos e retrocessos, está entre as “expressões mais cautelosas e sutis da agressividade humana” (Freud, 1930/2013). Expõe um tipo de fracasso da relação com o diferente. Cautelosa e sutil porque nem sempre é reconhecida a agressividade do ressentido. Sua relação com o triunfo do Eu, faz com que ele seja facilmente justificado e visto apenas na perspectiva da justiça e da moralidade.

Outro ponto para abordar a relação entre a agressividade, o ódio e o ressentimento é a diferenciação do que, em Nietzsche, é ressentimento e o que é má consciência: ambos refletem modos de inibição da ação que levam a um adoecimento, no entanto

a má consciência tem sua origem na interiorização de forças ativas do homem forte, livre e errante, no momento em que esse homem é encerrado na estreiteza da vida em sociedade e não pode mais descarregar essas forças num curso *natural*, para fora, como fazia antes em sua vida selvagem. Por sua vez, o ressentimento, conforme já foi sinalizado, não se separa da sede de vingança e corresponde, mais propriamente, à interiorização do rancor e do ódio próprios ao fraco diante de seu “inimigo mau”. (Paschoal, 2014, p. 47)

Vemos como o ressentimento, para além da agressividade, pode caminhar em direção ao ódio, quando é levado às últimas consequências e aparece como forma de negação da relação com o diferente. O ódio, quando atrelado ao ressentimento, não é necessariamente posto em ato pelo sujeito: ele é interiorizado e aparece na massa, como vimos acerca do ressentimento em Nietzsche. Uma hipótese aqui apresentada seria a de que o ressentimento surge como um dos efeitos do que Dias identifica como “apagamento do ódio” (p. 61).

Ao lado da moral ocidental e seus ideais em que o ódio não tem lugar ou seu lugar tem reserva no divã da racionalização, expressão escolhida para fazer referência à crítica de Dias (2012) sobre possíveis posições do analista frente ao ódio no manejo da transferência, o ódio pode aparecer encapsulado pelo ressentimento. A “Pasteurização do Humano” (Dias, 2012) lembra o que vimos anteriormente com a moral do ressentimento em Nietzsche:

Nietzsche aponta um processo de homogeneização e de nivelamento, que tem por objetivo a produção de um tipo de homem fraco: “um animal de rebanho, útil, laborioso, funcional e utilizável de diferentes formas” e, nesse sentido, o oposto do homem de exceção, “das qualidades mais interessantes e perigosas”. (Nietzsche citado por Paschoal, 2014, p. 72)

Dias (2012) apresenta a pasteurização do humano também como fruto de experiências terapêuticas, em que há uma escala de valores comprometida com o equilíbrio do sujeito, um suposto triunfo do Eu. Será uma das formas possíveis de um sujeito “equilibrado”, o homem do ressentimento, aquele que não age nem reage, e posterga sua ação ao limite de sua memória hipertrofiada? Ou, em outra formulação, de acordo com o manejo na transferência do ódio, pode ser que o ressentimento apareça como efeito da tentativa de apagamento desse

ódio. Isso porque o ressentimento pode comparecer, uma vez que está justificado imaginariamente.

Dunker (2017) ressalta: “O ódio é um afeto fundamental para os processos de separação. Sem ele, o sofrimento pode ser infinito, e mesmo assim nenhuma transformação é ensejada. Sem uma pitada de ódio, nenhum luto termina” (p.74). Em outra dimensão, diferente do ressentimento que infla os discursos de ódio e de segregacionismo na massa, o ressentimento pode vir muitas vezes como “atrapalhador” de um processo de separação, quando o ódio é combatido enquanto há a premissa do amor. O autor afirma: “Essa soberania do amor pode tornar o luto um processo infinito de inversões que realimenta o luto com o sentimento de impotência, abandono e ressentimento” (Dunker, 2017, p.74).

O impasse que localizamos com a predominância do ressentimento e permanência no registro de agressividade ao outro, no lugar de uma experiência de ódio que produz separação (diferente de segregação), pode impossibilitar o deslocamento do sujeito dessa relação imaginária. Como vimos, o afeto no ressentimento se cola a uma memória repetida, que também o impossibilita a separação do Outro. Nesse caso, localizar o que é da ordem de uma agressividade que impede um ódio produtivo de emergir é condição para a posterior produção de uma experiência de separação e, assim, de entrada no campo da alteridade – simbólico.

Enquanto vimos em Freud (1930/2013) a tendência à agressividade relacionada à dimensão pulsional, temos em Lacan (1948/1998) um desdobramento da agressividade enquanto correlativa a um modo de identificação, ligado ao narcisismo, conceito sobre o qual nos debruçaremos no próximo item. As queixas agressivas, sem reparações possíveis, que compõem o ressentimento revelam a identificação ainda operante em relação ao outro imaginário de quem se queixa. Em “Complexos Familiares” (Lacan, 1938/2008), escrito dez anos antes do texto sobre a agressividade, a entrada do semelhante é tratada como rivalização com a imagem do Eu. Na clínica, podemos perceber que, às vezes, por trás da cena imperdoável trazida pelo ressentido, há a impossibilidade também de se perdoar por “ter deixado aquilo acontecer” – palavras de um paciente.

Podemos observar que, na gramática do ressentido, está em jogo uma “reivindicação de reconhecimento” (Kehl, 2011, p. 56). Do que se trata o reconhecimento, relacionado a seu Eu, envolvido no ressentimento? Kehl (2011) argumenta que “a reivindicação do ressentido é de que reconheçam que ele vale por si, pelo o que ele é, sem que este valor precise se realizar no mundo, no espaço público, no trabalho, no vínculo com os outros” (p. 56). Um valor que pode ser atribuído ao narcisismo do ressentido. Kehl (2011), para diferenciar o ressentido do melancólico, aponta: “Estamos na clínica, diante de um sujeito cujo valor foi antecipado e

garantido pelo Outro – diferentemente da melancolia, em que o Outro não ofereceu à criança nenhuma garantia quanto a seu valor” (p.56).

2.3. NARCISISMO E LUTO

Prosseguimos abordando o narcisismo como outro conceito importante no estudo do ressentimento. Em “Introdução ao Narcisismo”, Freud (1914/2010) ensina:

O narcisismo primário que supomos na criança, que contém uma das premissas de nossas teorias sobre a libido, pode ser mais facilmente confirmado por inferência retrospectiva de um outro ponto do que apreendido por observação direta. Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. (p.36)

Começamos a explorar o que o narcisismo primário, retomado do próprio narcisismo revivido pelos pais, e a unificação de um Eu, pode evidenciar sobre o ressentimento. O narcisismo primário, como exposto por Freud (1914/2010), compreende: “uma suposição necessária, a de que uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido” (p. 19). Nessa iniciação, a partir do olhar constitutivo dos pais, são depositados todos aqueles atributos ideais sobre a imagem da criança à qual não pode ceder lugar aos defeitos fruto do contato com a sexualidade infantil dos próprios pais. Freud (1914/2010) evidencia: “Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil” (p. 36).

Segundo Fernandes (2010), ainda em relação ao narcisismo primário: “Freud propõe conceber o narcisismo como uma localização particular da libido” (p. 80), que situa um momento entre o autoerotismo, no qual o corpo vivido é fragmentado, e o amor objetal na qual o investimento é em outro objeto. O que nos interessa particularmente no narcisismo primário seriam as atribuições de perfeição projetadas nessa imagem idealizada pelos pais, o Eu ideal. Em Lacan, temos uma precisão acerca do Eu ideal, em alemão *Ideal Ich*, que pertenceria ao plano imaginário. Esta imagem ideal, no entanto, é sempre ancorada no universo parental, que corresponde ao universo simbólico em que estão inseridos.

Em um momento há de se abandonar esse ideal de perfeição, ele fracassa ao longo do desenvolvimento – termo utilizado por Freud –, o que dá lugar ao narcisismo secundário. O

narcisismo secundário diz respeito a um segundo momento, no qual já houve a passagem ao amor objetual, porém esse investimento pode retornar ao Eu. Fernandes ressalta (2010):

Com base na distinção entre os dois narcisismos, Freud conclui por postular um investimento original da libido no eu (dando lugar ao narcisismo primário), seu direcionamento posterior aos objetos (possibilitando o amor objetual) sem que a libido, uma vez investida nos objetos, se esgote, convertendo-se completamente em libido objetual. Persiste a possibilidade contínua de sua reversibilidade – a libido deslocando-se ao objeto, retornando ao eu, voltando a reinvestir os objetos etc. (p. 81)

São os ideais que continuam a orientar o sujeito em relação a seus investimentos objetuais ao longo de sua vida. Freud (1914/2010) aponta que:

(...) o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pôde mantê-la perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do Ideal de Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal. (p. 40)

Kehl (2011) afirma que, no ressentimento, “a relação entre o eu ideal e os ideais do eu é problemática” (p. 61). O ressentido parece, após aquilo que o acusado lhe causa, retornar a seu investimento narcísico submetido ao lugar de perfeição que um dia lhe foi outorgado, inclusive pelo outro que o decepciona ou o abandona. O lugar de perfeição idealizado pelo outro em seu narcisismo primário é o lugar que o ressentido espera que lhe concedam novamente. Mesmo com esse lugar mítico perdido, no imaginário do ressentido há um outro responsável por retirá-lo desse lugar.

O psicanalista Kancyper (1994) descreve: “o ressentimento surge como consequência da impossibilidade, por parte do sujeito, de assumir o desmoronamento da unidade espacial e temporal imaginária, sem fraturas” (p. 38). Certa vez, uma paciente ressentida com o término de seu namoro, decidido pelo ex-namorado, revela: “ele me dizia que eu era diferente de tudo que ele já viveu, que me amava mais que todas que já havia amado, nós éramos apaixonados... agora sei que tudo o que disse não passou de uma mentira”.

Como o ressentido encara essa perda? E de qual perda se trata quando o ressentimento está em jogo? Do objeto de investimento amoroso ou de um lugar que imaginariamente lhe foi concedido? Assim como acontece no luto e na melancolia, o ressentimento pode fazer parte da reação a uma perda de objeto. Para Freud (1917/2012):

O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal etc. Sob as mesmas influências, em muitas pessoas se observa em lugar do luto uma melancolia, o que nos leva a suspeitar nelas uma disposição patológica. (p. 47)

Segundo Freud (1917/2012), diferente do luto, a melancolia é reação à perda de um objeto inconsciente, por isso, há não só o desinteresse pelo mundo externo, mas inibição e rebaixamento da própria autoestima, autorrecriações e insultos contra si. Freud (1917/2012) revela: “O quadro clínico da melancolia põe em destaque o desagrado moral com o próprio ego, acima de outros defeitos” (p. 57). Em termos do investimento libidinal, na melancolia temos que a libido não se desloca para um substituto do objeto, mas sim se retira ao próprio Eu. O Eu se identifica com o objeto abandonado. Vemos aqui a relação com o narcisismo: “A identificação narcísica com o objeto se torna então um substituto do investimento amoroso e disso resulta que, apesar do conflito, a relação amorosa com a pessoa amada não precisa ser abandonada.” (Freud, 1917/2012, p. 63).

Esse ponto se aproxima do que acontece no ressentimento, no qual este passa a ser o elo possível entre o sujeito e o objeto que seria desinvestido – a relação não é abandonada enquanto o ressentimento opera. Porém, na melancolia, o objeto se refugia na identificação narcísica; assim o ódio, a hostilidade, realizando a satisfação sádica, vão em direção ao próprio Eu. Trata-se de um modo de resolução em que a vingança e o atormento dos seres amados passa pela via de sua própria “condição de doente, depois de ter cedido à doença para não ter de mostrar diretamente a eles a sua hostilidade” (Freud, 1917/2012, p. 67).

O ressentido, por outro lado, utiliza-se de outra estratégia em relação ao ódio e à hostilidade, esta é redirecionada ao próprio objeto para a realização do luto. No entanto, como visto na música de Chico Buarque, o ressentido “vira do avesso” seu objeto. Na clínica, podemos observar como o ressentimento, inclusive, pode atrapalhar o movimento característico do ódio em expulsar, excluir ou se separar de um objeto. Uma paciente diz sobre querer “fazer ele sofrer”, mas, ao mesmo tempo, não poder deixar seu alvo – um ex-namorado – ir embora de sua vida, pois isso seria mais duro. Essa dinâmica impossibilita a realização do luto, e o objeto continua a ser investido nas lembranças guardadas pelo ressentido.

No melancólico, sua narrativa é uma forma de direcionar seu ódio e sua hostilidade e, com isso, confirmar a impotência e a incapacidade do Outro em alterar sua severa realidade. De outro lado, a fala do ressentido convoca quem o escuta ao ódio a seu alvo a partir de um sentimento de justiça, de moral. Carneiro, Mapurunga, Silva & Costa (2006) refletem: “No

ressentimento, os efeitos de culpabilidade do supereu são deslocados e dirigidos ao próximo. O gozo é vivido com uma omissão ao outro, posição passiva na qual o ressentido passa a deferir suas injúrias e busca um reconhecimento imaginário” (p. 457).

Um relato clínico serve de exemplo para a diferenciação do endereçamento do melancólico e do ressentido: um paciente ressentido após uma traição do namorado conta sobre o caso extraconjugal aos amigos em comum. Estes, quando encontram o “traidor”, ignoram sua presença, dizem serem incapazes de reatar uma amizade depois do que ele fez. Surpreendentemente, o paciente, depois de algumas perguntas da analista, diz que, por um momento, sentiu pena de seu ex-namorado, e afirma que os amigos foram muito duros.

Nesse caso, assim como em muitos outros, vemos aqueles que escutam – os amigos do casal – equivalerem a queixa ou demanda do ressentido a uma denúncia de não reconhecimento, desamor ou abandono – termos retomados por Dunker (2017). Essa equivalência outorga ao ressentido sua cristalização nesse lugar vitimado. Ele passa a dizer o quanto só se deu conta da gravidade do que aconteceu a partir da maneira como seus amigos o escutaram e lidaram com a situação. A resposta à demanda de reconhecimento da “acusação” retarda a possibilidade de mudança de posição necessária à realização do luto.

Outro impasse para o luto do ressentido é o apego às lembranças, uma espécie de garantia à “dedicação exclusiva ao luto, na qual nada mais resta para os outros propósitos e interesses” (Freud, 1917/2012, p. 49). O ressentido, em seu processo de luto em relação ao objeto, se vale da acusação e goza como aquele que sofre uma injustiça. Revela a ambivalência de seu amor e ódio na relação com o objeto, por meio de seu ressentimento. Nas relações amorosas, por exemplo, vemos que a perda do objeto inicia um trabalho de luto. A partir do ressentimento, vemos claramente que o luto não se trata só do objeto de investimento, mas do lugar que o sujeito ocupava nessa relação amorosa.

Essas duas faces do luto, a do objeto e a do lugar ocupado, põem em evidência a falta no sujeito e no Outro. O ressentimento que atrapalha o luto não seria justamente uma maneira de responder à dimensão da falta? A produção imaginária que se acelera com o ressentimento, afinal é necessário revisitar todas as cenas que argumentem a favor da vítima contra seu réu, coloca quem o escuta, por exemplo, representado pelo analista ou pelos amigos, na posição de juiz. A montagem quase jurídica do ressentido qualifica a falta enquanto injustiça ou erro causado pelo outro.

A maneira de (não) lidar com a falta que se apresenta diante de situações inesperadas, a partir do ressentimento, pode ser problemática quando se torna o único recurso possível do sujeito. Em que casos isso aconteceria? Antes de seguirmos com nossa pesquisa teórica e

apresentar nossa hipótese sobre o ressentido, abordaremos um caso clínico chave, que permite novos questionamentos acerca do ressentimento em psicanálise e do lugar do ressentido.

3. UM CASO CLÍNICO DISPARADOR

*Deixe em paz meu coração,
que ele é um pote até aqui de mágoa
e qualquer desatenção, faça não,
pode ser a gota d'água.
(Buarque, 1975)*

O caso de Santiago⁶ serve, aqui, como disparador de algumas questões de pesquisa acerca do ressentimento na clínica psicanalítica. Assim, este breve capítulo tem a intenção de transmitir elementos decisivos para a construção teórico-clínica que vem em seguida no presente trabalho. O recorte e a seleção de informações servem para apontar aquilo que interessa e, ao mesmo tempo, preservar o sujeito em análise. Vale lembrar que todo caso clínico, quando apresentado, conta com uma dimensão ficcional, por conta dos próprios limites da linguagem e apreensão do que é subjetivo.

Relato, a seguir, pontos importantes que surgiram durante a escuta direcionada a esse paciente, e provocaram questionamentos. Santiago chega à primeira entrevista apropriado do discurso médico, descrevendo crises de ansiedade disparadas por situações claustrofóbicas. Tem medo de ficar *preso* em algum lugar fechado. Peço que conte sobre o início de suas crises. Relata, com detalhes, os sintomas corporais vivenciados – taquicardia, hiperventilação.

Mediante a insistência da analista em querer escutar mais sobre outros aspectos de sua vida, passa a contar sobre sua rotina, bastante organizada. Divide o tempo entre atuar como engenheiro, a pós-graduação e o atletismo. Aos finais de semana, treina no parque, aproveita para estudar e adiantar tarefas do trabalho e, quando pode, sai com a irmã mais nova. Não fala sobre outras pessoas, ponto que produz indagação por parte da analista. Posteriormente, explica o porquê de seu afastamento das relações pessoais, sempre opacas.

É difícil cultivar relacionamentos, pois a maioria dos que experimentou acabou em decepção. Passa a apresentar diversas situações em que amigos antigos e atuais agem de modo diferente do que esperava. Chega à conclusão, a partir de suas interpretações, que, na escola, na faculdade e no trabalho, sempre quiseram estar a seu lado por conta de seu bom desempenho como aluno e funcionário. Relata que, graças à própria boa vontade, algumas

⁶ nome fictício

vezes foi prejudicado. Depara-se, em sua neurose, com o mistério do que o Outro deseja, e expõe a rivalidade e a competição com o semelhante.

As cenas passadas, retomadas quase em ordem cronológica, passam a ser o palco de acusações justificadas pela via do imaginário. Boa parte das situações cotidianas é relembrada por Santiago como grandes eventos. Conta que não consegue se esquecer delas. Passa, então a convocar diretamente a analista: pergunta se ela está de acordo com a gravidade e intenção do que o outro lhe causou. A analista aponta para o sentido único que o paciente atribui aos acontecimentos, perguntando sobre a participação e a reação dos personagens das cenas relatadas.

Aparece, assim, outra vertente de seu discurso – convites recusados, desde a adolescência, a festas, bares, viagens. O uso de álcool e drogas é considerado por ele inadequado. Prejudicam a performance nos estudos, no trabalho e no atletismo, diz. Dessa maneira, justifica sua posição frente ao sexual e ao mundo propriamente adulto, sem muitas respostas diante das perguntas da analista quanto a uma possível curiosidade ou vontade de experimentar a vida social. A única abertura para esse viés ocorre quando confessa que sua insistente recusa tem gerado obstáculos para a relação com as mulheres.

O contato com o feminino passa pela relação com a irmã e com as mulheres mais velhas da família – mãe, avó, tia. Sobre as que conheceu na faculdade e na pós-graduação afirma: são incoerentes. No curso de engenharia, a maior parte delas namorava (com garotos ordinários, a seu ver). Impossível compreender a escolha amorosa, assumia por vezes. Aborda um único relacionamento, curto, no Ensino Médio. Não se recorda do nome da menina. Descreve uma relação onde havia bastante proximidade: passavam todos os intervalos juntos, faziam dupla nos trabalhos escolares e no estudo para as provas. Até o dia em que a recusa do ato sexual, por parte dele, provoca um rompimento. Santiago conta que não pretendia se entregar antes da formalização de um compromisso. Tal decisão se estende a outras mulheres, assim como o esquecimento dos nomes delas, em detrimento de outras descrições.

Constitui-se um enigma: apesar de se lembrar de cada detalhe de histórias, diálogos e sentimentos, apaga da memória os nomes próprios das mulheres, como se elas virassem uma massa indistinta, sem alteridade. Passa grande parte das sessões ressentindo as conversas e os (des)encontros com essas moças que escolhem estar com outros homens. Narra diálogos com o intuito de expressar precisão. Lembra-se da forma como cada uma recusa a continuidade dos encontros. Certo dia, recorda-se do nome da primeira namorada. Conta que, após uma fala da analista, sobre outra moça de que contava, o nome vem à cabeça. Certos aspectos dessa relação, que não merecia ser lembrada, segundo ele, vêm também à tona.

Passa a ocupar as sessões contando sobre esse relacionamento. Para o paciente, não havia motivo algum, com exceção daquele (sexual), que considerava quase irrelevante, para o término. Recordar-se, com bastante afetação, dos bons momentos que passaram juntos. Como ela pode deixá-lo daquela maneira?, pergunta-se. Se ela o deixou, como garantir que outras não o deixariam? Retoma a lembrança de que ela o deixara sem seu consentimento e entendimento da situação. Ele era parte da relação, como ela podia ter feito isso?, questiona. Não podia entender, não fazia sentido, conclui.

Frente ao sem sentido, re-sente todas as cenas que continham afirmações dela quanto a seu carinho e amor por ele. Repete os ditos da moça como se estivessem congelados no tempo passado. Como poderia ter previsto o que aconteceria?, tenta compreender. A falta, ou seja, o desejo da primeira namorada por outra coisa para além daquela relação era incompreensível e intolerável. A partir dessa experiência, o paciente passa a se precaver em seus outros encontros. O ideal de namoro – elenca particularidades que seriam imprescindíveis à namorada do registro imaginário – é retomado diversas vezes. Finalmente, parece sobressair uma posição que pretende antecipar a possibilidade de uma futura separação. Realiza tantas exigências iniciais que acaba por escutar – repetidamente – o não das mulheres. Finalmente, tal processo culmina na impossibilidade de se relacionar e de se encontrar com o Outro sexo.

Ao longo da análise, Santiago seguia ressentindo (re-sentia) o que o outro lhe fazia. Seus encontros e convivência ganhavam o mesmo sentido em suas narrativas – alguém foi injusto ou interesseiro, discurso que abarcava todas as outras relações, íntimas ou distantes. Do lado da analista, a tentativa de intervir apontando para outras possibilidades de sentido era respondida pela via da racionalização, bastante rica na vertente imaginária. Santiago seguia falando de seu sofrimento frente à imprevisibilidade daqueles que supunha conhecidos.

O lugar em que colocava o semelhante, responsável pelos infortúnios de sua vida, na escola, na faculdade, no trabalho, parecia deixar entrever um sujeito desejante, este dando notícias sobre seus furos – uma namorada e um namoro. Marcava sempre a incoerência, a ausência de responsabilidade ou de cuidado do outro para com ele. Muitas justificativas eram dadas para que não fosse possível incluir algo dele naquilo que lhe acontecia; suas múltiplas restrições à entrada do outro eram de difícil deslocamento. Os momentos em que era possível vislumbrar uma associação que escapava à lógica narrativa – reveladora de alguma angústia – eram rapidamente recobertos por acontecimentos passados, uma forma de justificar a desconfiança. O ressentir rapidamente desabrochava quando o silêncio da analista era mais longo. Nessas condições, o paciente parecia ficar *preso* ao passado.

Tal movimento fez a analista questionar se o ressentir seria uma forma de o paciente gozar a partir de um lugar passivo, como ressaltado por Kehl (2011), no qual não havia o que pudessem fazer por ele além de testemunhar seus infortúnios. Parecia mais importante, na dimensão inconsciente, o reconhecimento da impotência frente ao desejo das moças, graças à escolha delas por outros. Buscava, na transferência, a confirmação da analista frente à incoerência delas em suas escolhas, ao interesse dos colegas da época de escola em suas boas notas, aos pedidos excessivos no trabalho, aos abusos da irmã por conta de sua boa vontade.

A demanda de amor à mulher lapidada imaginariamente, com quem teria um relacionamento ideal e duradouro, era retomada pela analista. Como criar condições para se relacionar sem que isso equivallesse ao preenchimento de todos os seus requisitos para um compromisso? Onde entravam suas exigências? Haveria lugar para a falta ou para o enigma quanto ao Outro? As intervenções realizadas com o objetivo de apontar a singularidade de suas escolhas eram respondidas, na maioria das vezes, pela via do que o outro havia lhe deixado como escolha. Assim, a analista se via buscando outras formas de fazer as certezas imaginárias – principalmente sobre as mulheres – vacilarem, recusando a demanda por confirmação.

Santiago justificava suas ações a partir da suposição de que o outro deveria saber o que ele queria ou o que o magoaria, quase lendo seus pensamentos – contava então que isso sua mãe fazia muito bem quando ele era criança. Não se relacionar (ou se relacionar até o ponto em que as mulheres e outras pessoas ofereciam sua face mais enigmática) eram escolhas inconscientes recorrentes. A única mulher que permanecia preservada desse funcionamento, aparentemente, era a mãe.

Assim, indagar a função de ressentir o passado, apontando para a dimensão simbólica que o significante *preso* (da claustrofobia) revelava, sempre com muita atenção aos efeitos das intervenções, foi, por um tempo, uma estratégia da analista. Nesse ponto, as crises de ansiedade já não eram retomadas por ele nas sessões. Por outro lado, Santiago começava a questionar: por que ele não conseguia ter um relacionamento, teria isso algo a ver com ele? Assim, havia uma pequena inversão: ainda que a incoerência feminina fosse eleita como o grande motivo para ele estar sozinho, é possível falar sobre o *medo* de ficar sozinho.

Eram raros os atos-falhos, os sonhos e os chistes durante as sessões. A analista lhe perguntava sobre o presente e o futuro, tentava convocá-lo a falar sobre suas escolhas atuais para além dos relacionamentos. Interessante como, nessas ocasiões, o passado também retornava. Questionava-se, após o atendimento: o que ele ganhava com essa prisão ao passado? Ressentir situações frustrantes parecia ser uma estratégia adotada frente ao desejo do

Outro. A angústia – o afeto que não engana – começa a reaparecer quando a função do ressentir é colocada em questão. Qual o gozo envolvido em ocupar esse lugar na relação com o Outro?, perguntava-se a analista.

No decorrer do trabalho, o paciente, que não faltava, passou a faltar com frequência às sessões. Justificava a ausência pela necessidade de estudar e trabalhar e, posteriormente, pelo fato de seus treinos coincidirem com o horário do atendimento. Oferece um único horário – impossível para a analista – para continuar a análise. Frente a esse empecilho incontornável e bastante representativo da transferência, a analista – mulher – diz não. A análise cessa.

Tal caso ilumina, brevemente, a temática deste trabalho ao situar a posição do sujeito em suas relações e na transferência, reveladora de uma estratégia frente ao desejo do Outro – que deveria ler seus pensamentos frente a condições impossíveis. Qual teoria nos embasa para pensar sobre essa posição revelada a partir do ressentimento e traz ideias que permitam compreender uma possível modalidade de gozo envolvida no ressentir? Vejamos a seguir.

4. O RESSENTIDO

Mas há muito menos liberdade e arbitrio na vida psíquica do que somos inclinados a supor; talvez não haja nenhuma. (Freud, 1907/2015, p. 17)

Passamos, primeiramente, pela fundamentação teórica do ressentimento enquanto objeto de pesquisa na filosofia; em seguida, examinamos de que maneiras o corpo teórico psicanalítico, de Freud a Lacan, fornece uma leitura possível acerca do tema. As categorias eleitas para esse desdobramento foram: afeto, mal-estar, narcisismo e luto. Em seguida, trouxemos para a cena da pesquisa um caso clínico que suscitou questões em relação ao ressentimento, quando inserido na problemática do sujeito em relação ao Outro.

Nosso objetivo, porém, exige um segundo movimento: construir considerações teóricas que sirvam como amparo à nossa prática clínica. Ou seja: de que maneira o ressentimento afeta o sujeito? Quais seriam as particularidades do lugar do ressentido desde o narcisismo à dimensão inconsciente? E como a teoria acerca da constituição subjetiva nos ajuda a investigar o que leva o ressentido a adotar essa estratégia?

Em um primeiro momento da pesquisa, a aposta realizada era próxima a de Assoun (1989): “Não se pode escapar à impressão de que aquilo que Nietzsche teoriza a propósito do ressentimento não é senão o que Freud, desde a origem, teoriza a propósito da *neurose* enquanto tal” (p. 231). Assim, o ressentimento estaria no campo das teorias freudianas, no início de sua clínica da neurose. No entanto, acreditamos que enquanto permanecemos nessa chave de leitura reduzimos as contribuições aos aspectos clínicos, que escapam ao adotarmos uma visão necessariamente atrelada à estrutura. Desse modo, o lugar ocupado pelo ressentido e sua relação com o desejo – portanto, com a falta – será privilegiado em detrimento do viés estrutural.

Dunker (2006) nos ajuda nesse ponto:

(...) parece-me que os debates em torno da noção de estrutura clínica em psicanálise acabaram por enfatizar o termo *estrutura* em detrimento do termo *clínica*. Isso trouxe, como consequência, uma concentração do problema na esfera etiológica e uma redução, a meu ver desnecessária e improdutiva, da teoria das estruturas clínicas à teoria da constituição do sujeito. (p. 122)

Ainda que, enquanto método de investigação, passemos por algumas das teorias sobre a constituição do sujeito, vale lembrar a crítica que Dunker (2006) apresenta à “hipertrofia da

teoria da constituição do sujeito” (p. 126) nas pesquisas clínicas. Isso permite perguntar: qual teoria embasa o lugar do ressentido?; por que alguém se fixa nesse lugar após algum evento ou agravo? Nossa hipótese é de que o ressentido revela uma modalidade particular de relação com o Outro.

A ideia é contribuir para uma diagnóstica, a partir da possível formalização teórica de uma temática presente na clínica. Cabe ressaltar que o ressentido é um lugar característico em que um sujeito se posiciona e não corresponde, necessariamente, a um sintoma, a um tipo clínico ou a uma estrutura clínica. Nesse sentido, quando falamos em diagnóstica do ressentido, estaríamos mais próximos do que Dunker (2015a) aponta em:

Diagnosticar é reconstituir uma forma de vida, definida pelo modo como esta lida com a *perda da experiência* e com a *experiência da perda*. Diagnosticar é dizer como uma forma de vida se mostra mais determinada ou mais indeterminada, como ela cria sua singularidade entre falta e excesso e como se relaciona com outras formas de vida por meio da troca e produção. (p. 282)

“Forma de vida” parece um termo interessante para abordar o lugar do ressentido. Em outro trabalho, o autor evidencia: “(...) a diagnóstica psicanalítica é muito mais extensa que a diagnóstica da estrutura, assim como a direção da cura é muito mais complexa do que inferir procedimentos válidos para a psicose, neurose ou para a perversão.” (2006, p. 125). O autor também retoma Dor (1991, citado por Dunker, 2006), que aponta o traço estrutural enquanto operador teórico interessante para compreender a economia do desejo. Lacan, no Seminário 5 (1957, citado por Dunker 2006), afirma que “*o sujeito se apoia na estrutura*, ou seja, a estrutura não é o sujeito, o sujeito se apoia nela.” (p. 136).

Esse movimento que fazemos não aponta que, ao final desta dissertação, chegaremos à nossa “solução” de pesquisa – o lugar do ressentido necessariamente compreendido por uma gama teórica mais ampla, como é o caso da neurose. Ao mesmo tempo, pretende-se particularizar essa modalidade de relação, que consideramos aqui uma estratégia para arcar com o desejo do Outro.

4.1. AS OPERAÇÕES LÓGICAS DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa (Mãe, 2017, p. 24).

Eleita neste trabalho a abordagem clínica da temática do ressentimento, passaremos a um estudo sobre a constituição subjetiva em psicanálise. A intenção é investigar o que leva um sujeito a cristalizar-se numa posição que pode ser compreendida como o “lugar do ressentido” ou o que essa diz respeito a um tempo instalado pela lógica do psiquismo. A passagem por teorias psicanalíticas da constituição do sujeito fez-se necessária enquanto método de investigação para responder à questão: quais vicissitudes levam um sujeito a cristalizar-se enquanto ressentido? Essa modalidade de relação diz respeito ao modo como um sujeito se constitui? Qual estratégia em relação ao desejo está em jogo na trama do ressentido? Podemos relacionar esse lugar a uma dinâmica fantasmática?

4.1.1. Os tempos na constituição subjetiva

A constituição subjetiva delineada na psicanálise, diferentemente de uma teoria desenvolvimentista, diz respeito a tempos subjetivos do sistema inconsciente, que configuram, inicialmente, formas de relação entre um pedaço de carne e outro – até um sujeito e o Outro. Sobre a afirmação de Freud, acerca da atemporalidade do inconsciente, Medeiros e Mariotto (2016) apontam:

Em sua célebre afirmação de que o inconsciente é atemporal, ele interroga a noção de tempo, atribuindo ao psíquico uma outra lógica em seu funcionamento, em que não é o tempo – no sentido de sucessão de eventos – o que determina o psíquico, mas é a montagem psíquica que sugere em que tempo subjetivo o sujeito se localiza. (p. 45)

Caminhamos na direção do encontro com esse tempo subjetivo onde o ressentido se situa. Nossa hipótese é: o que põe o ressentido no tempo cronológico passado é da ordem do tempo subjetivo em que ele está situado. As autoras Medeiros e Mariotto (2016) revisam a afirmação freudiana e sintetizam: “o tempo do sistema consciente é cronológico e o tempo do sistema inconsciente é lógico” (p. 49). Explicam algo que interessa a nosso estudo:

Significa dizer que o que confere ao consciente a ideia de tempo é a sucessão de eventos e, no inconsciente, o que está em jogo é a significação retroativa que os eventos inscrevem nesse sistema. A atemporalidade do inconsciente denota então que a diferença entre passado, presente e futuro está abolida. Na existência de um sujeito há algo que tanto é contado por ele, o tempo do relógio, como, ao mesmo tempo, algo que nele conta à sua revelia, o tempo lógico. (p. 49)

A reflexão é particularmente importante, uma vez que o ressentido expõe uma relação própria com o tempo cronológico: o constante ressentir fatos passados, recontados por ele. O fenômeno não parece dizer respeito a uma ressignificação retroativa, que culminaria em uma possível elaboração psíquica, com a atribuição de novos sentidos aos fatos, mas sim à repetição de um sentido – (re)sentido. Nossa aposta é de que essa relação com o tempo cronológico passa por determinações inconscientes e revela a lógica de tempos subjetivos para a qual o sujeito retorna. Quando o ressentimento é tratado enquanto sinônimo de reminiscência patogênica, fruto de um evento da realidade, perde-se de vista o mecanismo do ressentido.

Quais são as condições para que o ressentido permaneça fixado a um passado ideal? Quando Kehl (2011), em seu livro, pergunta: “O que ele não pode esquecer?” (p. 27), responde: “o agravo” (p. 27). Aqui, perseguiremos o que não se pode esquecer das modalidades de relação experimentadas nos tempos da constituição e o que se esquece com o ressentimento. O agravo revela a relação consciente com o tempo cronológico e parece justificar, racionalmente, uma desilusão que, inconscientemente, já estava negada⁷ desde a constituição do sujeito. De outra forma, essa lembrança da qual o ressentido faz uso ativo aparece como pivô de uma significação retroativa única, sendo esta a que nos interessa principalmente. Se, no inconsciente, a diferença entre passado, presente e futuro está abolida, não buscaremos a dinâmica do ressentimento somente no passado que ele nos conta.

Não é novidade, em psicanálise, a concepção de memória como marcas mnêmicas inscritas no psiquismo, mas veremos de que maneira elas dizem respeito ao passado historizado e ressentido no presente. Veremos qual função tem esse passado idealizado e controlado pelo ressentido. Kancyper (2018) fala sobre Marta, personagem de “O Mal-entendido”, de Albert Camus (1913-1960):

Marta tinha sido possuída pelo peso do rancor que a retinha no ontem e na memória da desforra. Essa memória compulsiva a posicionava na arrogância da certeza imóvel, sustentada pela dignidade rígida e mortífera de quem está ressentido e não perdoa. (p. 25)

O uso que o ressentido faz da memória é análogo ao de um historiador que remonta o passado para sustentar uma explicação firme acerca do presente: o passado historizado é articulado como causa. A significação rígida, de difícil deslocamento, é o caminho construído

⁷ A escolha pelo termo *negada* corresponde às diferentes formas de negação da castração: recalque (*verdrängung*), desmentido (*verleugnung*) e forclusão (*verwerfung*).

pelo ressentido para dar conta de uma história da qual não foi protagonista a todo tempo. Em uma nota de rodapé, no texto “Observações Sobre um Caso de Neurose Obsessiva” (1909/2013), o caso do “Homem dos Ratos”, Freud escreve:

Nas psicanálises deparamos frequentemente com tais eventos da primeira infância, nos quais a atividade sexual infantil parece atingir o apogeu (...) Se não quisermos nos equivocar no julgamento da realidade, devemos nos lembrar, sobretudo, que as “lembranças infantis” das pessoas vêm a se estabelecer apenas numa idade posterior (em geral na época da puberdade), sendo então submetidas a um complicado processo de reelaboração, inteiramente análogo à formação de lendas de um povo acerca de sua história primitiva. Pode-se claramente perceber que o indivíduo em crescimento procura, nessas fantasias relativas à sua primeira infância, *apagar a lembrança de sua atividade autoerótica*, na medida em que eleva seus traços mnemônicos ao nível de amor objetual, como um historiador que busca enxergar o passado à luz do presente (...) (p. 68)

O trecho acima coloca em evidência o “complicado processo de reelaboração” que envolve toda a formação do sujeito e a comparação do indivíduo com o historiador que busca “enxergar o passado à luz do presente”. No ressentimento, o tempo passado é buscado como explicação e justificativa, a partir da valorização dos fatos, como se esses trouxessem um saber todo sobre o objeto de amor, “eleva seus traços mnemônicos ao nível de amor objetual”.

Um exemplo clínico: um paciente, após descobrir a traição da esposa, passa a investigar o celular, o computador, a agenda da companheira para saber a “verdade” sobre o que aconteceu. O movimento de retorno à realidade dos fatos, mesmo após a decisão pelo divórcio, continua, mas apresenta um sentido único, de difícil deslocamento. O que o paciente relata é o sentimento de que nada do que viveu era “verdade”. Ele enumera as datas e os locais dos encontros extraconjugais da esposa e relembra o que fazia naquele momento. A retomada do passado em busca de um saber total sobre seu objeto de amor paralisa seu luto. Desse modo, o divórcio não corresponde a uma separação efetivamente.

Processos de reelaboração parecem ter uma particularidade no ressentimento. Em termos metapsicológicos, podemos construir a hipótese de que aí, essa rememoração carregada de afeto, vem em função da perda também de um lugar. No caso do paciente, o instante da descoberta da traição o retira do lugar fálico (não-faltante), que, um dia, acreditou ocupar na relação com a esposa. A rememoração passa pela perda do lugar daquilo que completaria o Outro – o falo. Lugar este que guarda semelhanças com aquele perdido desde o primeiro tempo do Édipo, enquanto se vive miticamente em relação de completude com o Outro materno. A retomada da teoria da constituição do sujeito ajuda a evidenciar o retorno e

a prisão ao tempo passado enquanto estratégia já presente na lógica inconsciente inscrita no psiquismo. Para o ressentido, trata-se de um passado idealizado rompido pela ação de um outro.

4.1.2. O surgimento do sujeito pulsional: para além da necessidade

O desejo é o começo do corpo
(Antunes, 2000)

A psicanálise freudiana, ao descobrir o efeito da palavra sobre o corpo no tratamento da histeria, constrói sua teoria acerca do psiquismo. O corpo psíquico é o que observamos se constituir desde o nascimento de um bebê que chega ao mundo indefeso e dependente de quem o acolha e o apresente ao mundo da cultura e da linguagem, o que determina nossa humanidade. Como todo organismo que entra para uma comunidade humana, ele ganha uma história sobre seu corpo – história que fornece contorno ao que é da ordem do real desse ser. O grito ao nascer e todos os outros sinais vindos desse corpo permitirão que o bebê ganhe intérpretes de suas necessidades – estas, recheadas de significação, deixam de ser puro instinto animal.

Pela particularidade desse corpo, o conceito de pulsão é privilegiado no estudo sobre o sujeito, uma vez que, em Freud, o conceito articula a dimensão somática e psíquica e inclui a sexualidade como algo que extrapola a continuidade biológica das espécies. Lacan (1964/2008), na lição XIII do Seminário 11, “Desmontagem da Pulsão”, pontua:

Não há nenhuma necessidade de ir muito longe numa análise de adulto, basta ser alguém que a pratica com crianças para conhecer esse elemento que constitui o peso clínico de cada um dos casos que temos que manipular e que se chama pulsão. (p.160)

A leitura da psicanalista Marie-Christine Lasnik (2004), que apoia sua clínica com bebês e crianças na égide desse conceito, nos embasa no estudo sobre a teoria das pulsões em Freud e Lacan. Retornaremos brevemente aos textos freudianos “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/2016), “Os Instintos e Seus Destinos” (1915/2010) e, mais detidamente, o Seminário 11, “Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise” (Lacan, 2014/1968), para delinear o percurso da necessidade à demanda, conceito importante em nosso estudo.

Em “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/2016), o termo pulsão aparece para justificar a sexualidade para além da reprodução das espécies. Freud se interessa

pelos modos de satisfação presentes desde a primeira infância, que dão pistas da particularidade com que o ser humano se relaciona com familiares, com a comunidade e com seus objetos de investimento libidinal. No texto de 1915, “Os Instintos e Seus Destinos” (1915/2010), tradução da Companhia das Letras realizada por Paulo César de Souza, a palavra “instinto” é, nesta tradução, equivalente ao termo alemão *trieb*:

(...) O instinto nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo. (Freud, 1915/2010, p. 57)

A pulsão é caracterizada por quatro componentes: o impulso (*drang*), que seria a soma de sua força constante “identificado a uma pura e simples tendência à descarga” (Lacan, 1964/2008 p. 161); a meta ou alvo (*ziel*), que é a satisfação; o objeto (*objekt*), aquele com o qual se atinge a satisfação; e a fonte (*quelle*), que seria o processo somático em um órgão ou parte do corpo. Elementos descontínuos para Lacan (1964/2008), que retoma o pensamento freudiano, este com ressonâncias de sua origem médica da neurologia e com o qual pretendia um diálogo entre a teoria do psiquismo e o corpo orgânico.

Inicialmente, encontramos diferenciadas, no pensamento freudiano, as pulsões do Eu ou de autoconservação e as pulsões sexuais. O percurso do inventor da psicanálise, que se transforma ao longo da construção teórica, embasa o que Lasnik expõe como “teoria lacaniana das pulsões”, resultado da releitura de Lacan do texto freudiano, formalizada no Seminário 11, “Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise”. No lugar da pulsão, *trieb*, ser um conceito-limite entre psíquico e somático, ela será o conceito que articula o significante – que vem do Outro, o tesouro dos significantes – e o corpo.

É a partir das primeiras experiências que envolvem um encontro com o corpo do outro que algumas marcas serão feitas – as representações inconscientes no aparelho psíquico. Para Freud (1915/2010), a pulsão é o representante psíquico das excitações que vêm do interior do corpo. A figura que encarna esse Outro é representada no psiquismo da criança sob a forma de traços mnêmicos. Uma vez que esses traços ficam marcados no psiquismo e no corpo em constituição, os apelos deixam de ser por um objeto de necessidade, mas pelo desejado reinvestimento nessa imagem mnêmica, sua experiência de satisfação (Lasnik, 2004). O movimento de apelo e de busca por uma nova experiência de satisfação é o que apoia o desejo.

Lacan (2008/1964) expõe que, na clínica, a pulsão é o que dá acesso à satisfação paradoxal que será trabalhada. Aponta: “O caminho do sujeito – para pronunciar aqui o termo em relação ao qual só pode situar-se a satisfação – o caminho do sujeito passa em duas muralhas do impossível” (p. 165). Lacan (1964/2008) ensina:

A pulsão apreendendo seu objeto, aprende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz. Pois se se distingue, no começo da dialética da pulsão, o Not e o Bedürfnis, a necessidade e a exigência pulsional – é justamente porque nenhum objeto de nenhum Not, necessidade, pode satisfazer a pulsão. Mesmo que vocês ingurgitem a boca – essa boca que se abre no registro da pulsão – não é pelo alimento que ela se satisfaz, é como se diz, pelo prazer da boca. (p. 165)

A pulsão, nesse sentido, tem o formato de um circuito, porque começa e termina no mesmo ponto, “o que vai à boca, retorna à boca” (p.165). O que leva o autor a ressaltar que a pulsão contorna o objeto, nomeado como *objeto a* causa de desejo, que faz borda e retorna. Acerca do objeto, Lacan (1956-1957/1995) já havia adiantado em seu Seminário 4, “A Relação de Objeto”:

O objeto se apresenta, inicialmente, em uma busca do objeto perdido. O objeto é sempre o objeto redescoberto, o objeto tomado ele próprio numa busca, que se opõe da maneira mais categórica à noção de sujeito autônomo, onde desemboca a ideia do objeto acabado. (p. 25)

Ao abordar a fonte (*quelle*), outro componente da pulsão, Lacan (1964/2008) apresenta um ponto interessante ao dizer que a pulsão se parece com uma montagem surrealista, que não tem nem cabeça nem pé. Em um segundo passo, vemos de que se trata: “A pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente” (p.173). A hiância é apresentada pela “descontinuidade dos fenômenos inconscientes” (Fernandes, 2000, p. 51). Tal ponto conversa com o início do Seminário, em que o psicanalista trabalha o conceito de inconsciente e, posteriormente, enganchará nossa discussão acerca da demanda.

A sexualidade, pensada assim em forma de pulsões parciais, inaugurada por Freud como parte crucial presente desde o nascimento, é o aspecto em que localizamos um sujeito desde sua constituição às redes significantes (Lacan, 1964/2008). Pode-se organizar em tempos a instalação dessa sexualidade, que inferimos via pulsões parciais. De volta a Freud

(1915/2010), cada um desses tempos se caracteriza por uma posição ativa ou reflexiva em direção a um objeto (o bebê em direção ao seio materno), à parte do próprio corpo enquanto objeto (autoerotismo) e em fazer-se objeto de um Outro (Lasnik, 2004).

Este terceiro tempo nos interessa por ser condição para a relação entre o sujeito e o Outro, no qual vemos instalar-se a relação de alteridade, decisiva para a constituição do sujeito em psicanálise. Lacan (1964/2008) retoma o texto freudiano e fala acerca do terceiro tempo e do *novo sujeito*:

Isto é, o aparecimento de *ein neues Subjekt* que é preciso entender assim – não é que ali já houvesse um, a saber, o sujeito da pulsão, mas que é novo ver aparecer um sujeito. Esse sujeito que é propriamente o outro, aparece no que a pulsão pôde fechar seu curso circular. É somente com sua aparição no nível do outro que pode ser realizado o que é da função da pulsão. (p. 175)

Esse circuito realizado diz respeito à satisfação pulsional de um corpo psíquico que só pode se constituir em relação ao Outro. Assim, cai por terra um corpo de ordem puramente biológica – sem a linguagem, seria um corpo sem bordas e sem contorno. A satisfação pulsional não se encerra em um objeto, como aquele da necessidade,

se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação ao seu fim de reprodução, é que ela é pulsão parcial, e que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito. (Lacan, 1964/2008, p. 176)

Por isso, se o objeto, na pulsão parcial, não tem importância ou é indiferente (Lacan, 1964/2008) e seu alvo é o retorno em circuito, contornando o objeto a “eternamente faltante” (p. 177), não há desenvolvimento ou, como Lacan (1964/2008) nomeia, processo de maturação, no que concerne à sexualidade. Aqui, chegamos a um ponto importante: as passagens e os tempos das pulsões parciais só acontecem pelo que surge enquanto demanda do Outro.

O parêntese teórico sustentado até então é parte desse caminho de pesquisa, que persegue na teoria da constituição o embasamento para ressaltar a posição do ressentido em relação ao desejo e à demanda. Além disso, toda essa discussão retoma a importância de que a própria narrativa sobre um afeto, que envolve seus enganos, é também parte daquilo que se empresta do Outro, desde o nascimento, uma vez que um corpo humano passa a existir e falar graças às suas condições psíquicas.

A leitura psicanalítica acerca do corpo pode, inclusive, ajudar quanto à leitura que coloca o ressentimento como parte da diagnóstica de nossa cultura. Em psicanálise, o sujeito e seu assujeitamento ao campo do Outro enlaçam o que poderia suscitar uma divisão entre o que é de ordem inconsciente, social e política. Uma passagem elucida tal afirmação:

Pelo efeito da fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala (...) O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato (...) de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico ao campo do Outro. (Lacan, 2008/1964, p. 184)

Se de um lado temos o campo pulsional e o acesso ao Outro, temos também o campo do amor, conforme vimos no capítulo dois. De modo poético, Lacan (1964/2008) dirá que, para Freud, as pulsões da ordem sexual vêm do coração, enquanto que o amor vem do ventre. Lasnik (2004) aponta que essa seria uma maneira de diferenciar os registros da pulsão e do amor, trabalhados em nossa leitura anterior sobre o narcisismo. Trata-se de estruturas diferentes na pulsão – que poderemos relacionar posteriormente ao gozo – e no amor.

Jorge (2017) ensina: “A diferença fundamental entre amor e gozo reside na produção de sentido inerente ao amor, oposta à falta de sentido intrínseca ao gozo” (p. 82). O ressentimento parece marcado pelas duas dimensões: pelo amor, por conta da prisão ao eu ideal e ao excesso de sentido produzido pelo ressentido, e pelo gozo inerente à fixação à posição de vítima, com a repetição da cena ressentida, carregada de sentido unívoco e de sofrimento.

Podemos situar que se buscamos a posição do ressentido, necessariamente temos de considerar sua relação com o Outro. Nesta relação, em que Lacan (1964/2008) ressalta a dimensão significativa, afinal o “sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significativo” (p. 194), é que está a via da falta do sujeito, uma vez que esse só pode surgir a partir do significativo, que se reporta a outros significantes, estes sempre fornecidos pelo Outro.

É por aí que acessamos o inconsciente estruturado como linguagem, estatuto inesquecível quando se estuda psicanálise. Se a realidade do inconsciente é, como vimos, a partir da pulsão, sexual, é porque diz respeito ao sujeito e sua relação com o campo do Outro. A sexualidade presentificada no inconsciente pela pulsão também representa a morte, que

institui uma falta real, por isso temos que a pulsão é, fundamentalmente, pulsão de morte. Jorge (2017) ressalta:

Esse impossível de ser satisfeito é o real inerente à própria pulsão, essa característica de sempre obter uma satisfação menor do que aquela almejada. Por isso, pode-se afirmar que Freud só conseguiu dar seu verdadeiro estatuto em 1920, quando introduziu pela primeira vez a categoria de pulsão de morte. (p. 66)

A virada freudiana de 1920 faz com que essa leitura da pulsão possa agora evidenciar os fenômenos clínicos presentes na compulsão à repetição, evidentes em nosso objeto de estudo. A insistência, característica da pulsão, é também o caminho por onde nos encontramos com as modalidades de gozo do sujeito. O gozo, conceito lacaniano, pode ser pensado como alvo da pulsão de morte, que está além do “princípio do prazer” descrito por Freud. O gozo absoluto da pulsão de morte é aquilo do que o sujeito abre mão no processo de entrada na linguagem. Por isso, temos que essa entrada o constitui enquanto sujeito faltante e, portanto, desejante.

Em solo firme quanto à pulsão, retomamos o que Lacan (1964/2008) havia abordado anteriormente em seu texto, ponto nodal que explica a articulação entre a pulsação do inconsciente e a realidade sexual, o desejo. Este:

se situa na dependência da demanda – a qual por se articular em significantes, deixa um resto metonímico que corre debaixo dela, elemento que não é indeterminado, que é uma condição ao mesmo tempo absoluta e impegável, elemento necessariamente em impasse, insatisfeito, impossível, desconhecido, elemento que se chama desejo. (p. 152)

Com essa retomada, engatamos a próxima afirmação de Lacan (1964/2008): “A sexualidade se instaura no campo do sujeito por uma via que é da falta” (p. 201). Essa falta vem de um lado pela dependência do campo do Outro, na medida em que é lá que está o significante que representará o sujeito para outro significante e, de outro lado, pela condição de perda que tem a reprodução sexual por trilhar ao lado da morte. Lacan (1964/2008) toca aqui em um ponto-chave para a posterior articulação com a dimensão simbólica do ressentimento:

A busca do complemento, o mito de Aristófanes nos dá sua imagem de maneira patética, e enganadora, articulando que é o outro, que é sua metade sexual que o vivo procura no amor. A esta representação

mítica do mistério do amor, a experiência analítica substitui a procura, pelo sujeito, não do complemento sexual, mas da parte para sempre perdida dele mesmo, que é constituída pelo fato de ele ser apenas um vivo sexuado, e não mais ser imortal. (p. 201)

No ressentimento, vimos como a ilusão da completude mítica parece persistir na relação imaginária que o Eu estabelece com o outro, aquilo que escutamos na clínica ou no próprio cotidiano, como a acusação de que o outro imaginário, que poderia completá-lo, é quem lhe causa falta ou falha. É como se a expectativa em relação ao Outro, em algum momento, pudesse ter sido a solução para uma falta desde sempre irreparável. O que leva o ressentido a se posicionar dessa maneira?

No enunciado endereçado a um ouvinte, que pode vir a ser um analista, a acusação é em relação também ao Outro responsável por deixar o sujeito em falta – ou que deveria ter respondido à sua demanda, mas foi incapaz. Embasados pela psicanálise, podemos atribuir à queixa ressentida não o engano que ela nos oferta, mas aquilo que o sujeito conta sobre uma perda que é dele mesmo.

A eterna procura pela “parte para sempre perdida dele mesmo, que é constituída pelo fato de ele ser apenas um vivo sexuado, e não mais ser imortal” (Lacan, 1964/2008, p. 201) pode ser o que revive a todo tempo um retorno ao passado, realizado pela estratégia do ressentido, na tentativa de escamotear aquilo que escapa a seu controle. O ressentimento pode aparecer como estratégia diante dessa falta que se apresenta e não pode ser assumida como parte fundadora de sua condição – a de sujeito desejante.

Para investigar o quê na posição do ressentido diz respeito ao sujeito pulsional efeito do significante, para além do narcisismo e do que está compreendido na completude que prometem os amantes, seguimos, junto a Lacan (1964/2008), em direção às operações constituintes do sujeito, que contam de sua relação com o Outro. Relação esta que se engendra em um processo de hiância, intervalo entre o que não existe e o que está prestes a existir.

Em “Para Ler o Seminário 11”, Laurent (1997a) indica que a alienação e a separação, as duas operações que abordaremos no próximo item, rompem o par metáfora e metonímia por introduzirem operações básicas da primeira ordem lógica, que inclui uma função temporal, no lugar das operações linguísticas. Como descrevemos anteriormente, a alienação está presente na dependência do sujeito do campo do Outro: “o sujeito como tal só pode ser conhecido no lugar ou *locus* do Outro. Não há meios de se definir um sujeito como consciência de si.” (Laurent, 1997a, p. 34).

A relação entre sujeito e Outro e a dimensão da falta também são percebidas no complexo edipiano, em que a definição das posições pai, mãe e criança é calculada a partir do elemento que falta: o falo (Laurent, 1997a). Nos deteremos ao complexo de Édipo posteriormente. Isso nos interessa na medida em que há diferentes destinos, de acordo com a localização desse elemento, algo necessário para a compreensão da estratégia realizada pelo ressentido. Laurent (1997a) pontua:

Mas, se admitirem que aquele elemento é fundamentalmente faltoso – que todos têm de definir suas posições com referência àquele símbolo – então têm a chance de alcançar o que se conhece como valores da verdade em análise, isto é valores de desejo (...) Existem apenas invenções que tentam remediar a falta ou falha fundamental no inconsciente. (p. 35)

Seria o ressentimento parte de uma invenção diante da falta fundamental no inconsciente? A pergunta nos aproxima da estratégia dessa posição. O ressentimento também em relação ao Outro, que, supostamente, é ou tem aquilo que falta ao ressentido. Na alienação, temos que “no próprio momento em que o sujeito (\$) se identifica com um significante, ele é representado por um significante para um outro ($S_1 \rightarrow S_2$).” (Laurent, 1997a, p. 37-38). A prisão ao passado, característica do ressentido, pode ser lida enquanto fixação a um tempo lógico inerente à constituição do sujeito, que o posiciona em relação à demanda e ao desejo?

A demanda, resultado da entrada do sujeito no campo do Outro, é um pedido de satisfação, a busca por uma experiência de completude miticamente vivida e experimentada a partir do encontro com um objeto. Dada a satisfação completa como impossível – só podemos dizer que ocorreu miticamente e que a busca gira sempre em torno de um objeto perdido –, a experiência nunca será vivida da mesma maneira. O objeto funciona enquanto causa: sua função só é possível quando ele mesmo falta. Assim, assistimos à busca – o desejo é o que movimenta o sujeito em direção ao Outro. Quinet (2014) retoma Lacan: “O desejo é o resto da operação de subtração da demanda à necessidade” (p. 90).

A demanda e sua satisfação, sempre parcial, denunciam a impossibilidade, no campo da linguagem, de compreensão exata e toda, algo que o ressentido parece demandar do Outro para que seja reconhecido. Mesmo que o processo de constituição seja singular, cabe um parêntese relativo ao contexto histórico e cultural em que vivemos. Testemunhamos outros fatores habitando a transmissão da falta a um sujeito. O que ocorre quando a ausência do

Outro é suturada com dispositivos tecnológicos, que, de maneira bidimensional, simulam uma troca, uma conversa com o sujeito?

Não é raro assistirmos a cenas nas quais pais se distanciam dos filhos e lhes oferecem, como sinal de presença, um *tablet*, um celular, um computador. Em um episódio cotidiano recente, uma bebê permanecia no carrinho enquanto o pai e a mãe faziam uma refeição em um restaurante. O tempo de espera – que parece extinto em nossa cultura ocidental – era ocupado pelo celular que o pai segurava a centímetros do rosto da menina, de menos de um ano. Ela tentava empurrar o braço do pai, chamando-o. Quando finalmente deixou o carrinho, mostrou-se bastante agitada, querendo andar de um lado ao outro, chorando toda vez que os pais tentavam segurá-la ou dar-lhe alguma coisa – que não parecia ser bem o que pedia no momento.

Dunker (2017) apresenta uma leitura interessante:

A criação de um dispositivo de ocupação total, sempre disponível, transformou as situações de espera em situações de ocupação. Fixa-se uma maneira de estar permanentemente com o outro em presença, o que confirma a suposição de que ele está sempre interessado em nos ofertar atenção, objetos, imagens ou palavras. É um modelo de criação de filhos que tem por horizonte a formação de um consumidor exigente. (...) Isso cria secundariamente, na criança, o sentimento de que o Outro não apenas se esforça para agradá-lo e se fazer amado, mas que ele tem uma espécie de “obrigação jurídica” ou de “dever moral” de fazê-lo e, assim, se transfere a atitude de consumidor de pais para filhos. Esse efeito concorre para a formação de uma atitude básica de ressentimento, ofensa e desrespeito, que traduzirá, a partir de então, a reação básica diante de contrariedades e obstáculos. (p. 138)

O que o autor descreve ajuda a examinar a estratégia que escamoteia a falta, deslocando-a para o Outro, responsável por seu mal-estar. O que aparece enquanto “obrigação jurídica” ou “dever moral” guarda relação com o lugar do ressentido. Não são raras as frases vindas de crianças com menos de sete anos, como: “você vai fazer isso porque meu pai te paga” ou “se não fizer isso, vai ser demitido”. São falas que têm sido comuns, e estão entre os desafios que professores de escolas particulares têm enfrentado diante da lógica empresarial que tem tomado conta da educação em âmbito privado. Esses exemplos parecem ter relação com a proposta de Bernardino e Kupfer (2008) de que “o lugar da criança nas famílias ocidentais neste início de século é o de mestre do gozo” (p. 663).

O que Dunker (2017) anuncia como atitude podemos ler como uma forma de (não) se relacionar com a falta do Outro. Para isso, insiste numa relação de rivalidade imaginária onde

sempre há um culpado – o ressentido não o perde de vista –, que ameaça a moral do bem-estar que reina em nosso meio. Assim, as montagens jurídicas crescem. Ao mesmo tempo, a lógica que descrevemos indica também a fragilidade do ressentido, que não pode caminhar como autor de suas próprias escolhas ou como portador de qualquer falta, uma vez que, em nossa cultura, esta é lida facilmente como falha, fracasso, insuficiência, entre outras expressões que escutamos no consultório.

Para exemplificar: um paciente chega à primeira entrevista preliminar relatando o percurso escolar em uma instituição tradicional e a vida universitária. Ao ser perguntado sobre o que o levou à escolha do curso, que diz odiar, começa a relatar as decisões tomadas por seu pai, de quem é filho único. No final, chega a dizer: “eu não podia escolher”. O sofrimento surge a partir de um desejo apagado – ele diz parecer ser invisível ao Outro. Porém, por outras vias, vê-se o desenrolar, ao longo das sessões, de uma postura onde o responsável – ou culpado – por suas escolhas é sempre o Outro. As consequências não são de sua responsabilidade ou, melhor, parecem exteriores.

4.1.3. Os campos do sujeito e do Outro: alienação e separação

Usando como gancho a última vinheta, em que o sujeito estabelece uma relação de não-escolha (é o Outro quem escolhe por ele), podemos aprofundar o estudo sobre as relações do sujeito com o campo do Outro. Conforme apontado, o sujeito do inconsciente se apresenta a partir das operações de alienação e separação do Outro. Apesar de interligadas, apontam para momentos distintos, onde situaremos a lógica que o ressentido expõe.

Uma das marcas comuns do objeto que estudamos é a repetição de uma lembrança e a impossibilidade de esquecer um passado. De outro lado, temos, em alguns casos, algo de um recalque, o que leva à pergunta: o que, no ressentimento, se esquece? Afinal, ele produz enganos. Muitas vezes, o agravo ou a situação da qual o ressentido fala é justamente aquilo que o impede de se reconhecer no tempo presente, é o que abala sua identificação. De certa forma, é um esquecimento da falta do Outro. O ressentido passa a se ver como produto do que o Outro lhe causou, o que sustenta sua alienação a esse mesmo Outro.

Esse apego ao passado (Kehl, 2011) parece revelar a maneira como o sujeito que se fixa no lugar do ressentido se relaciona com o desejo. Ao trabalhar, sobre a alienação e a separação, Laurent (1997b) aponta:

(...) a união do sujeito com o Outro deixa uma perda: se o sujeito tenta encontrar-se no Outro, só pode se encontrar como uma parte perdida.

Ele fica petrificado por um significante-mestre e perde alguma parte de seu ser. A alienação (isto é, o fato de que o sujeito, não tendo identidade, tenha de identificar-se a algo), encobre ou negligencia o fato de que, um sentido mais profundo, o sujeito se define não apenas na cadeia significante mais, no nível das pulsões, em termos de seu gozo em relação ao Outro. (p. 43)

E mostra em seguida dois esquemas desenvolvidos por Miller:

Figura 1: Esquemas da alienação e da separação (Laurent, 1997, p. 40)

Como ressalta Laurent (1997b), em face aos esquemas, “a alienação encobre o fato de que o objeto de gozo como tal está perdido” (p. 43). No ressentimento, temos o sujeito ingresso na cadeia de significantes, envolvido no desejo do Outro e que também oscila em viver no lugar de objeto de gozo do Outro. Até aí, não diferenciamos uma particularidade no funcionamento do ressentido em relação a outros neuróticos. Podemos refletir sobre como, no ressentimento, encontramos com facilidade os significantes aos quais o sujeito está identificado – “o outro me causou isso e aquilo, por isso sou desse jeito”, por exemplo. Ele revela e faz questão de recontar seu passado.

Fica, muitas vezes, à margem sua condição faltante, aparente no esquema de separação de Laurent (1997b), onde aparece o objeto *a*, causa de desejo. O que chamamos acesso livre a um excesso de narrativa, para quem escuta os argumentos racionais do ressentido, não é, de modo algum, similar à associação livre, condição primordial para uma análise. O ressentimento, por vezes, produz um excesso de sentido que vai na contramão da associação, que rompe com justamente com a lógica narrativa. É a partir da possibilidade da associação livre que esse objeto, enigmático, causa do desejo, pode compor a cena da análise.

O autor (1997b), ao comentar sobre a análise e a interpretação, elucida a importância de o sujeito caminhar por outro labirinto: o dos seus modos de gozo – as maneiras pelas quais ele transforma o outro, que ama, em objeto. Podemos atribuir modalidades de gozo ao próprio ressentir, onde se situa a repetição. Ao ressentir, o sujeito simula algum controle sobre seu passado, quase como se esse retorno pudesse trazer, no presente, aquilo que um dia demandou

(e não foi acatado) do Outro. Preso ao labirinto das identificações, volta à cena ressentida e acusatória em busca do que, imaginariamente, deveria ter sido garantido pelo outro.

O que interessa é como a prisão ao labirinto das identificações guarda relação com os modos de gozo do ressentido. Cada qual com sua particularidade, vemos como as cenas ressentidas, para além de acusar, indicam uma ruptura ou perda. Não só em relação a um objeto, mas à identidade.

Uma passagem de Laurent (1997a) merece atenção:

Todas essas abordagens do amor podem ser derivadas da mesma cadeia de significantes-mestres, e tem-se que aprender, na própria análise, não somente como suas identificações são faltosas e a cadeia de significantes-mestres não é um novo nome para o sujeito (...) já que o nome próprio do sujeito falta sempre; também resta ver que ninguém é representado por seu amor – ninguém inscreve completamente seu amor no lugar do Outro. Tem-se sempre que encontrar a outra falta – o fato tão autêntico quanto o amor é que se está sempre confrontado com o mesmo resto – o resto no sentido verdadeiro do termo: algo que vem nos lembrar do fato que não estamos representados, de que existe um limite, de que existem apenas representações parciais. Isso vai lembrar o sujeito do gozo que experimentou através de suas demandas orais e anais, e daquilo que tentou obter da mãe – seu olhar ou sua voz – que não está diretamente ligado à necessidade. (Laurent, 1997a, p. 41)

O trecho acima nos relembra o que exploramos quanto ao sujeito pulsional e sua satisfação: uma vez sexual, é parcial, não-toda. No ressentimento, acompanhado de sua característica demanda por reconhecimento, vemos o sujeito buscar uma representação total de amor – endereçada ao outro do imaginário e ao Outro do simbólico. Uma lógica fálica, que mira o todo, e funciona como se pudesse recuperar para o sujeito aquilo que ele perdeu ao aceitar sua entrada na linguagem. O ressentido não aceita ocupar um lugar na relação que não seja de totalidade. Como saída, goza, inconscientemente, com seu ressentimento, onde ainda é objeto do Outro.

Em seu segundo texto acerca da alienação e da separação, Laurent (1997b) comenta as consequências da proposição das duas operações no Seminário 11. Expõe, ainda, as fórmulas presentes nos quatro discursos lacanianos. Alienação e separação são combinadas no “discurso do mestre”. À época, em meados de 1968, havia um debate entre dois pensadores e interlocutores de Lacan, Foucault e Derrida. Ambos discutiam as definições de sujeito, o que pode nos interessar. Laurent (1997b) aponta:

Derrida acentua o fato de que o sujeito é *definido através do processo de alienação e permanece alienado* [itálicos nossos], enquanto Foucault enfatiza que o sentido profundo daquilo que alguém diz tem a ver com a *pratique de jouissance* dessa pessoa, com sua prática, a maneira como ela obtém gozo. (p. 47)

A definição de Derrida chama atenção em nossa leitura, se lembrarmos que o filósofo é um dos leitores de Nietzsche e foi influenciado por ele ao pensar sobre o sujeito e a verdade. A descrição do homem do ressentimento em Nietzsche estaria mais próxima à do sujeito que permanece alienado, porém podemos, em nossa leitura, localizar o que, no ressentimento, também diz respeito ao gozo de um sujeito. Passaremos aos ensinamentos de Soler (1997a) sobre o sujeito e o Outro.

Segundo a psicanalista, a tese oferecida por Lacan é a de que o termo sujeito se refere àquele cartesiano, do cogito, do pensamento e da certeza de sua existência, independentemente da verdade. O sujeito do cogito, originado em Descartes, é também o da ciência, trabalhado por Hegel. Assim, temos que, tanto a noção de sujeito da ciência, quanto do inconsciente, é a do sujeito sem qualidades (Vieira, 2011). O sujeito da análise, para Soler (1997a), é também o sujeito do afeto, alguém distante da certeza sobre o que se passa com ele e seu sofrimento.

Nas manifestações do ressentimento, o sujeito que racionaliza e justifica suas ações e as do outro está em evidência. No entanto, como alerta Lacan (1957-58/1999):

(...) um sujeito humano completo nunca é um puro e simples sujeito do conhecimento (...) ou ao que chamamos na filosofia, de uma consciência. Mas, como somos analistas, sabemos que há sempre uma Spaltung, isto é, que há sempre duas linhas nas quais ele se constitui. É disso, aliás, que nascem todos os problemas estruturais que nos são próprios. (p. 406)

Tal divisão é o nosso horizonte quando nos encontramos com o ressentimento na clínica, mais facilmente articulado a seu estatuto de afeto ou a sua relação com o narcisismo. Seria o ressentimento uma das maneiras de arcar com essa divisão? Segundo Soler (1997a), a demanda vinda da análise seria a de, a partir da livre associação, transformar “o sujeito do sofrimento num sujeito de pensamento, um passo mais próximo do sujeito do cogito” (p. 54). Mesmo que se apresente um sujeito do pensamento, este não é o sujeito da certeza – a dúvida é por onde passam os novos sentidos, ou até mesmo o não-sentido, importante no percurso de uma análise e particularmente de difícil instalação quando o sujeito se identifica como vítima ou injustiçado.

Aqui estaria a dissimetria, da qual fala Soler (1997a), entre Freud e Descartes: em psicanálise, a certeza está no Outro, um alguém em função de decifrar o enigma do analisante. O sujeito do inconsciente é escravo, assujeitado à linguagem. No caso de Descartes, o sujeito do pensamento “(...) significa auto-consciência e mestria.” (p. 55). E quanto ao ressentido? Em uma via, temos a certeza: o ressentido que se queixa e acusa em sua fala um outro, além de aparecer como mestre da consciência e de seu passado; em outra, aparece um sujeito em sofrimento e escravo desse Outro (misterioso) ao qual está alienado.

O ponto crucial que encadeia nosso estudo é que se temos no ressentimento o sujeito, efeito de linguagem, também encontramos uma modalidade de gozo. É com o gozo do ressentido que irá se trabalhar na clínica, além de investigar o desejo inconsciente que opera para além de seus ressentimentos. O que diz respeito ao conteúdo manifesto ressentido, recheado de afeto, corresponde ao sujeito alienado ao Outro. São exemplos todas as justificativas marcadas no ressentimento, tão evidenciadas no campo filosófico, como a busca por justiça, busca pela identidade “roubada”, a queixa ao outro diferente e ao Outro que não responde à demanda.

A alienação está evidente, mas como inscrever a marca da separação no drama do ressentido? Como dissemos e retomaremos, ao explorar o ressentimento em um caso clínico e como veremos na literatura, o ressentimento aparece, muitas vezes, como causa de isolamento e de um suposto afastamento daqueles de quem se ressent. Dunker (2017) discorre acerca da relação entre a solidão e a separação:

Experiência simbólica por excelência [separação], ela traz consigo não apenas a separação para com os outros, mas a distância e o estranhamento com relação a si mesmo. Solidão não é apenas introspecção ou introversão, mas dissolução da própria solidez do ser. (p. 20)

A experiência simbólica da separação pede um ato do sujeito, ato este que inclui a dimensão faltante. O ressentimento opera como um remendo, apresenta entraves na inscrição da separação. Metaforicamente, pensamos em uma roupa que rasga com o passar do tempo ou com as mudanças do corpo, testemunho de nossa psique e do real. O ressentido é aquele que se recusa a comprar uma roupa nova, pois insiste em remendar uma velha. Ora, um remendo nunca será bom o suficiente para deixar aquela roupa nova.

A permanente alienação ao Outro, a qualquer custo, mantida por meio do ressentimento, “garante”, imaginariamente, que o ressentido não responda por sua queixa. Em uma breve retomada da justificativa de nosso trabalho, podemos indagar se, de fato, não

observamos hoje garantias aos mais audaciosos pedidos, o que apontaria para um Outro onipotente. Um exemplo seria o crescimento contínuo das cirurgias plásticas – “rejuvenesça 20 anos em um dia” –, que encobrem a passagem do tempo marcada em nosso corpo. A separação enquanto ato convoca a uma mudança subjetiva, que parece fácil de ser encoberta. Soler (1997b) afirma:

(...) a separação não é um destino. A separação é algo que pode ou não estar presente, e aqui Lacan evoca um *velle*, em francês *vouloir*, em inglês *a want*, um querer. Isso é muito semelhante a uma ação pelo sujeito.

A separação requer que o sujeito “queira” se separar da cadeia significante. (p. 62)

E ainda: “A separação supõe uma vontade de sair, uma vontade de saber o que se é para além daquilo inscrito no Outro.” (p. 63). No caso do ressentimento, o querer saber está colado ao sentido que o ressentido atribui a seu agravo e ao outro imaginário. Para além daquilo inscrito no Outro, está o desejo, responsável por colocar o sujeito diante de sua falta e da falta do Outro. Se nos tempos atuais a falta aparece como falha, as tentativas em encobri-la são ainda maiores. O encontro do ressentido com o Outro da separação seria por si uma mudança de posição. Diante dela, o sujeito teria de abdicar tanto de sua modalidade de gozo, como de sua lógica toda em relação ao amor.

Segundo Fernandes (2000):

Além da dimensão de exterioridade em relação à consciência, enquanto inconsciente, e transindividual – enquanto tesouro significante – a operação de separação põe em relevo o Outro em seu próprio limite. Naquilo que no Outro transcende a toda articulação de palavra, na medida em que, em seu discurso, algo nunca se diz completamente. (p. 59)

O limite do Outro é avesso à compreensão, pois é aquilo que marca a impossibilidade da tradução do que se diz para o que se quer dizer. A autora (2000) reflete: “Lacan explicita a impossibilidade de a fala traduzir o que se quer na distinção que faz entre desejo e demanda, situando o desejo como metonímia permanente, sempre por escapar de toda apreensão pela fala.” (p. 60). O ressentido não tolera a impossibilidade de tradução –, por isso permanece no registro da demanda, do pedido que deve ser atendido totalmente, direcionada ao Outro.

O Outro implicado na separação (Soler, 1997b), o Outro barrado, onde se localiza a falta, parece ter um lugar complexo na trama embaraçada pelo ressentimento. Este afeto

parece surgir como uma recusa à separação. O ressentido se queixa de um Outro que falta, a partir do outro que acusa. E como não?, diria o ressentido. Isto está posto em uma fala de Santiago, o caso que apresentamos: “como ela não sabia que aquilo me magoaria? Mas é claro que ela sabia!”. Ele falava da dificuldade em suportar uma crítica, a de que era “carente”. Não seria a carência reveladora de sua falta?, também cabe perguntar. Vemos a suposição de uma correspondência entre o que o paciente sente e o que o Outro sabe, algo possível somente no registro imaginário.

As últimas considerações nos servem, didaticamente, para investigar de que maneira podemos observar a posição que o ressentido apresenta. Sabemos que as operações de alienação e de separação são simultâneas, funcionam de forma dialética, dado que diferentes registros do Outro estão presentes, já no início da constituição subjetiva. Ainda assim, parece importante localizar o ressentido nessas operações e seus impasses frente à separação, para que não nos deixemos enganar pelo afeto que simula, mas não realiza, uma separação do Outro.

4.1.4. Posição em relação à demanda e ao desejo

Diante do percurso teórico nos itens anteriores, nos foi possível recolher pistas sobre a posição do sujeito frente ao desejo e à demanda evidenciada pelo ressentido. Do modo como o ressentimento é descrito e estudado, vide a introdução e a fundamentação teórica, reconhecemos com mais clareza o lugar do ressentido construído a serviço de seu Eu. Podemos relembrar a frase de Freud (1908/2015), em “Sua Majestade o Eu” (p. 334), em alusão à “Sua Majestade o Bebê”, quando fala sobre o papel do herói: ele é o sujeito alienado de sua própria história.

No caso do ressentido, alienado a ponto de ter que se recontar diversas vezes, em uma determinada situação em que o outro acusado está presente. Essa insistência nas lembranças – que sempre implicam afetos – parece buscar, no passado, o que, supostamente, lhe tiraram, uma identidade que escapou, provavelmente quando ainda se achava majestade de seu próprio reino. Uma paciente, ao descrever o parceiro de uma antiga relação amorosa, diz: “ele era eu”. As cenas ressentidas marcam um momento de desilusão, que culmina em uma ruptura também identitária.

Como consequência, vemos na repetição, uma tentativa de recobrir o desejo, desejo do Outro. Encapsuladas no ressentimento, as lembranças podem ser constantemente ressentidas sob o domínio do Eu, espaço do sentido, da completude, das garantias. Afinal, a condição

para entrar no mundo como ser falante é renunciar ao controle sobre aquele que encarna o Outro, sempre imprevisível: isto a falta estruturante do sujeito revela a todo instante.

No ressentimento, no lugar de uma dúvida, surgem muitas respostas para que nada escape. Na fala do ressentido, que pouco aceita as questões propostas pelo(a) analista, vemos a força da demanda por reconhecimento – uma defesa de seu narcisismo. O ideal narcísico clama por uma espécie de reconhecimento que prescindiria das palavras – bem como dos bebês, que nascem para serem amados a partir do renascimento do narcisismo parental.

Segundo Quinet (2014): “Na demanda há sempre pedido de restituição de um *status quo ante*, de um estado anterior de complementação que o sujeito supõe existir ou ter existido.” (p. 88). Kehl (2011) trabalha com a hipótese de que, para o ressentido, seu valor perante ao Outro não diz respeito a suas ações e realizações, mas sim a um valor garantido antecipadamente e que circunscreve seu ser. Assim retomamos o Outro da alienação de que falamos anteriormente – o mesmo que garantiria ao sujeito um lugar idealizado. O Outro da demanda. É a partir desse lugar que o ressentido apresenta impasses em fazer operar a dimensão faltante do desejo, e permanece no tempo da demanda. Essa posição indica um lugar que permite continuar a gozar, supondo algum controle.

O investimento nas queixas e em possíveis vinganças restitui a alienação ao Outro. Se trabalhamos com a hipótese de que há, no ressentimento, evidência da lógica pulsional, é na repetição relacionada ao modo de um sujeito gozar que veremos isso. Como Jorge (2017) ressalta:

A ligação da repetição com a pulsão de morte se explicita melhor quando percebemos, conforme assinala com agudeza Colette Soler (2006, citada por Jorge, 2017), que a repetição é uma re-petição, um pedido que se renova com insistência, mas jamais é atendido. Trata-se de uma demanda que é reiterada. (p. 137)

Re-sentir reitera a demanda sob a forma de um retorno ao passado. Como se o retorno controlado, imaginário, fosse capaz de alterar a história do ressentido. Podemos pensar no ressentimento enquanto estratégia: onde se fez furo o ressentido retorna avisado quanto ao que iria suceder. Na clínica, observamos esse movimento nas narrativas. Uma paciente que experimentou uma separação retoma todas as cenas em que “já deveria saber que aquilo (a traição) acontecia”.

Podemos traçar um paralelo ilustrativo. Jorge (2017) retoma uma situação cotidiana muito citada por psicanalistas, incluindo Lacan, sobre um irmão mais velho que vê o novo irmão mamar. Nessa situação, quando a mãe explica para o primogênito que ele já havia

mamado, ele responde: “mas eu não sabia!”. Sem nos determos muito, a mesma fala pode ser escutada do ressentido: “eu não sabia!”, fala dita por Santiago algumas vezes, o que o faz insistir na retomada daquilo que já passou, já se perdeu, porém agora de modo ativo, como se quisesse voltar à cena munido de um saber que só ganhou na medida em que aquilo se perdeu.

Para o irmão, seria uma mamada talvez mais satisfatória, mais aproveitada, acompanhada de saber (Jorge, 2017). Isso pode ser transportado para uma relação amorosa, um país antes de tal governo, a rotina antes dos filhos, todos ideais impossíveis, porém retomados *a qualquer custo*, mesmo que a inscrição do não-todo continue a comparecer. O retorno ao passado tem a função, para o ressentido, de perseguir objetos e também seu Eu imaginário, sempre perdidos no tempo anterior.

As cartas entre ex-namorados são belos exemplos dessa dinâmica da busca por um amor como a busca por si próprio. O mistério das separações, o não-saber que se expõe a partir do desejo do Outro, é retomado e investigado nas cartas e mensagens (algumas que os analisantes pedem para ler durante as sessões), como se o enigma pudesse ser dissolvido. Assim, constitui-se, na trama ressentida, a ilusão de que descobrir ou conhecer o outro, por inteiro, seria reencontrar-se com sua própria parte perdida. A demanda é reiterada por meio da escrita endereçada ao/à ex.

Assim, a cena que se repete e que não pode ser esquecida no ressentimento é o momento de encontro com o desejo do Outro, onde se revive a própria perda daquilo que imaginava recobrir seu ser. Como escutamos na voz de Adriana Calcanhoto: “O meu amor me deixou, levou minha identidade, nem sei mais bem onde estou, nem sei onde há realidade” (Cicero e Machado, 2000). A lembrança ressentida, consciente, atribui à cena a um prejuízo, na hipótese de Kehl (2011).

Em uma leitura psicanalítica, atribuímos à perda (prejuízo) a condição inerente para a entrada no repertório significante, só possível pela linguagem. Para além das significações extensas que o ressentido atribui ao momento de que não pode se esquecer, vemos a dimensão do desejo sobressair. O desejo que aparece na repetição narrativa e na quebra temporal que a circunstância acarreta.

A estratégia diante do desejo, como vemos nos tipos clínicos da neurose, fica, no ressentimento, marcada pela fixação ao passado ressentido e irreparável. A evitação do presente chega, em alguns momentos, a isolar o ressentido ou, como assistimos, a impedir que ele embarque em outra relação amorosa. A demanda por reconhecimento, narcísico, se evidencia na posição alienada ao Outro do ressentido – por isso, acaba por ser contrária àquilo de que se trata em uma análise, uma possível (e momentânea) dissolução da alienação.

Lacan (1957-58/1999) relembra que, na demanda, “a identificação é feita com o objeto do sentimento” (p. 369). Eis que “sentimento” é parte de nosso objeto de pesquisa, o “ressentimento”. Podemos fazer uma brincadeira topológica-poética: no re(s)sentimento, está o sujeito (S), entre a re (re-petição) e o sentimento (o afeto que engana).

Figura 2: Esquema do Re(s)sentimento

Seja a lembrança ressentida falada ou não (pensamento), podemos situá-la ao nível da fala. Lacan (1957-58/1999), ao lembrar do valor sintomático que Freud atribui ao momento em que as crianças acreditam que seus pais têm acesso aos seus pensamentos, diz: “Sendo os pensamentos do sujeito formados na fala do Outro, é perfeitamente natural que, na origem, seus pensamentos pertençam a essa fala” (p. 369).

Narrativas ressentidas comparecem na clínica para justificar uma separação imaginária que, no entanto, parece difícil de acontecer no registro simbólico. Justamente porque, como afirma Lacan (1957-58/1999): “no plano imaginário (...) entre o sujeito e o outro, só existe, a princípio, uma fronteira frágil, uma fronteira ambígua, no sentido de que é transponível. A relação narcísica está aberta, com efeito a um transitivismo permanente (...)” (p. 370). Tal movimento é notável, por exemplo, na fala “ele era eu”, já citada. A clínica também permitiu ouvir a respeito de uma carta onde a tentativa de contato com a ex-namorada era colocada no mesmo patamar de uma busca por “autoconhecimento”. Sobre a dialética de reconhecimento em que a demanda está em jogo, Lacan (1957-58/1999) dirá: “há entre sujeito e Outro uma situação de reciprocidade” (p. 371).

O que parece é que, no ressentimento, o sujeito se agarra a essa relação imaginária de reciprocidade, onde há encontro entre aquilo que demanda e o que o Outro demanda. Assim, a dimensão do desejo do Outro é a todo tempo combatida. Não por acaso, alguns relatos carregados de ressentimento nos lembram queixas infantis, situadas em um período em que a criança ainda está lidando com seus destinos, seus lugares, na encruzilhada do Édipo,

momento em que se instaura a dimensão do desejo do Outro. Um trecho de Lacan (1957-58/1999) nos ajuda nesse ponto:

Apesar de o desejo do sujeito depender inteiramente de sua demanda ao Outro, o que o Outro demanda também depende do sujeito. Isso se exprime, nas relações da criança com a mãe, pelo fato de que a criança sabe muito bem que ela também detém algo que pode recusar à mãe, recusando-se, por exemplo, a aceder aos requisitos da disciplina excrementícia. Essa relação entre os dois sujeitos em torno da demanda ser complementada pela introdução de uma nova dimensão, que faça com que o sujeito seja outra coisa que não um sujeito dependente, e cuja relação de dependência constitua o ser essencial. (p. 371)

Essa relação de dependência em torno da demanda (um jogo entre o que o Outro dá, o que recebe em troca e vice-versa) parece ser o tipo de relação que o ressentido sustenta imaginariamente. Assim, não suporta o enigma imposto pelo desejo do Outro. No lugar de enfrentar os mistérios do Outro, fixa-se em um passado “conhecido”. Nessa composição, vemos um Outro total que será, por isso, responsável pela perda, pela falta do sujeito.

Kehl (2011) pontua: “(...) o que o ressentido reivindica é o reconhecimento desse suposto valor, ou o exercício de um direito do qual acredita ter sido privado por alguém: no horizonte fantasmático do ressentido está sempre a figura de um usurpador.” (p. 57). A fixação de uma relação em torno da demanda é vista na clínica, por exemplo, por meio da dificuldade de o sujeito fazer surgir uma questão sobre o desejo do Outro. Apoiando-se em uma certeza, o ressentido alimenta suas cobranças, justificadas em pensamentos, lembranças e memórias. Assim, persiste no tempo em que é atravessado pelo complexo de Édipo e pela castração (algo falta), visto que a dialética da demanda não opera sem que, por trás dela, esteja o enigma sobre desejo do Outro, mistério pelo ressentido ignorado.

O desejo do Outro aparece no mais-além da demanda, que coloca o Outro como ausente ou presente e “como dando ou não essa presença” (Lacan, 1957-58/1999, p. 394). Nesse ponto, Lacan (1957-58/1999) relembra que toda demanda é demanda de amor, “demanda daquilo que não é nada, nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda” (p. 394) e, mais para frente, “é demanda de amor que visa o ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial – que o Outro dê (...) seu próprio ser ” (p. 418). Vê-se aqui o Outro a quem é endereçada a demanda,

aquele cuja irredutibilidade radical manifesta-se por ele poder dar amor, isto é, alguma coisa que é tão mais totalmente gratuita na

medida em que não existe nenhum suporte do amor, já que, como lhes disse, dar amor é não dar nada que se tenha, é justamente por não se ter que se trata de amor. Mas há uma discordância entre o que há de absoluto na subjetividade do Outro que dá ou não dá amor e o fato de que, para haver acesso a ele como objeto de desejo, é necessário que ele se faça totalmente objeto. É nesse desvio vertiginoso, nauseante, para chamá-lo por seu nome, que se situa a dificuldade de acesso na abordagem do desejo sexual. (p. 397)

O desejo sexual é o que se situa para além da demanda, por isso só pode ser precedido por essa dialética. Aqui, vemos o duplo lugar que se constitui no Outro – de um lado, um lugar de fala àquele a quem a demanda é dirigida; de outro, onde o desejo será descoberto. Outro ponto que podemos apresentar é que a problemática do ressentido, ao nível da demanda, é orientada pela relação que estabelece com sua imagem e a do semelhante.

Na trama do ressentimento, a completude imaginária sofre interferência, a própria condição dos neuróticos. No entanto, vimos que esse semelhante aparece como usurpador e, no imaginário do ressentido, é ele o responsável por sua condição faltante. Kancyper (1994) fala da frustração imaginária sobre a soberania do Eu, algo característico da configuração de algumas psicopatologias contemporâneas em que o ressentimento está muitas vezes presente, como a depressão.

Trabalhando com a relação entre o ressentido e o outro, inferimos que, por trás da cortina de queixas, existe um pedido de reconhecimento e de ressarcimento do que imaginava ser para o Outro da fala. Em novas separações, que retomam o rompimento com a primeira figura do Outro, o ressentimento pode aparecer como estratégia. O que fica cristalizado na lembrança repetitiva conta sobre a alienação ao Outro, a quem endereça a demanda de amor, e sobre o desejo, na medida em que o Outro não pode atender completamente a demanda e, assim, frustra as expectativas do ressentido.

Investiremos, a seguir, na hipótese de que insistir na demanda tem a ver com uma posição fantasmática. Na complexidade do ressentimento, dá-se a ver uma constelação afetiva que revela uma forma de encontrar respostas para o real do Outro barrado, o Outro da separação. Temos, então, relações com o outro que dizem da maneira que o Outro se situa para sujeito. Nas palavras de Quinet (2012) “O Outro do discurso do inconsciente jamais está ausente a relação do sujeito com o outro, seu semelhante” (p. 25).

Sobre a fantasia, Lacan (1957-58/1999) ensina:

Estamos nos referindo a cenas, ou melhor, a roteiros – o que está, portanto, profundamente articulado no significante. Pois bem, toda vez que falamos de fantasia, não convém desconhecemos o aspecto

de roteiro ou de história, que constitui uma de suas dimensões essenciais. (...) é algo que não apenas o sujeito articula num roteiro, como no qual ele próprio se coloca em cena.

(...) Vocês observarão que há sempre uma cena em que o sujeito é apresentado no roteiro sob formas diferentemente mascaradas, na qual ele é implicado em imagens diversificadas, na qual um outro como semelhante e também como reflexo do sujeito é presentificado. (p. 421)

Nos casos em que identificamos o ressentimento enquanto elo da relação de alienação do sujeito ao Outro, qual seria a fantasia operante? Em sua história tão bem contada, perguntamos: o acusado, usurpador, ingrato – ou quaisquer outros significantes – nos levam à fantasia do sujeito?

Suponhamos uma posição fantasmática que se desenrola no ressentimento. O próximo passo seria pensar no gozo a partir dessa posição, como abordamos em capítulos anteriores. No próprio verbo de nosso objeto de pesquisa, (re)sentir, encontramos a partícula que indica um retorno, um novamente (Kehl, 2011), algo que indica não só o movimento metonímico do desejo, mas do gozo. Ressentir como forma de gozo: modalidade que pode inviabilizar novas construções e relações, já que parece impossível abrir mão do passado.

A repetição, no ressentimento, tem como particularidade os argumentos racionalizados, muitas vezes apoiados em fatores sociais, que, ao mesmo tempo em que proporcionam reconhecimento, podem aprisionar quem fala em uma memória, uma identidade, seja coletiva ou do que lhe é mais íntimo. Ainda assim, a insistência da memória elucida que, no ressentimento, para além da demanda de amor, vemos algo do registro pulsional.

Podemos voltar às perguntas iniciais: por que repetir, no plano do enunciado, as determinadas situações ressentidas? É na partícula “re”, que indica o retorno insistente, que podemos questionar na clínica a certeza do ressentido. O pensamento esgarçado e reiterado se repete e impossibilita uma separação ou elaborações, e parece buscar algo que o ressentido não sabe que procura. Fink (1997) expõe sobre a repetição:

A repetição envolve algo de que, por mais que se tente, não se consegue lembrar.

O pensamento não consegue encontrá-lo; o que é isso? Isso é o que está excluído da cadeia significante, mas em torno de que a cadeia gira.

(...) o sujeito na medida em que pensa, a res cogitans ou coisa pensante, não o encontra – isto é, não cruza seu caminho, já que ele está radicalmente excluído ali. Logo, a repetição envolve o “impossível de pensar” e o “impossível de dizer”. (p. 241)

O que se observa na clínica é como o ressentimento pode ser o motor que faz com que o sujeito do pensamento gire em círculos até um ponto em que, por mais justificadas que sejam suas afirmações, algo lhe escapa no encontro com o Outro. No entanto, é nessa modalidade de relação, independentemente se falamos do outro com quem rivaliza ou do Outro, de acordo com o ponto de vista que escolhemos, que o real escapa ao sujeito.

É preciso localizar o que com o ressentimento se esquece, se esconde, o que escapa e o que resta quando o sujeito está aprisionado ao passado. Kancyper (1994) já expunha como o ressentimento tem um papel de protagonista na origem e na persistência de fenômenos clínicos relacionados à repetição. O mesmo autor (1994) trabalha com a ideia de que o ressentimento é fruto da pulsão de morte, algo que guarda relação com o que falamos no item 2.2 sobre o ódio e a agressividade.

Em Lacan (1964/2008), a pulsão é, fundamentalmente, pulsão de morte:

Daí vocês compreendem que – pela mesma razão que faz com que seja logro que o vivo sexuado seja induzido à sua realização sexual – a pulsão, a pulsão parcial, é fundamentalmente pulsão de morte, e representa em si mesma a parte da morte no vivo sexuado. (p. 201)

O abuso da memória, a insistência no pensamento, as justificativas e até, se quisermos retomar, as fantasias de vinganças que não se realizam, marcam o gozo do ressentido em relação a um passado que imaginariamente controla. O que o ressentido almeja controlar?

4.1.5. Os tempos do complexo de Édipo

Para continuarmos nosso percurso, nos percalços lógicos de estruturação do sujeito, trabalharemos com o complexo de Édipo, conceito que atravessa toda obra freudiana, de 1897 a 1938 (Faria, 2010). Aqui, o conceito interessa para situar a problemática do ressentido desde suas relações com o outro que, como vimos no capítulo anterior, guardam relação com o amor e o ódio constitutivos. Adiantamos também como o motor da relação com o Outro se dá a partir das manifestações pulsionais, apoiadas nas experiências de satisfação, constituídas pelo “banho de linguagem” (Lacan, 2006, p. 110, citado por Bernardino, Lasnik e Araújo, 2011, p. 50) que o bebê recebe daqueles que se ocupam de seus cuidados. Vamos agora a um ponto crucial deste trabalho: de que maneira a travessia do Édipo nos ampara quanto à relação do sujeito com a perda do objeto – a problemática da falta.

O Édipo consiste em “um momento organizador do desenvolvimento sexual infantil” (Faria, 2011, p. 31), no qual está em jogo a participação do sujeito em suas relações familiares, seus investimentos libidinais e sua pesquisa inicial acerca do não-saber sobre a diferença entre os sexos. Em resposta a esse não-saber, o sujeito cria teorias, uma delas evidenciada desde Freud como premissa fálica. Nos interessa que o Édipo apresenta a significação que vem *après-coup* como um novo momento, que altera a significação de algo que se passou anteriormente.

A premissa fálica é uma primeira maneira de a criança responder à problemática da falta. Temos o exemplo de Hans, em que, primeiramente, todos, meninas e meninos, têm “faz-pipi” (Freud, 1909/2015). Este primeiro momento dará lugar, em seguida, ao complexo de castração, quando a falta, introduzida pela ausência apresentada pelo sexo feminino, entrar no jogo da sexualidade. A maneira como cada um lidará com essa questão, solucionando seus investimentos objetais pela via das identificações, não se apresentará sem acidentes (Lajonquière, 2013).

Faria (2010) ressalta que, em Lacan, o retorno ao Édipo apresentado na obra freudiana culmina na apresentação de uma nova teoria, a qual privilegiaremos. Em ambos os autores, no entanto, trata-se da relação da criança com o agente materno e, posteriormente, da interdição sobre essa relação (Faria, 2010) – colocada já anteriormente ao nascimento da criança, por meio da linguagem. Ainda assim, as primeiras relações auxiliam na leitura sobre a posição do ressentido, uma vez que todas as novas relações de investimento amoroso que o sujeito estabelecerá ao longo de sua vida guardarão traços da experiência do “primeiro amor”, que se localiza na função materna.

A organização do Édipo em três tempos lógicos se deve à disposição de alguns elementos que, a cada momento, estarão em um lugar, permitindo traçar a posição do sujeito e do Outro em cada topologia proposta. Medeiros e Mariotto (2006) apontam, sobre Freud:

Em sua célebre afirmação de que o inconsciente é atemporal, ele interroga a noção de tempo, atribuindo ao psíquico uma outra lógica em seu funcionamento, em que não é o tempo – no sentido de sucessão de eventos – o que determina o psíquico, mas é a montagem psíquica que sugere em que tempo subjetivo o sujeito se localiza. (p. 45)

Vimos, tanto em relação ao narcisismo quanto à alienação ao Outro materno, a conquista da imagem corporal pelo sujeito. No primeiro tempo do Édipo, o que está em jogo é essa relação de “assujeito” com um Outro materno, que significa e decodifica seu corpo, seus

gestos e suas ações. Desse modo, a função materna é privilegiada. Esse Outro materno já transmite a ordem da linguagem, que é pré-existente ao sujeito, como abordamos. Nesse sentido, vale ressaltar, de antemão, que, com Lacan, “É essa perda de gozo sofrida pelo sujeito em sua inscrição com a linguagem que faz do primeiro tempo do Édipo um tempo irremediavelmente situado como tempo mítico de gozo” (Faria, 2010, p. 124).

Não se trata de uma relação de objeto como tal. Para Faria (2010), nesse momento se trata do dom materno, como evidenciado por Lacan (1956-57/1995) no “Seminário 4: a Relação de Objeto”. É o Outro materno que escolhe dar ou recusar o que traz satisfação ao assujeito. Aqui articulamos a falta enquanto frustração. Nesse momento, o Outro onipotente materno frustra a criança quando recusa seu dom a ela. Segundo Lacan (1956-57/1995): “A frustração é, por essência, o domínio da reivindicação (...) é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei.” (p. 36). Nesse sentido, a frustração estaria situada nas experiências pré-edípicas, nas palavras de Lacan (1956-57/1995), relacionadas à “investigação dos traumas, fixações, impressões” (p. 62).

No primeiro tempo do Édipo, é a própria criança que ocupa a posição de falo materno, sendo aquilo que, provisoriamente, traz satisfação à mãe. A onipotência da mãe, para Lacan, diz respeito à sua falicidade: ela é detentora do falo, agora de caráter simbólico. No entanto, para a criança, o falo é imaginário: ela é identificada de forma especular a essa posição, a partir da qual constitui seu corpo e se assujeita ao Outro materno onipotente. Temos aí o triângulo imaginário – a criança, a mãe e o falo.

Faria (2010) ressalta: ainda que a presença do falo garanta que não há uma dualidade, vemos, nesse tempo lógico, uma “ilusão de dualidade”. A criança não se dá conta de que se trata de uma posição, ela se experimenta e se oferece como falo. Lacan (1956-57/1995) diz: “(...) a criança pode acreditar ser amada por si mesma” (p. 71). O objeto aqui ainda não tem um estatuto simbólico para a criança. Quando tratamos da posição que o ressentido ocupa, vale retomar a ilusão do dualismo, pois o ressentido não atravessa sem consequências o abandono dessa posição privilegiada, que, imaginariamente, ocupava. Nas outras relações objetais, ele parece repetir essa identificação, de maneira que o luto ou a desilusão também passam pelo luto do lugar fálico.

Outro ponto interessante do primeiro tempo é a “suspensão” (Faria, 2010) do estatuto simbólico do falo para a criança e da presença do pai, que está presente de maneira velada, pela via do Outro materno. Diante dessa primeira constatação, o segundo tempo será instaurado a partir de uma dupla incidência da castração (Faria, 2010), da criança e do Outro materno. A castração do Outro materno não diz respeito à falta no sujeito materno, mas sim à

falta no Outro (Faria, 2010). Se Outro materno é castrado, ele falta e se ausenta, é porque a criança não é o falo que imaginava ser. A constatação de uma desilusão, recalcada, é o que parece vir à tona para o sujeito quando o ressentimento se apresenta como uma estratégia.

A partir desse momento, o enigma em relação ao desejo da mãe passa a operar para a criança: sua ausência, que diz de sua falta, indica que há outro objeto que a satisfaz. O fato de existir outro objeto de interesse para a mãe também rompe a ilusão fálica (Faria, 2010) da criança. A partir dessa ausência, a criança passa a poder tornar simbólica a presença da mãe e a possibilidade de que ela vá e volte, conforme ilustrado no jogo do *fort-da* realizado pelo neto de Freud. Entra nessa dinâmica uma outra modalidade de falta, a privação, uma vez que agora o objeto falta ao Outro.

A privação diz respeito a uma falta real que, dessa forma, só pode dizer de um objeto simbólico que supostamente falta ali e que coloca em jogo um enigma sobre o desejo do Outro. A partir desse enigma é que o sujeito inventará seu caminho próprio. Lacan (1956-57/1995) evidencia:

É claro que a privação, se temos que nos referir a ela, é na medida em que o falicismo, a saber, exigência do falo, é, como diz Freud, o ponto principal de todo o jogo imaginário no progresso conflitual que é o descrito pela análise do sujeito. Ora, é somente a propósito deste real, como uma coisa inteiramente distinta do imaginário, que se pode falar em privação. Não é por aí que a exigência fálica se exerce. Parece mais problemático, com efeito, que um ser apresentado como uma totalidade possa sentir-se privado de algo que, por definição, ele não tem. Portanto, diremos que a privação, em sua natureza de falta, é essencialmente uma falta real. É um furo. (p. 36)

Miller (1995) resume: “(...) a privação é um buraco real, mas de um objeto simbólico. É necessário uma simbolização do real para poder ter um buraco real, senão não há buraco no Real.” (p. 98). Faria (2010) detalha o estatuto simbólico do objeto: “(...) o objeto sobre o qual incide essa falta não é a mãe, e sim a criança em posição de falo materno. O que falta à mãe (...) é um objeto que, de fato, a mãe não tem.” (p. 67). Entra, nesse momento, o pai enquanto agente que organiza esses elementos, o pai privador, imaginário, fálico e onipotente que representa uma interdição (Faria, 2010). A suposta onipotência do sujeito frente ao desejo materno se rompe a medida que esse está, agora, submetido à lei do pai (Quintella, 2016). Faria (2010) ensina:

A privação materna leva o pai a tomar lugar como aquele a quem a criança faz a atribuição dessa ausência da mãe; e uma vez tendo sido

feita essa atribuição, o pai passa a ser imaginariamente concebido como o terrível proibidor da mãe. (p. 70)

Ainda que haja a entrada do pai, por parte da criança, é condição que esta também se dê conta de sua insuficiência fálica. Juntamente a isso, a constatação de sua insuficiência em relação ao desejo materno marca também seu desencontro com a mãe. A resposta à constatação da insuficiência fálica e desse desencontro parece tratar da problemática do ressentido: o sujeito insiste em seu retorno à posição imaginariamente identificada ao falo no qual completava um Outro, em um tempo ideal. O retorno à cena ressentida garante um culpado, imaginário, por sua desilusão. Kehl (2011) propõe acerca do ressentido:

não se pode dizer exatamente que o ressentido tenha perdido um objeto; o que ele perdeu foi um *lugar*. A posição de vítima passiva sugere que o lugar perdido não teria sido, a seu ver, um lugar conquistado, e sim um lugar que, de direito, deveria ser seu. (p. 58)

Nesse sentido, temos o pai do segundo tempo, onipotente e privador, que parece ter relação com a direção da queixa do ressentido que, por esse agente imaginário, deixa de ser o que satisfaz completamente o Outro. Faria (2010) ressalta: “(...) a mudança de estatuto do pai se faz acompanhar de uma mudança de estatuto do objeto. É nesse sentido, também, que entendemos a mudança do *ser* ao *ter*, mencionada por Lacan na atribuição fálica paterna do segundo ao terceiro tempo” (p. 75). Essa mudança de estatuto também parece dar pistas da lógica do ressentido, uma vez que se situa como aquele que tem valor por si, como se quisesse retornar à dinâmica do *ser*.

Para Kehl (2011), “ao contrário da justificativa que o neurótico oferece a si mesmo diante da perda de objeto – perdi porque agi mal/perderei se agir mal, etc. – o ressentido acredita que perdeu, injustamente, porque lhe tomaram” (p. 65). Nessa trilha, a autora articula a falta de objeto no ressentimento e a perda com a privação, “a falta real de um objeto simbólico” (p. 71), como vimos. Justifica:

A privação parece uma boa pista para se compreender a natureza da falta no ressentimento porque, ainda no dizer de Lacan, se a falta está no real, “isso quer dizer que ela não está no sujeito”. Isto se parece muito com a convicção do ressentido. (p. 73)

O fato de que a privação ilumina uma modalidade da falta bastante relevante para a leitura do ressentido não indica, necessariamente, que o sujeito permanece detido nesse tempo

sem que se opere o primeiro e o terceiro. Podemos considerar esses tempos como dobraduras, que ficam marcadas no psiquismo e, por isso, permanecem como modalidades de relação com Outro e com falta para o sujeito. Esses tempos, difíceis de serem isolados, funcionam de forma dialética. Nesse sentido, vale considerar os momentos que parecem desencadear o ressentimento, por exemplo, as rupturas amorosas em que a ilusão de completude é “novamente” rompida. Aqui, veríamos a particularidade de que, para os ressentidos, há um retorno à lógica do segundo tempo e à modalidade de falta na privação, exterior ao sujeito, graças a um agente imaginário.

Além disso, temos a relação da privação com o ideal de eu. Quintella (2016) escreve: “(...) a passagem do segundo para o terceiro tempo como aquilo que produz no sujeito a saída do Édipo à medida que a privação funciona como mola do ideal do eu” (p. 118). O que acontece quando há entraves nessa operação? Quando a identificação aos traços do pai fálico é menos operativa que o tempo de identificação ao lugar fálico vivido na relação com a mãe no primeiro tempo? Aqui, não estamos afirmando que a identificação ao pai potente não opera necessariamente, mas que a potência vivida na experiência da mítica completude fala mais alto ao ressentido.

Na passagem do segundo ao terceiro tempo há uma mudança na posição do pai enquanto representante da interdição. O terceiro tempo é onde propriamente se instaura a metáfora paterna, a partir de um novo estatuto para o pai, até então privador e imaginário. Se antes o pai fálico representava a interdição, agora, mais do que isso, o pai fálico pode dar, ele é um pai potente (Faria, 2010). O falo, enquanto objeto, não é mais imaginário e detido pelo pai, e sim um objeto simbólico, parte de uma rede de trocas. Nas palavras de Faria (2010):

No segundo tempo, o falo representa a onipotência paterna pois é um objeto imaginário, de posse exclusiva do pai. O pai doador, o pai que tem e pode dar, deve estar de posse de um objeto simbólico, na medida em que é somente enquanto tal que o falo pode circular, pode assumir sua função na troca simbólica. (p. 75)

As trocas são importantes para pensar que o pai em jogo no terceiro tempo é aquele que pode apresentar ao sujeito novas possibilidades diante daquilo ao que teve de renunciar (a posição fálica imaginária). Faria (2010) propõe uma leitura em que se de um lado a mãe se ausenta, o que faz supor o pai privador onipotente, de outro ela também volta. O que indica a presença de seu desejo: a mãe vai e volta. Vale ainda considerar como é para o sujeito lidar com essa alternância, singular em cada caso. Ainda que particular, pode dar pistas sobre a instalação de um ressentimento inerente a essa passagem na qual a presença da mãe também

indica sua passada ou futura ausência, graças a um terceiro, que oferece algo que ela, supostamente, deseja.

O pai passa a ser, no terceiro tempo, um pai potente “que dá a mãe o que ela deseja e que isso que a mãe busca e deseja no pai pode ser um objeto buscado e desejado também pela criança.” (Faria, 2010, p. 78). Assim: “o objeto pode finalmente adquirir (...), o estatuto de objeto simbólico para a criança. Um objeto que, por um lado, aponta a possibilidade de preenchimento daquilo que falta e, por outro, não sutura completamente essa falta.” (Faria, 2010, p. 78). Nesse momento, o pai também passa a seu estatuto simbólico, representante da lei que ocupa o lugar de significante do desejo materno.

No terceiro tempo, está em jogo a castração, outra modalidade da falta de objeto, que segundo Lacan (1956-57/1995):

(...) está essencialmente ligada a uma ordem simbólica instituída, que comporta toda uma longa coerência, da qual em caso algum o sujeito poderia ser isolado. A ligação da castração com a ordem simbólica é evidenciada por todas as nossas reflexões anteriores, bem como por esta simples observação: em Freud, desde o início, a castração foi ligada à posição central atribuída ao complexo de Édipo, como o elemento de articulação essencial de toda a evolução da sexualidade. (p. 61)

A castração apresenta a possibilidade de saída do Édipo na medida em que a falta é também organizadora de uma identidade sexual e o falo, objeto simbólico, pode ser almejado. Fragelli e Petri (2004) expõem uma leitura interessante acerca da castração: “É nesse ponto que a incompletude é legalizada, a transmissão da castração apazigua o sujeito, pois a falta ganha, definitivamente, estatuto de motor psíquico e não de vazio a ser preenchido” (p. 126), o que estaria mais situado do lado da angústia. O ressentido parece, como vimos, apresentar impasses frente à incompletude legalizada, que possibilita o movimento causado pela transmissão da falta ou da falta enquanto motor psíquico. A falta parece muito estritamente articulada à perda de um lugar, que, na fantasmática do ressentido, poderia ser restituído.

Localizar a lógica do ressentido a partir desses tempos nos leva à constatação de que a temática do ressentimento não está situada fora da dinâmica de constituição do sujeito do inconsciente. Faria (2010) sintetiza: “O Édipo é um ordenador (...) é a articulação, pelo sujeito, de uma impossibilidade estrutural, a interdição do gozo” (p. 124). Cada sujeito terá um destino, sua maneira de solucionar suas questões edípicas a partir de estratégias. Os posicionamentos diante dessa organização de lugares estabelecida com o Édipo revelam,

inclusive, as saídas características das três estruturas clínicas exploradas por Lacan: neurose, perversão e psicose.

Uma vez que nosso trabalho se debruça sobre um lugar evidenciado pela cultura, pela literatura e pela clínica, cabe pensar sobre as resoluções que esse lugar apresenta diante da entrada na linguagem. Se “a linguagem é sempre falha em recobrir o real” (Faria, 2010, p. 131), de qual tentativa de recobrimento se trata no ressentido?

4.1.6. Da restituição da fantasia à fantasia de restituição

*Quando é que a saudade daquilo que a gente não viveu passa?
Se passa, parece que já foi, mas quando você vê, volta
Volta porque tem a tua cara, tem a ver com a tua história
Quando é que a saudade daquilo que a gente não viveu passa?
(Chagas e Chagas, 2015)*

Traçamos, ao longo do trabalho, particularidades que a temática do ressentimento nos apresenta. Propusemos o lugar do ressentido, considerando que há uma diferença entre a presença do ressentimento como afeto *versus* estratégia frente ao desejo – para mediar sua relação com o Outro. Com base nos itens anteriores, mobilizados pelos questionamentos da clínica, passaremos de forma breve a outro conceito fundamental, que nos ajuda em nossa *praxis*: a fantasia.

A escolha tem a intenção de amarrar o trajeto acerca da constituição do sujeito. De outra maneira, trata de uma última articulação entre corpo e linguagem. Algo bastante ilustrativo em nosso objeto, que carrega a dimensão afetiva e seus enganos. A hipótese acerca da fantasia é uma das maneiras de responder à última pergunta: qual é a tentativa de recobrimento exposta no ressentimento? Tal leitura implica um recorte que elege a neurose como condição. Jorge (2017) diferencia:

Na neurose, a fantasia produz uma ponte entre o acampamento e o mundo à frente dele, mas se a fantasia que vigora no acampamento tenta retificar o mundo, este corrige continuamente, numa via de mão dupla, a fantasia. Na psicose, o delírio também produz uma ponte entre o acampamento e o mundo, mas esse processo de recíproco balizamento está prejudicado, e aquilo que seria uma fantasia que reinventa o mundo sempre que este se revela insatisfatório torna-se um delírio ao qual só cabe reconstruí-lo inteiramente. (p. 12)

As vinhetas clínicas trabalhadas ao longo do texto foram o meio de acesso da pesquisadora e da analista em formação à fantasia. Houve também uma tentativa de buscar, na literatura psicanalítica, trabalhos que tinham o ressentimento como enfoque em casos clínicos. Porém, as palavras-chaves trabalhadas (ressentimento, ressentir, ressentido – também no inglês) não levaram a outras hipóteses sobre o ressentimento para além dos trabalhos de referência de Kehl (2011) e Kancyper (1994, 2018), também abarcados aqui. Nesse sentido, traçaremos uma hipótese inicial. Havendo a chance de continuidade da pesquisa, poderemos verificá-la a partir de outros casos. Espera-se, inclusive, que, ao ler este trabalho, psicanalistas e psicólogos possam localizar, em seu fazer, a dinâmica descrita ao longo do texto, uma aposta que sempre baliza a pesquisa acadêmica.

A partir do ressentido aqui recortado, podemos nos perguntar se haveria um material comum nessa posição compondo sua “ponte entre o acampamento e mundo à frente” (Jorge, 2017). Esse material seria formatado a partir da relação que o ressentido estabelece com seu passado – aquilo a que não pode renunciar –, de modo a dificultar seu movimento no presente.

Jorge ensina:

O lugar da fantasia no aparelho psíquico, traduzido pela onipresença da atividade do fantasiar, é formulado por Freud de forma inequívoca: produzir uma satisfação que, negada por um lado da realidade, continua sendo requisitada pela pulsão. A fantasia é uma saída que, por si só, concilia duas exigências altamente imperiosas: a pulsional, que exige a satisfação a qualquer custo, e a renúncia exigida pela realidade, que coloca obstáculos continuamente para a obtenção dessa mesma satisfação pulsional. (Jorge, p. 60)

O que podemos ler em comum nas saídas para produzir satisfação (fantasias) que envolvem o ressentimento? A insistência no passado frente a uma realidade que exige renúncia e remanejamento de um investimento libidinal. Os roteiros em que o ressentido se coloca em cena envolvem, em seu ponto comum, o reencontro com o outro imaginário que lhe prejudicou ou com o Outro a quem endereçou amor; trazem a retomada de um lugar de satisfação perdido e a alteração do passado ocorrido graças a esse outro – rival – ou ao Outro que deveria lhe amar de volta, mas não o fez. As tentativas de restabelecimento dessa trama no tempo presente passam por uma tentativa de alteração do passado, tarefa impossível de se cumprir.

Jorge (2017), ao abordar o estudo da fantasia, passa pela relação desta com o trauma, tema que podemos aproximar do nosso. O autor relata que, a partir de Lacan, uma das formas de se definir o trauma é enquanto “emergência do real no imaginário do sujeito” (p. 148). O

psicanalista inclui entre as situações traumáticas as separações amorosas, pelos mais diversos motivos. Aqui também falamos sobre as situações em que ideais são dissolvidos ou ilusões se rompem em uma relação onde havia uma suposta completude – imaginária. Esses momentos, de potencial traumático, são, como apresentamos, um campo onde o ressentimento pode emergir.

O autor (2017) discorre sobre a perda da homeostase psíquica resultante do trauma, principalmente quando os objetos envolvidos funcionam enquanto representantes dos objetos da fantasia. Diante disso, “A fantasia sofre um abalo, é arrebatada, estraçalhada” (p. 149). Para a restituição da fantasia, seria necessário um trabalho de luto, que apresenta impasses quando, no lugar de ocupar-se de seu luto, o sujeito é ocupado pelo ressentimento. Assim, vemos como o ressentimento pode se instalar em momentos em que a própria fantasia sofre um abalo – no entanto, esse choque não é necessariamente acompanhado pelo trabalho de desinvestimento libidinal no objeto, processo em que consiste o luto.

Em continuidade ao que o compositor Chico Buarque (ver capítulo 2) expõe sobre “adorar pelo avesso”, parece que, no ressentimento, o investimento no objeto persiste, agora representado pelo seu avesso. Pensando na fantasia como a imagem em uma tela, parece que o ressentido, depois de seu dilaceramento, insiste em refazê-la a partir e apesar “dos avessos”. Testemunhamos, na clínica, como os antigos objetos de investimento presentes na queixa do ressentido – um ex-marido, uma ex-namorada, um partido político, um professor – são descritos e revelados em sua face oposta. Do marido “mais companheiro do mundo”, da namorada “que me amava como jamais fui amado”, do partido que “apresentava todas as saídas para um mundo justo e melhor”, do professor “mais revolucionário de meu Ensino Médio”, vemos aparecer significantes que parecem humilhar, ofender, anular, desvalorizar esses objetos – mas que, a partir de nossa escuta, revelam um desligamento impossibilitado de acontecer.

Jorge (2017), ao diferenciar o luto da melancolia (como fizemos no item 2.3), relata: “Na melancolia, o sujeito fica sem condições de refazer essa janela de defesa que consiste na fantasia, a fantasia como proteção contra o real. Devido à insuficiência do simbólico, o trabalho do luto não pode ser realizado” (p. 149). Aproveitando a argumentação, como ficaria a fantasia como proteção contra o real no ressentimento? De que maneira vemos a reconstrução dessa tela acontecer? Qual sua relação com o desejo?

O autor (2017) revela que o desejo pode ser pensado enquanto a pulsão emoldurada por uma fantasia. Por isso, Lacan insiste, ao longo de seu ensino, que tanto a fantasia é suporte do desejo, assim como o desejo é fundado junto à fantasia (Jorge, 2017). Não seria

coerente argumentar que a fantasia do ressentido, que sofreu um impacto desde uma situação – ressentida –, estaria no cerne de sua problemática em relação ao desejo? Uma fantasia que, ao ser refeita a partir da insistência nos mesmos representantes, localiza o desejo sempre articulado ao passado de um sujeito.

Freud (1907/2015) questiona: “quem poderia negar que os desejos se voltam predominantemente para o futuro?” (p. 14). Interessante como, a partir do desejo, sustentado pela fantasia, também encontramos argumentos que particularizam o ressentido. O ressentido é justamente aquele que, de certo modo, recusa o futuro – de forma inconsciente – para ressentir o passado. No ditado “quem vive de passado é museu” ou na frase “Maria vive no passado”, bastante comuns, vemos maneiras populares de evidenciar essa dinâmica. Na clínica, um paciente revela de modo latente a dificuldade em se separar da ex-namorada e comete atos falhos que remetem ao passado – troca sua idade pela de quando era mais novo e namorava a garota, troca o ano atual pelo ano em que ainda estavam juntos, entre outros lapsos.

Em “O escritor e a Fantasia” (1908/2015), Freud expõe: “A relação da fantasia com o tempo é muito significativa” (p. 331). Nesse período, descreve a fantasia a partir da relação entre um presente no qual uma impressão atual desperta um “dos grandes desejos” (p. 331) do sujeito, assim retorna “à lembrança de uma vivência anterior” (p. 331), e cria uma:

situação ligada ao futuro, que se mostra como realização daquele desejo – justamente o devaneio ou fantasia, que carrega os traços de sua origem na ocasião e na lembrança. Assim, passado, presente e futuro são como que perfilados na linha do desejo que os atravessa. (p. 331-332)

Em seguida a essa construção, Freud (1908/2015) relaciona as fantasias, “seu excesso de crescimento e de intensidade” (p. 332), com a psicopatologia, seja na neurose ou na psicose, uma vez que são as precursoras psíquicas dos sintomas. O retorno a esse trecho vem para evidenciar a temporalidade que é inerente ou atravessada pelo desejo. Que toda fantasia guarda relação com a experiência mítica de satisfação anterior, sabemos; no entanto, o que o ressentido nos expõe quando sua satisfação – parcial – possível está em ressentir a experiência passada, criando saídas para sua alteração, mas sem que se possa criar algo novo para seu futuro? Dessa forma, no lugar de possibilitar um futuro, se fixa na fantasia de que um ocorrido no passado fosse alterado, reivindicado ou compensado. O que poderia se apresentar em diferentes roteiros, como nas fantasias de vingança evidenciadas pela autora Kehl (2011).

Essa modalidade de gozo, discutida em nossos itens anteriores, indica possivelmente uma dinâmica fantasmática estabelecida, catalisada no processo de restituição de fantasias provenientes de situações de luto. Dentre os aspectos fantasmáticos singulares para cada sujeito, assistimos a um processo que diz respeito à alteração ou ao retorno a um passado idealizado pelo ressentido, que encara sua perda como um prejuízo (Kehl, 2011). Nesse sentido, alcunhamos essa dinâmica fantasmática que embasa o ressentir – modalidade de gozo – como processo que passa da restituição da fantasia à fantasia de restituição. Restituição de algo perdido, que, no imaginário do ressentido, está articulado à situação que não pode esquecer e que suscita ressentimento.

A fantasia de restituição é, necessariamente, particular para cada sujeito. Kehl (2011) aponta para as fantasias de vingança, expostas em diversas tramas cinematográficas e literárias, que revelam o ressentido como aquele que goza com a vingança imaginária, mas que não coloca esta em ação justamente porque isso equivaleria à perda de gozo. A vingança devolveria ao ressentido um lugar fálico, potente, outrora perdido. Já Kancyper (2018) propõe que, entre relações humanas que envolvem a intolerância à diferença, também podemos encontrar uma dinâmica fantasmática particular, que guarda relação com o ressentimento.

O autor propõe que, nas “comparações patogênicas”, carregadas de ressentimento, se “presentifica uma fantasia particular que mantém seus nexos íntimos com a intolerância narcísica e que denominei fantasia do unicato” (Kancyper, 2018, p. 34). “Unicato” é um neologismo criado na Argentina que significa “governo de um só partido reacionário e corrupto” (Kancyper, 2018, p. 35). Essa fantasia tem relação com o Eu ideal, e representa a onipotência narcísica almejada pelo sujeito. Consiste na

(...) encenação imaginária vigente da hipótese freudiana da horda primeva, quando se reanima no sujeito a crença psíquica de ser o eleito inquestionável para exercer um poder absoluto, à imagem e à semelhança de um pai primevo, despótico e brutal que intimida os demais para submetê-los aos caprichos de seu domínio. (Kancyper, 2018, p. 35)

Tanto a hipótese de Kehl (2011) quanto de Kancyper (2018) ressaltam o lugar – perdido – de que o ressentido não abre mão, e, assim, marca sua posição diante do Outro. No caso de Kehl (2011), um Outro do qual o ressentido se vinga na fantasia; e no caso de Kancyper (2018), um Outro que, na fantasia, está sob seu domínio. Consideramos que a última alerta para uma modalidade extremamente ameaçadora da diferença e da democracia e que se compartilhada por uma massa identitária pode constituir um discurso de ódio. Podemos

formalizar um ponto comum em ambas as propostas de Kehl (2011) e Kancyper (2018)? cremos que sim.

O autor traz outra contribuição teórica, em articulação à tese em relação à fantasia do unícolo, que nos interessa: “as comparações patogênicas (...) costumam ser empregadas para reprimir e/ou desmentir as angústias no próprio sujeito para escandir-las e depositá-las depressa em um outro, sobre o qual se teima em exercer uma pertinaz relação de domínio” (Kancyper, 2018, p. 49). Aspecto que corrobora com nossa leitura psicanalítica do ressentimento como afeto que trabalha a serviço da proteção do sujeito contra o real e, portanto, contra a angústia.

Nascimento (2010) sintetiza um dos aspectos da fantasia: “constitui-se como uma defesa contra o real. Ela é uma espécie de tela que dissimula o encontro com o real e o torna suportável para o sujeito” (p. 7). Por isso, nossa aposta de que a estratégia do ressentido pode estar atravessada por sua dinâmica fantasmática. Para além de sua relação com o real, a fantasia “é também matriz dos desejos atuais” (p. 8). O que a perda do objeto encarada como um prejuízo ou como resultado da privação, como trabalhado em item anterior, diz da dinâmica fantasmática desse sujeito?

As construções do ressentido apresentam sua maneira de lidar com o desejo – podemos avançar e tomar desejo como o desejo do Outro. Diante de uma ruptura ou abalo inesperado, o sujeito, posto cara a cara com a falta no Outro, por vezes, precisa reconstruir sua relação com o objeto. Podemos trazer um exemplo clínico: após uma separação imposta, um paciente retoma diversas cenas de uma suposta traição, essas provariam que desde o início estava certo sobre a moça. Impossibilitado de se desligar de seu objeto de investimento, sustenta a relação por meio de cenas que o colocam como objeto do Outro, em sua face imaginária, o traidor, eliminando outras óticas. Fica clara na construção dessas cenas, uma articulação entre o gozo de reiterar sua condição de traído e a conquista egóica em estar “certo desde o início”.

Desse modo, vemos no ressentimento maneiras de o sujeito lidar com a falta do Outro, ao mesmo tempo em que revela sua posição subjetiva. A partir de algumas fantasias (de vingança, retornos ao passado), podemos localizar o ressentimento como parte de sua composição. Justamente pela particularidade desse evidenciar um modo de relação com o outro, do qual se queixa em sua face imaginária, porém de quem não consegue se separar. Carreira (2009) ensina:

A lógica da fantasia, assim, comporta a alienação e a separação, configurando-se como uma escrita que se repete porque é a própria

lógica de um sujeito, isto é, a sua invenção para se haver com a castração do Outro sem, no entanto, a ele se entregar ou dele se apartar completamente. (p. 168)

Essa invenção para se haver com a castração do Outro, que realiza de algum modo o não se entregar a ele e nem se separar completamente, parece compatível com a estratégia do ressentido aqui trabalhada. Em suas cenas fantasmáticas, clama pela restituição de um lugar perdido às custas de um outro imaginário ou do Outro que deveria amá-lo, mas o abandona, por diferentes vias.

5. DOM CASMURRO: UM CASO PARADIGMÁTICO SOBRE O RESENTIDO

5.1. A LITERATURA COMO CAMPO DE PESQUISA PSICANALÍTICA SOBRE O RESENTIMENTO

Entre os pesquisadores da área psicanalítica que se detiveram com afinco sobre o tema do ressentimento, Kancyper (2018) e Kehl (2011), observamos uma marca comum: a literatura enquanto matéria-prima de seus estudos. No caso de Kancyper (2018), em “Ressentimento Terminável e Interminável”, recém-traduzido para o português, o autor trabalha com o tema a partir de obras de Albert Camus, Jorge Luis Borges, Franz Kafka e Sándor Márai. No mesmo caminho, Kehl (2011) aborda Shakespeare, Dostoiévski, Graciliano Ramos e Sándor Márai, assim como Kancyper (2018). Kehl (2011), além da literatura, explora o cinema ao longo de sua obra.

Segundo Kancyper (2018): “É assombroso cotejar como a Psicanálise e a Literatura enfrentam em comum a fascinante tarefa de sondar os labirintos da natureza humana. Compartilham o material e diferem na metodologia (...)” (p. 10). Sobre a metodologia reflete: “Conviria inverter as relações habituais entre psicanálise e literatura. Em vez de servir de campo de aplicação para conhecimentos analíticos previamente adquiridos, a obra literária interrogará, daqui em diante, a psicanálise até dotá-la de novos instrumentos de escuta e compreensão” (p. 10). O aspecto elucidado pelo psicanalista corresponde à preocupação presente, desde Freud, em valer-se de casos clínicos para a pesquisa em psicanálise. Estes, no lugar de exemplificar, interrogam e mobilizam a construção de sua teoria.

Em “O Delírio e os Sonhos na *Gradiva* de W. Jensen”, Freud (1907/2015) ressalta:

(...) os escritores são aliados valiosos e seu testemunho deve ser altamente considerado, pois sabem numerosas coisas do céu e da terra, com as quais nem sonha a nossa filosofia [alusão a versos famosos de *Hamlet*, ato I, cena 5]. No conhecimento da alma eles se acham muito à frente de nós, homens cotidianos, pois recorrem a fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência. (p. 16)

A natureza humana é motor e, por isso, está exposta tanto na clínica quanto nas produções literárias. Quantas vezes nos deparamos com dizeres de analisantes que poderiam compor uma narrativa literária? Assim como na clínica, na literatura encontramos o material de nossas indagações e escolhemos qual método e quais operadores podem nos ajudar a respondê-las. Kancyper (2018) evidencia que “as manifestações do ressentimento (...) na literatura, na mitologia e na clínica nos possibilitam coligir como o poder do inconsciente

gera seus próprios escândalos, tanto no sujeito quanto na psicologia das massas” (p. 10), de forma que seu trabalho com as produções literárias passam pelo o que nelas ressoa dos processos inconscientes.

Por outra via, Kehl (2011) relaciona o ressentimento à literatura a partir de sua estética: “A estética do ressentimento é melodramática. Conforme escrevi em outra ocasião, o ressentimento presta-se à construção de personagens de pouca densidade psicológica, cujo perfil moral não deixa dúvidas ao leitor/espectador” (p. 182). Pela via da estética, a psicanalista constrói uma crítica acerca do ponto de identificação do leitor e do espectador com o personagem ressentido, apontando para o apelo dramático característico do ressentimento. O leitor relatado por Kehl (2011) é amarrado na teia do personagem ressentido.

No presente trabalho, a literatura e o cinema foram cruciais. Funcionaram como campo fértil para o surgimento de questões pensadas, posteriormente, a partir do método psicanalítico. Os corpos de algumas personagens e os enredos de suas tramas, encontrados desde antes do início da pesquisa até o seu final, puderam ser alinhavados a conceitos psicanalíticos, a fim de aproximar-nos do que seria uma metapsicologia do ressentimento. Acreditamos que as obras escolhidas podem ser utilizadas em nossa metodologia de pesquisa na medida em que aquilo que pesquisamos está sob uma ótica assujeitada – os olhos da pesquisadora –, assim como as lentes dos escritores e dos roteiristas. Nesse sentido, a leitura psicanalítica pode se estender a produções que, por serem poéticas, fazem transbordar efeitos do sujeito.

De volta ao que nomeamos como marca comum, é curioso que, nos estudos que têm o ressentimento como protagonista, ainda que por diferentes vias e composições, a presença da literatura e do cinema se repete enquanto parte do método de pesquisa. Parece que se privilegia o material literário e cinematográfico mais abundante em relação ao material clínico sobre o ressentimento, aparentemente mais escasso. O que isso indica para nós enquanto pesquisadores?

Há algumas hipóteses possíveis. Uma possibilidade seria a de que, por se tratar de um afeto, “é difícil de ser situado, pois é o conceito limite de uma experiência subjetiva também limite” (Barros, p. 10). Bidaud (2001), em um artigo em que aborda o tédio, afirma: “(...) enquanto afeto comum, permaneceu não essencial ou negligenciável no registro da psicopatologia. Admitimos que a pesquisa sobre a angústia domina a análise freudiana dos afetos, fazendo girar em torno desta, toda a abordagem da dor psíquica.” (p. 92). Possivelmente por conta de sua difícil articulação – no estudo do afeto é preciso relacioná-lo a

outros conceitos freudianos: pulsão, desejo, gozo, inconsciente, ser, fantasia, entre outros, como afirmou Vieira (2001) –, os afetos não parecem receber prioridade nos estudos acadêmicos.

Como consequência disso, alguns afetos, entre eles o ressentimento, são nomeados e reconhecidos com dificuldade, aspecto que o presente trabalho tem a intenção de transformar. Vieira (2001), em seu livro “A Ética da Paixão: Uma Teoria Psicanalítica do Afeto”, aborda, no capítulo “Afetos”: a angústia, o amor, o ódio, a ignorância, a fascinação, a beatitude, o “tédium”, o amuro, a fúria, o ciúme, a inveja, a ignorância, a estupidez, a tristeza, a depressão, o pecado, o temor, a piedade, a raiva, a cólera, entre outros que poderíamos citar, mas não elege o ressentimento – ainda que, na descrição de alguns desses, possamos localizar características compartilhadas com nosso objeto de pesquisa.

Outra hipótese plausível seria a de que, na própria configuração do ressentimento, há obstáculos frente ao trabalho analítico, que desviam da clínica os ressentidos. Kehl (2011) aponta para a dificuldade quanto à associação livre e à implicação do paciente ressentido ao tratamento. Poucos artigos encontrados nas bases de dados explicitadas na metodologia localizam o ressentimento como aspecto central para a descrição e a discussão de casos clínicos. Um deles, que tem como título “O Ressentimento: Reflexões a Partir de um Caso Clínico” (Gonçalves, Moreira da Silva e Macedo, 2013), elucida de que modo o ressentimento produz “ressonâncias no campo transferencial” (p. 391), que fragilizam a relação entre analista e analisante.

Kancyper (2018) chega a afirmar: “Nesses casos, o analista costuma representar, então, na transferência, um pretérito ofensor, e o analisando pode chegar a preferir descontar nele, mediante um triunfo sadomasoquista, mesmo à custa de sua própria saúde. Prefere vingar-se a curar-se” (p. 197). Essas considerações refletem o porquê de caminharmos em direção às produções culturais, assim como Kancyper (1994, 2018) e Kehl (2011), como subsídio para nossos estudos.

Ao longo da pesquisa, foram escolhidas algumas obras literárias, exemplos da costura que nomeamos como “formas de expressão do ressentimento”, a partir de nossas articulações teóricas. No entanto, pareceu interessante sustentar uma obra que representasse de modo paradigmático a proposta da pesquisadora acerca do lugar do ressentido como revelador de uma estratégia frente ao desejo do Outro. A literatura, aqui, não deve ser mera ilustração, e sim material rico, capaz de justificar as indagações escandidas ao longo desta dissertação.

O fazer psicanalítico serve a este trabalho também como método de leitura dos textos literários. Assim como na clínica privilegiamos a atenção flutuante e a escuta da dimensão

significante do sujeito, tomamos a literatura enquanto enigma. Da mesma maneira, podemos traçar, em alguns pontos, analogias: as divisões do texto seriam pontos de parada como os cortes das sessões sob a ética lacaniana. A aposta em uma interpretação a partir do material em seu conjunto reflete o não-todo do texto. O saber nele contido se estende a cada nova leitura e deixa sempre um resto.

Kancyper (2018) reflete: “Efetivamente, ler um texto é por em marcha seu acontecer. É entrar em sua verdade. É deixar que a obra do texto seja o que é, uma obra que, ao operar no interior do leitor, assinale seus irrefreáveis efeitos” (p. 9). Lacan (1964/2008) faz um comentário que parece conversar com a “verdade” da obra, citada por Kancyper (2018) acerca dos textos de Freud: o papel de desenterrar aquilo que toca a subjetividade do leitor e o interessa. Nossa metodologia, se psicanalítica, não deixa de tratar também os textos psicanalíticos teóricos por um viés análogo:

O precioso dos textos de Freud, nessa matéria que ele desbrava, é que, à maneira dos bons arqueólogos, ele deixa o trabalho de escavação no lugar – de modo que, mesmo se inacabada, podemos saber o que querem dizer objetos desenterrados. Quando o Senhor Fenichel passa lá por cima, faz como se fazia antigamente, ele recolhe tudo, põe dentro dos bolsos e das vitrines, sem ordem, ou pelo menos numa ordem completamente arbitrária, de modo que ninguém encontra mais nada lá. (Lacan, 1964/2008, p. 178)

Em nosso trabalho, elegemos “Dom Casmurro” como obra paradigmática. A análise do texto machadiano foi o primeiro resultado de pesquisa em relação ao estudo do ressentimento – a partir dela veio à luz a posição revelada pelo ressentido. A partir desse encontro, seguimos em nosso estudo e esperamos que, com este capítulo, possamos fornecer sustentação teórica aos precedentes.

5.2. INTRODUÇÃO À OBRA “DOM CASMURRO”

Os meus ciúmes eram intensos, mas curtos; com pouco derrubaria tudo, mas com mesmo pouco ou menos reconstruiria o céu, a terra e as estrelas. (Assis, 1899/2010, p. 192)

Dom Casmurro é uma das obras mais analisadas de Machado de Assis, reconhecido ao redor do mundo, por críticos e leitores, como um dos maiores escritores brasileiros. Nessa obra visionária, publicada em 1899, o autor descreve a lógica que permeia a sociedade

paternalista brasileira, herdeira de um país colonizado e escravista, rumo à República. Assistimos às relações que constituem a máscara social do cordialismo brasileiro, conceituado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (1936/2015).

De maneira análoga, a travessia política descrita no livro é brilhantemente traduzida por meio da dinâmica de sofrimento, carregada de ressentimento, do protagonista. Além do romance, levantamos a proposta de que o autor constrói uma crítica sociopolítica e um modelo de indivíduo da futura sociedade brasileira democrática. A análise realizada pelo escritor, condensada em *Dom Casmurro*, aponta para um desejo de retorno à lógica paternalista do Brasil sob a monarquia portuguesa assim que se instala a República. As eleições de 2018 e o período anterior escancaram esse mesmo apelo pela volta ao passado, agora da democracia à ditadura. Não seria exagero dizer que a posição de Dom Casmurro é reflexo da política que encarna, como Brousse (2003) evidencia a partir de Lacan no título do livro que reúne três conferências proferidas por ela, “O Inconsciente é a Política” (Brousse, 2003).

A obra machadiana conta a trajetória de Bentinho, herdeiro de uma família de posses, da infância à velhice, quando recebe a alcunha que dá título ao livro. O menino, filho único, prometido por sua mãe à vida clerical, conhece, ainda pequeno, seu primeiro amor, Capitu. A menina, uma das mais enigmáticas personagens da literatura brasileira, ajuda o protagonista a desviar do destino religioso.

A narrativa, realizada em primeira pessoa pelo protagonista, delineia, nos primeiros dois terços do livro, uma história romântica de um menino que se apaixona na juventude. Posteriormente, o romance se transforma em um casamento perturbado por uma suposta traição. A ideia reveladora teria fonte, entre outros fatores, na semelhança entre o filho de Capitu e Bentinho, Ezequiel, e Escobar, melhor amigo do protagonista. Após a morte deste, Dom Casmurro passa a procurar no passado elementos que lhe trariam certeza quanto à traição. Dessa maneira, a narrativa gira em torno de um passado relatado pelo narrador-personagem, de forma a sustentar sua condição de traído.

Apesar de a obra ter sido publicada em 1899, foi apenas em 1960 que veio a público uma de suas principais análises críticas – subversiva para a época –, realizada pela escritora e professora americana Helen Caldwell. No livro, traduzido para o português como “O Otelo Brasileiro de Machado de Assis: um Estudo de Dom Casmurro” (2002), a autora analisa o viés do narrador e sua posição para além da narrativa que o próprio Dom Casmurro constrói. Dessa maneira, traça uma comparação entre Dom Casmurro e Otelo, personagem shakespeariano, ambos marcados pelo ciúme.

Na apresentação da obra, Caldwell (2002) revela como Machado de Assis corresponde a um “enigma”, a um “mito” e a uma “esfinge” para muitos críticos e escritores – termos caros à psicanálise proposta por Lacan. A crítica escolhe se debruçar sobre a obra a partir de duas perguntas: “a heroína é culpada de adultério?”; “por que o romance é escrito de tal forma a deixar a questão da culpa ou da inocência de Capitu para a decisão do leitor?”. Vale mencionar que, até 1960, nenhum estudo questionava se Capitu havia traído o narrador. Era fato que o livro contava a história de uma traição.

Vemos como a genialidade do autor brasileiro é enfatizada quando Caldwell (2002) ilumina a posição da personagem para além de suas marcas identitárias, descritas pelo narrador-personagem. É a partir da reconstrução de sua juventude que se inicia a ficção. Além disso, o livro de memórias é confeccionado pelo personagem-título. Podemos começar nossa análise por essa escolha: a obra é intitulada e nomeada por um outro – o apelido conquistado na velhice serve para dizer de si. O que isso significa? Levantaremos hipóteses a seguir.

O primeiro capítulo da obra de Assis, “Do Título”, explica a origem dessa nomeação: um dia, graças a um encontro com um rapaz no trem, a quem não dá atenção, Bentinho recebe a “alcunha” de Dom Casmurro: “No dia seguinte entrou a dizer nomes feios, e acabou alcunhando-me *Dom Casmurro*. Os vizinhos que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou.” (Assis, 2010, p. 11). Questionaremos, desde a escolha do título, se as qualidades condensadas no significante “Casmurro” alertam quanto ao lugar do ressentido e à função do Outro, que propomos a partir da psicanálise.

Em nossa leitura, o trabalho do protagonista com sua memória serve como busca de uma identidade perdida e ilustra a tentativa de se constituir como indivíduo – aquele não dividido, ou seja, onde não se notam indícios da falta, embora esta seja constitutiva. Ele enxerga, no passado, as causalidades deterministas de seu presente. Observa-se uma procura incessante pelo sentido da vida nas lembranças e, mais que do isso, uma ruminação interminável dos eventos que delineiam seu lugar de ressentido. O encadeamento do texto se desdobra na transformação, quase abrupta, do conteúdo narrado a partir da traição – esta culmina, para o narrador, na transformação de Bentinho em Dom Casmurro, um indício de uma possível divisão subjetiva.

Machado de Assis constrói um narrador-protagonista que permite pensar sobre o sujeito do desejo a partir da autobiografia ficcional. Alguém que escreve sobre o seu Eu ideal e sobre a imagem de si, identidade que só pode existir no tempo passado. O livro, estruturado em capítulos curtos, ora conta a história-lembrança de Bentinho, menino amável, ora expõe Dom Casmurro solitário, um efeito de sua posição em relação ao Outro. A divisão está posta.

A estrutura do texto contribui para o uso de nossa metodologia psicanalítica – a escuta do discurso do sujeito em meio à fala (narrativa) que apresenta. Não à toa, a obra tem duplo sentido: pode ou não ser entendida como tragédia romântica, onde Bentinho é vítima de Capitu. No entanto, se forem aproveitadas – como na clínica – as brechas deixadas pelo discurso de Dom Casmurro, um leitor atravessado pela psicanálise pode encontrar tanto a vertente imaginária da fala de Casmurro sobre Bentinho quanto o discurso simbólico da personagem.

Tais pistas se apresentam desde a forma como o narrador-personagem organiza os acontecimentos de sua autobiografia, passando pela escolha dos significantes que se repetem, até os capítulos que parecem desconexos e a maneira como, por fim, expõe suas relações afetivas. Com apoio nessas passagens, situaremos a presença ressentimento. Depois, seguiremos com nossa proposta sobre o lugar do ressentido. Após esse primeiro delineamento, ousaremos articular o ressentimento a um diagnóstico estrutural, apesar de fictício e literário.

O narrador realiza um trabalho de escavação, que produz um romance autoexplicativo para o leitor. Este vislumbra, em suas memórias, fatos da realidade como se estivessem desvinculados do presente, algo impossível quando se fala em realidade psíquica, sempre atual. Na medida em que assumimos, pelas lentes da psicanálise, a memória como inscrição do campo psíquico (conforme o capítulo 4), podemos desvelar os conteúdos inconscientes presentes na escrita autobiográfica. Mais do que lembrar, Dom Casmurro resente (sente de novo) seu passado, no intuito de justificar a ruptura com um “Eu”, com a imagem que constrói de si, original.

O leitor que realiza uma viagem rumo aos períodos da infância e da juventude de Bentinho não deve se esquecer de quem o conduz, o amargurado Dom Casmurro. O narrador, mais do que contar suas experiências, escolhe como irá dispô-las, criando artifícios de manipulação, característicos de um sujeito que demanda do Outro reconhecimento. A deixa é dada no primeiro capítulo: “E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua.” (Assis, 1899/2010, p. 11). Aqui atentaremos não só para os capítulos que descrevem os diálogos de Bentinho com as outras personagens, mas para aqueles que parecem perdidos e que, no entanto, deixam pelo caminho rastros do inconsciente da personagem.

5.3. A ESCRITA DE DOM CASMURRO

(...) a ideia de que um castelo de vento dura mais que o mesmo vento de que é feito dificilmente despegará da cabeça, e é bom que seja assim, para que não se perca o costume daquelas construções quase eternas. (Assis, 1899/2010, p. 210)

O que leva Dom Casmurro a escrever? A personagem de Machado de Assis afirma, no segundo capítulo: “O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência.” (Assis, 1899/2010, p. 13). Considerando Rosenfield (1994, citado por Safatle 2013), “lembranças não são imutáveis, mas são reconstituições operadas sobre o passado” (p. 87), nada mais adequado que o verbo “restaurar” utilizado pelo narrador em sua explicação. Dom Casmurro expõe, pela primeira vez, o caráter do trabalho que se inicia. Sendo a memória nostálgica o material de sua obra, essa não teria como produto uma construção original, mas sim uma tentativa de restauração do passado. O autor, ao escolher como irá apresentar suas experiências, reconfigura a juventude e, dessa maneira, transforma suas memórias em propriedade.

A vontade de controlar o passado, mesmo longínquo, é tida aqui como consequência de um sentimento de descontinuidade, de um sofrimento denunciado em “atar as duas pontas da vida”, trecho que aponta para a ruptura entre Dom Casmurro e o “Eu” adolescente, Bentinho. Essa clivagem em relação à vida (Foucault, citado por Safatle, 2013) aparece aqui: “(...) mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo.” (Assis, 1899/2010, p. 13). Observa-se alguém que sofre porque algo lhe falta, condição que permite a estruturação da neurose. A fissura presente no livro corresponde a uma desilusão amorosa. Jorge (2017) afirma: “o amor reassegura o eu de sua unidade configurada no estádio do espelho” (pp. 106-107), o que nos leva a relacionar a falta do Eu, denunciada por Dom Casmurro, à falta da amada Capitu e, no limite, de si mesmo.

A dinâmica serve de ponto de partida para compreender a posição de Casmurro e sua estratégia, esta revelada na escrita, que conserva “alguma recordação doce e feiticeira” (Assis, 1899/2010, p. 13). Não se trata de memórias quaisquer, mas daquelas próximas às trabalhadas por Nietzsche (1876/2003) como doença do homem moderno, cuja “qualidade mais própria (...) seria a estranha oposição entre uma interioridade à qual não corresponde nenhuma exterioridade e uma exterioridade à qual não corresponde nenhuma interioridade.” (p. 33).

Kancyper (2018) diferencia modalidades de memória, entre elas: a do pavor, a da dor, a do rancor. Esta última estaria presente no ressentimento e no remorso quando uma memória

não funciona como uma “experiência instrutiva” (p. 193) e não cria condições para novas escolhas nas dimensões temporais do presente e do futuro. Assim, a memória do rancor estaria a serviço da compulsão e da repetição que paralisam. Nas palavras do autor:

o processo de elaboração do trabalho de um luto normal, posto que no rancor, precisamente, a temporalidade apresenta características particulares: manifestamente, uma singular relação com a dimensão prospectiva. Devemos recordar que a repetição é a forma básica de interceptar o porvir e impedir a capacidade de mudança. A memória do rancor, diferentemente da memória da dor, não está regida pelo princípio de prazer-desprazer nem pelo princípio de realidade, mas pelo princípio de “tormento”. (Kancyper, 2018, p. 193)

Esses elementos estão presentes no texto de Machado de Assis, e permitem um olhar crítico e metapsicológico sobre a memória de Dom Casmurro. Podemos, no trecho a seguir, retomar o que seria a propriedade irrefutável do homem moderno delineado por Nietzsche (1876/2003): “O que aqui está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo, como se diz nas autópsias; o interno não aguenta a tinta.” (Assis, 1899/2010, p. 13). Tinta esta que tenta disfarçar as mudanças inerentes à passagem do tempo do vivo.

Desse modo, as lembranças são apenas superficialmente alteradas, não sendo capazes de dar fim ao sofrimento psíquico da personagem. Assim como a “conservação do hábito externo” não impede que a passagem do tempo opere e deixe marcas. A autobiografia ficcional poderia ser encaixada no que Todorov (1996, citado por Kehl, 2011) chamou de “abusos da memória”, que teriam como base “a fixação doentia a um passado” (Kehl, 2011).

No lugar do abuso da memória, podemos indagar a modalidade de gozo inscrita no insistente retorno e, ao mesmo tempo, a tentativa de transformação revelada nesse movimento. A escrita como forma de alterar o passado é o recurso psíquico de que dispõe Dom Casmurro. A fixação ao passado, verificada ao longo da narrativa, aparece com clareza quando o personagem apresenta a casa onde mora: “(...) é própria; fi-la construir de propósito, levado a um desejo tão particular que me vexa imprimi-lo, mas vá lá. Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei (...)” (Assis, 1899/2010, p.12). Considerando-se a relação com a casa como aquela que “marca nossas relações mais profundas” (Bosi, 1994, p. 442), pode-se pensar que a vontade de viver novamente na casa de infância é também a vontade de retornar a esse período. Período em que o lugar fálico que ocupava na trama familiar não revelava abalos.

A impossibilidade de ter novas experiências no presente remete ao personagem isolado na velhice, que pouco aparece em público, quanto menos fala (Assis, 1899/2010). Seu isolamento diz respeito à impossibilidade de realizar o luto pela morte do amigo Escobar e à sustentação de uma cena fantasmática, a traição de Capitu, que o impede de continuar um casamento e exercer a paternidade. É preciso perguntar por que Dom Casmurro não pode esquecer o passado e qual função cumpre a traição reiterada e justificada pela memória.

Machado de Assis, por meio da manipulação presente no discurso, nos faz entrar em contato com uma repetição mantida de modo ativo por aquele que pensa ter perdido algo, alguém prejudicado. Suas memórias são produto e forma de expressão desse sujeito. Mais do que incapaz de seguir em frente, ele “quer não se esquecer, não perdoar, não deixar barato o mal que o vitimou” (Kehl, 2011, p. 12). Tornar sua imagem a de um homem ofendido e vitimizado é, por um lado, fator que impede a superação; por outro, o que garante a demanda de amor e de reconhecimento ao leitor, impulsionada por seu narcisismo. Além disso, podemos trazer à tona uma possível modalidade de gozo (conforme vimos no capítulo 4) envolvida no ressentir.

O passado, onde esse homem goza, auxilia em nossa leitura sobre o ressentido. A característica é ilustrada, ao mesmo tempo, por duas construções: o narrador Dom Casmurro – construído por Machado de Assis – e a construção das personagens Bentinho e Bento Santiago – realizada pelo narrador Dom Casmurro. Logo de início, o leitor entra em contato com um narrador, Dom Casmurro, extremamente culto: ele é capaz de colocar em sua biografia inúmeras citações referentes a autores consagrados, condizente à classe privilegiada a qual pertence. Dessa maneira, temos um protagonista e um narrador que passam ao leitor confiabilidade – “parece revestido de uma superioridade moral inquestionável” –, assim como o personagem ressentido é descrito por Kehl (2011, p. 29). Além disso, ilustra o homem moderno: “(...) dignos de consideração, a saber, enciclopédias ambulantes.” (Nietzsche, 1876/2003, p. 35).

Mais do que convencer o leitor, pensamos aqui como seu afeto é fonte de seu próprio engano: o de acreditar na veracidade de seu passado, a partir de sua potência intelectual, e no domínio que supostamente tem do que acontece ao outro – na posição especular – seu leitor. Simultaneamente, a forma como Bentinho – o “Eu” da infância e da juventude de Dom Casmurro – é descrito, comove quem lê. Caracterizado como apaixonado e ingênuo, delega a Capitu, esperta e curiosa, a função de conduzir seu destino. A força da menina é metaforizada na descrição de seus olhos de ressaca, feita por Bentinho: “...as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me.” (Assis,

2010, p. 69). Nasce, assim, na narrativa um paralelo entre um menino *fraco* e a menina, sua amada, *forte*.

O ressentimento, para Nietzsche, é uma característica dos fracos (...). O ressentido, para Nietzsche, vê em tudo aquilo que o oprime e fere, o “mal” no sentido moral, e em contrapartida elabora a imagem de si mesmo como “bom”. Assim, o ressentido, em vez de fortalecer-se e lutar, sente-se moralmente autorizado a demandar do seu opressor que não seja forte. (Kehl, 2011, p. 33)

Tal fraqueza, elaborada na construção da imagem de “bom” de Bentinho, por Dom Casmurro, será condição para que o narrador seja analisado como ressentido. Uma fraqueza denunciada pela impotência em relação aos enfrentamentos de seu presente. Agora que a personagem – fraca e boa – e o narrador – de superioridade moral – têm o leitor ao seu lado, quase cúmplice de seu Eu passado, a reviravolta da história de vida de Dom Casmurro pode aflorar. A traição de Capitu é introduzida no texto e faz com que as lembranças de Bentinho, inocente e fraco, possam ser observadas como pretexto para justificar sua posição de vítima e seu impedimento, provavelmente relacionado a um agravo cometido pela personagem “forte”.

Uma vez que o agravo, a traição que Dom Casmurro é incapaz de esquecer, é mencionada explicitamente no texto, fica mais clara a transformação abrupta. O ingênuo Bento Santiago, fruto das memórias do narrador ressentido, tornou-se o homem rancoroso, mas coberto de razão e afeto, que conduz a narrativa. A ideia invasora de Dom Casmurro é embasada em suas lembranças. Podemos ler o ressentir como aquilo que ocupa o lugar de outra situação impossível de esquecer, uma situação angustiante.

O uso que o personagem-narrador faz de sua memória serve para nutrir seu ressentimento e teria justamente como consequência “uma reconstituição narrativa transformada em fabulação maniqueísta.” (Kehl, 2011, p. 321). Mas seria essa a única intenção do autor? A serviço do que ele cria essa traição em sua realidade psíquica? Dom Casmurro, por meio da forma como redesenha sua história, desenvolve a si como “bom”, vítima de Capitu, uma personagem amoral. Seu sofrimento, supostamente denunciado como produto da traição da qual imagina ter sido vítima, encaixa-o perfeitamente na descrição de Nietzsche (1876/2003):

Os sofredores são todos horivelmente dispostos e inventivos, em matéria de pretextos para seus afetos dolorosos; eles fruem a própria desconfiança, a cisma com baixezas e aparentes prejuízos, eles revolvem as vísceras de seu passado e de seu presente, atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se em uma suspeita torturante, e intoxicar-se do próprio veneno de maldade. (p. 117)

De que maneira nossa leitura pode situar a intoxicação por esse veneno? Não seria essa uma possível descrição da dimensão de gozo? O que vai além do princípio do prazer? A partir daí, podemos pensar na manipulação criativa e articulada produzida por Dom Casmurro. O próprio agravo, que o torna escravo de seu passado, é fruto de uma ideia fantasmática que jamais poderia ser confirmada. Ainda assim, opera em seu psiquismo como realidade. O passado está a serviço não de criar vínculo com a vida presente, e sim de, continuamente, reconduzir o ressentido ao que já foi perdido. A narrativa aparece como restituição de um lugar narcísico perdido, o do menino Bentinho.

O narrador nos ilumina ao pontuar “(...) vou deitar ao papel as reminiscências que me vierem vindo. Deste modo, viverei o que vivi (...)” (Assis, 1899/2010. p. 14). Aqui podemos apontar a diferença entre a recordação e a repetição, presente no ressentimento. O ressentido vive em função de “viver novamente o que viveu”, intoxicando-se. A impressão mais superficial deixada por Dom Casmurro ao leitor é a de que o conteúdo de sua vida passada, recolhido de sua memória como baú de acontecimentos, determina a solidão em que se encontra. Assim, os fatos históricos – experiências de sua vida – determinariam o fim que teve às custas de Capitu. No entanto, a partir do lugar do ressentido, temos acesso a um tipo de uso da memória que é fruto de sua construção, reveladora de sua posição frente ao desejo do Outro e à demanda que faz a seu interlocutor, a de reconhecê-lo sempre como vítima.

Os elementos mnêmicos, constituintes da narrativa realizada de Dom Casmurro, servem como justificativa de seus afetos. Como pontuado por Kehl (2011): “Não é fácil abrir mão de um sofrimento tão justificado: daí decorre o que denominei, de início, o *ato de vontade* que sustenta o ressentido. A repetição da queixa é veículo de gozo (...)” (pp. 45-46). Aqui, podemos retomar o que trabalhamos acerca do afeto, sempre próximo dos enganos do sujeito e que caminham distante do que de fato funciona como causa. A produção narrativa do personagem, além de veículo de gozo, reforça sua demanda por reconhecimento.

Ressaltamos também a escolha da culpada (Capitu), que o coloca na posição de vítima e justifica abrir mão de seu presente. Capitu é justamente aquela que, anteriormente na narrativa, fora construída como alerta e “intocável” perante a opinião dos outros, o que a caracteriza como “forte”. O impedimento do protagonista em seguir com a vida presente, uma vez que não pode esquecer seu lugar passado, é delegado ao outro. “O ressentido sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o momento lhe oferecia, e quer acusar os fortes, que sabem dizer “sim” à vida, do prejuízo pelo qual ele é o único responsável.” (Kehl, 2011, p.

35). Se ele não pode dizer sim ao que é da ordem desejante, isso é em função do Outro, que funcionou como barreira.

No final da narrativa, quando a ideia de traição já foi anunciada pelo narrador e, possivelmente, aceita pelo leitor, encontra-se uma nova face do ressentido: aquele “introspectivo ocupado de rumações acusadoras e fantasias vingativas” (Kehl, 2011, p. 14). Agora que seu lugar de vítima é reconhecido, pode revelar seu sentimento de vingança que jamais será passado a ato, uma vez que essa culminaria na libertação de sua memória sintomática ou na possibilidade de abrir mão de sua fantasmática modalidade de gozo.

Inclusive a forma como Dom Casmurro expõe seu pensamento suicida serve de ilustração à morte do ressentido, também explorada por Kehl (2011): “Mas se o ressentido se mata, sabe muito bem a quem deseja atingir com seu ato. Se houver um bilhete de despedida, o suposto “culpado” deve estar nomeado ou ao menos insinuado ali (...)” (p. 57). Dom Casmurro escreve:

Tirei o veneno do bolso, fiquei em mangas de camisa, e escrevi uma carta, a última, dirigida a Capitu. Nenhuma das outras era para ela; senti a necessidade de lhe dizer uma palavra em que lhe ficasse o remorso de minha morte. (Assis, 1899/2010, p. 232)

E acrescenta:

A morte era uma solução; eu acabava de achar outra, tanto melhor quanto que não era definitiva, e deixava a porta aberta à reparação, se devesse havê-la. Não disse perdão, mas reparação, isto é, justiça. (Assis, 1899/2010. p. 237)

Nas sentenças acima, Dom Casmurro denuncia-se como ressentido, chega a falar sobre o remorso. A solução melhor é a própria narrativa, pois, não sendo definitiva como a morte, garante a cristalização no lugar de injustiçado, além de justificar a impossibilidade do perdão libertador. Um perdão que implicaria separar-se do Outro de quem não pode se separar psiquicamente. Não lhe resta escolha senão a de continuar buscando tal “reparação” via reconhecimento e validação pelo leitor.

A traição, que supostamente o mantém como vítima, é também uma forma racionalmente justificada de retomar seu vínculo com seu passado ideal, quando era um Bentinho inocente, filho de Dona Glória, mimado por todos à sua volta. Dom Casmurro busca incessantemente os acontecimentos da infância que retomariam o Eu ideal e poderiam levá-lo de volta ao suposto “Eu”, sem fraturas. No entanto, incapaz de reconstituir-se, constitui-se na negação de tudo o que é no presente, vivendo em constante luta por não mais se identificar com sua história.

A impossibilidade de esquecer um agravo, a que se refere Nietzsche, o apego do ressentido a um passado ideal, a certeza imaginária de que é de seu direito recuperar alguma coisa que ficou para trás, tudo sugere que o núcleo do sofrimento ressentido consiste na nostalgia de um tempo em que ele acredita ter formado uma unidade com sua própria imagem, e se alimenta da possibilidade que se abre, a partir de então, tanto de reconhecer-se em um outro, um semelhante, quanto de negar reconhecer-se às custas desse outro. (Kehl, 2011. p. 67)

Kehl (2011) resume a função do ressentimento vista na obra de Machado de Assis: a tentativa de restaurar um passado, expressa no início da narrativa, é a busca incessante pelo lugar narcísico garantido pelo Outro, em meio às lembranças. Para reconciliar-se com o presente, Dom Casmurro busca sua imagem original – lacuna da qual se queixa –, de forma a permanecer em uma problemática imaginária. Vê-se, dessa forma, como a fantasmática sustentada por Dom Casmurro reforça a contínua demanda por restituição de um lugar que já perdeu.

5.4. UMA HIPÓTESE: O RESSENTIDO E A NEUROSE OBSESSIVA

Uma vez que se tem notícias da posição de Casmurro frente à vida, propomos agora a suposição de uma estrutura clínica onde se situaria o funcionamento psíquico da personagem. A estrutura clínica é operadora do método psicanalítico e, inclusive, só pode ser acessada por meio do discurso do analisante sob transferência, motor da própria análise. Então, como fazer uso da ficção machadiana para ilustrá-la? Com apoio em Kehl (2011), em articulação com o enredo, e examinando as relações primordiais do protagonista, podemos supor que o narrador se apresenta inserido na estrutura neurótica, que tem como norte o desejo do Outro, seja para anulá-lo, no caso da neurose obsessiva, ou para questioná-lo, no caso da histeria.

Vale retomar, dentro do que é possível acessar, a “pré-história” de Bentinho, ou seja, os desejos e as fantasias envolvidos desde seu nascimento. Filho de Dona Glória, nasce após a morte prematura de um irmão. “Tendo lhe nascido morto o primeiro filho, minha mãe pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na igreja.” (Assis, 1899/2010, p. 28). Promessa que não será consumada, apesar dos anos que Bentinho passa no seminário, mas que parece permanecer em ressonância. Ao longo da narrativa, fica clara a proximidade e a adoração do protagonista pela mãe, sobretudo quando escolhe para ela o epitáfio “Uma santa”. Aqui, pode-se inferir sobre o lugar idealizado que a mãe ocupa para o futuro Dom Casmurro. Em articulação com a psicanálise, Kehl (2011) pontua:

Na origem da neurose obsessiva, Freud observou ter encontrado frequentemente a criança que foi a preferida de sua mãe. O filho, ou a filha, que conheceu o prazer insubstituível de ter sido cumulado por um excesso de carinhos e cuidados. Conheceu o gozo da passividade que advém deste investimento libidinal um tanto excessivo – mas conheceu, sobretudo, a certeza de *ser* para sua mãe, o objeto cujo valor não teve de provar (...) E como não poderia de deixar de ser, o obsessivo também conhece a angústia decorrente dessa dupla posição passiva. Não me refiro apenas à angústia de castração (...) O obsessivo conhece a angústia anterior a esta, a ameaça da dissolução subjetiva decorrente do risco de ser tomado como objeto privilegiado de sua mãe. (p. 96)

Em contrapartida ao estatuto em que coloca a mãe, pouco fala do pai, e reitera:

Tenho ali na parede o retrato dela ao lado do marido, tais quais na outra casa. (...) Não me lembra nada dele, a não ser vagarosamente que era alto e usava cabeleira grande; o retrato mostra uns olhos redondos, que me acompanham para todos os lados, efeito da pintura que me assombrava em pequeno. (Assis, 1899/2010, p. 22)

O trecho que remete à figura paterna está no capítulo “D. Glória”. Ainda que a passagem fale a respeito de um genitor que pouco aparece, sua função está metaforizada: ele o acompanha por todos os lados. Supondo a neurose, a castração lhe acompanha em todo seu percurso, por meio da submissão ao recalque. O fato é que Bentinho, desde o nascimento, já estava decidido pelo Outro. Nas palavras de Kehl (2011), outro aspecto que caracterizaria o obsessivo seria o de que: “(...) toda a sua atividade reduz-se a atender a demanda do Outro” (p. 96). Essa posição teria a ver com sua história no que diz respeito a seu lugar de excesso de cuidados e carinhos na relação com o Outro primordial, que tanto corresponde a seu valor de falo, quanto o angustia por ser tomado como objeto.

Destinado à igreja por sua mãe, consegue livrar-se de tal destino não por vontade, mas porque outros interferiram, principalmente Capitu. A menina não era sua amada até que “vozes confusas” (Assis, 1899/2010, p. 30) lhe contassem. Assim, Bentinho jamais buscou por Capitu – lhe deram notícia de que se gostavam e passou a tê-la como objeto de amor.

(...) em vós me ficou a melhor parte da crise, a sensação de um gozo novo, que me envolvia em mim mesmo, e logo me dispersava, e me trazia arrepios e me derramava não sei que bálsamo interior. (Assis, 1899/2010, p. 30)

Ao longo da história, vê-se como a Capitu do início do romance é apresentada por Dom Casmurro em sua posição ativa, enquanto ele permanece como o inofensivo que não correspondia da mesma forma ao afeto da moça. Essa característica aponta para o lugar do

neurótico obsessivo, que, para “se esquecer” de sua condição desejante, coloca-se como superior, no lugar de não-desejante, quando encontra aquele que precisa de algo que ele tem. Kehl (2011) pontua: “Não é raro que o obsessivo se apresente como cara legal, bonzinho e inofensivo. Um que não faz questão”. A passagem a seguir parece ilustrar bem a posição que os dois ocupam:

Quando me perguntava se sonhara com ela na véspera eu dizia que não, ouvia-lhe contar que sonhara comigo, e eram aventuras extraordinárias, que subíamos ao Corcovado pelo ar, que dançávamos na lua, ou então que os anjos vinham perguntar-nos pelos nomes, a fim de dar a outros anjos que acabavam de nascer. Em todos esses sonhos andávamos unidinhos. Os que eu tinha com ela não eram assim, apenas reproduziam a nossa familiaridade, e muita vez não passavam da simples repetição do dia, alguma frase, algum gesto. (Assis, 1899/2010, p. 31)

Bentinho pode investir em Capitu enquanto o amor dela por ele for imaginariamente maior – assim ele recupera seu lugar fálico envolto no desejo do Outro. Durante a exposição inicial, são inúmeras as situações em que Dom Casmurro nos conta de uma Capitu que busca, conquista, luta, seduz... Alguém que sustenta com vigor sua posição desejante. Até que, aos poucos, começa a deixar traços, nas lembranças do narrador, de ser extremamente esperta e manipuladora. É aí que o ressentido começa a marcar presença, e a atividade do leitor precisa ser retomada: de qual investigação se trata quando Bentinho/Casmurro cita novos aspectos de Capitu? Lembrar-se da posição do narrador faz diferença, na medida em que sua memória é usada a serviço de sua estratégia, a de sustentar a posição de vítima e, ao mesmo tempo, uma superioridade moral.

Dessa forma, será a nova Capitu, ao final da narrativa apresentada pelo ressentido, a que tinha olhos de ressaca, de cigana oblíqua e era dissimulada, a responsável pela mudança de seu destino. Retomando o percurso do desejo do obsessivo, a mulher, que colocou em jogo sua falta, quando se torna “completa”, forte e potente, passa a habitar o lugar do obsessivo, de forma que não lhe sobra outro lugar se não o de resto. Casmurro sofre no lugar de objeto de gozo do Outro. Tal passagem aparece com a entrada de Capitu na maternidade. Nesse momento, Bento deixa de ser seu maior investimento amoroso e libidinal. Entra um terceiro, Ezequiel.

Parece que este seria um dos pontos de articulação do ressentimento com a neurose obsessiva. Segundo Kehl (2011):

É nos obsessivos que a covardia moral se revela com mais clareza; neles o ressentimento, quando falha a solução de compromisso, é mais

resistente. O ressentimento serve bem a essa passividade que não se confunde com imobilidade; o ressentido parece ativo, mas suas ações são de fato, reações. Vamos encontrá-lo sempre muito ocupado com seu *eu* (moi), que ele administra com zelo de quem tenta, em vão, evitar que um estranho penetre. Nenhum outro. Nenhum Outro. (p. 99)

Ao longo da primeira parte do livro, tem-se notícia de que esse menino bom, adorado por todos – familiares, amigos, colegas de seminário e padres –, teve toda sua vida escolhida e manejada por outras personagens, desde Capitu até José Dias e Escobar. Por isso, poderá culpá-los por seu sofrimento e solidão atual, afinal nunca foi autor de seu destino ou responsável por suas promessas e seu desejo. Assim: “O ressentimento expressa a tentativa do *eu* de evitar confrontar-se com sua própria covardia e com os prejuízos que ela lhe causou” (Kehl, 2011, p. 78). Aqui, no lugar de covardia – que retoma de alguma forma uma relação com a moral – podemos pensar na implicação e na responsabilidade pelo desejo, pela falta.

Cabe agora expor a reviravolta que acontece a partir da morte do melhor amigo de Bento, Escobar. É a partir desse encontro com a morte – o que há de mais real – que surge a ideia de Dom Casmurro:

Um dia – sexta feira –, não pude mais. Certa ideia que negrejava em mim, abriu asas e entrou a batê-las de um lado para o outro, como fazem as ideias que querem sair. (...) não havendo mudanças no cérebro, é provável que a ideia não batesse as asas senão pela necessidade que sentia de vir ao ar e à vida. A vida é tão bela que a mesma ideia da morte precisa de vir primeiro a ela, antes de se ver cumprida. (Assis, 1899/2010, p. 229)

Dom Casmurro revela então o agravo que sofreu, supostamente cometido por aquela que mais amou, mas agora, tendo escrito sua história, sabe que, desde cedo, ela sempre fora dissimulada e moralmente incorreta. São justificativas que tornam seu desejo impossível. Põe-se a convencer o leitor, munido de inúmeros raciocínios e argumentos, que seu filho, Ezequiel, na verdade, é fruto da traição consumada por Capitu e Escobar. Ideia que parece da ordem de um delírio, mas não aquele que retorna no real, e sim no simbólico, no plano fantasmático ou como expressão de um sintoma. Kehl (2011) explica: “(...) as expressões sintomáticas da neurose obsessiva, sobretudo no plano das racionalizações, podem ser confundidas com delírios paranoicos. Mas o obsessivo não passa de um *paranoico de pequenas causas*.” (p. 97).

Parece que o ciúme de Dom Casmurro o leva a acreditar fielmente em sua ideia. No entanto, como exposto, o ressentimento e a estrutura neurótica não permitem que ele cometa

qualquer ação em direção àquele que supostamente lhe feriu. Escolhe, por fim, o isolamento e assim priva imaginariamente Capitu e Ezequiel, assim como a si mesmo, de seus vínculos afetivos. Em resposta, escreve um livro, onde justifica racionalmente seu sofrimento.

A interdição da produção de um ato que represente o sujeito do desejo traz como contrapartida uma interiorização do eu, resultado do trabalho das forças pulsionais poderosas que, impedidas de esgotar-se na ação, voltam-se para o pensamento. O pensamento, por sinal, é o palco da neurose obsessiva (...). No pensamento, o obsessivo argumenta, justifica e reivindica alguma espécie de reconhecimento. (Kehl, 2011, p. 100)

Casmurro induz o reconhecimento de sua inocência por parte do leitor, se não questionar a história que lhe é apresentada. Ressentido, justifica a pessoa que se tornou, “calado e metido consigo” (Assis, 1899/2010, p.12), que mora longe e sai pouco, por culpa da traição de Capitu. Se pensássemos a cena ressentida enquanto a própria traição, poderíamos perguntar: a serviço de quê ela persiste? O trabalho primordial de Machado de Assis é delegar ao leitor a decisão de observar o protagonista como herói romântico, vítima de Capitu ou como ressentido, vítima de si mesmo e de seu gozo.

Para Kehl (2011), o ressentimento, “Quando nomeado, revela sua face negativa, de envenenamento psíquico e moral; mas, quando é velado por uma pretensa pureza moral, goza da adesão e da simpatia da maior parte das pessoas.” (pp. 37-38). Enquanto os frutos da memória de Dom Casmurro são vistos como fatores de uma operação a ser solucionada ao fim da narrativa, tendo a ideia de traição como resultado, o herói Bentinho será reconhecido. Assim, obtemos a primeira construção, mais evidente, a do ressentido que não é visto como tal, mas sim é protagonista de um melodrama que “representa uma visão simplista da esperança moderna de desvendar todas as zonas de sombra e mistério das relações humanas” (Kehl, 2004. p. 183).

Simultaneamente, Machado de Assis constrói um narrador que deixa pistas de outra face do ressentimento, aquela que trabalhamos anteriormente como reveladora de uma posição subjetiva. Essa dimensão aponta para um sujeito que sofre, é solitário por não conseguir libertar-se de seu passado e que, por isso, atribui a responsabilidade por seu desejo a Capitu, que fora seu objeto de amor. Nas entrelinhas do livro “Dom Casmurro”, fica claro que “o recalcado é o passado que nunca se apaga e retorna nas formações de linguagem, nos lapsos, nas fantasmagorias, no sintoma” (Kehl, 2004. p. 309).

A fascinante obra expõe o que é da ordem inconsciente do ressentimento: aquilo que retorna, insiste e está além do que pode ser dito. Dom Casmurro escreve em um de seus curiosos e desconexos capítulos:

Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles.

- Meu caro senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos. Não lhe arranquei mais nada. Os outros todos, como se houvessem passado palavra, repetiam a mesma cantilena. Talvez esse discreto silêncio sobre os textos roídos fosse ainda um modo de roer o roído. (Assis, 1899/2010, p. 41)

A metáfora que encontramos nesse trecho nos interessa, na medida em que os vermes indicam algo que escapa ao saber, mas que, no entanto, continua a se repetir, insistir em uma ação que não tem propriamente um objetivo definido, nem pode ser desvendada. Jorge (2017) afirma, a partir de Lacan: “onde há gozo, não há saber; onde há saber, não há gozo” (p. 83).

O capítulo “Vermes” poderia, inclusive, ser pulado por um leitor que não vê nele uma parte da história que lê. Enquanto Machado aborda essa dimensão, que supomos como expressão inconsciente, pela via dos vermes, Lacan (1964/2008), ao comentar sobre a posição do analista, fala das larvas, retomando Freud:

Nunca é sem perigo que se faz remexer algo nessa zona de larvas, e talvez seja mesmo a posição do analista – se ele a ocupa de verdade – dever ser sitiado – quero dizer, *realmente* – por aqueles em quem ele evocou esse mundo de larvas sem ter podido sempre trazê-las à luz. (Lacan, 1964/2008, p. 30)

Vermes e larvas representam, aqui, o que o sujeito do conhecimento nada sabe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE PODE UM PSICANALISTA DIANTE DO RESSENTIMENTO?

Liberdade não significa indeterminação, mas a possibilidade de sobrepor-se às determinações (Todorov 2003, citado por Kancyper 2018)

Espera-se que, ao longo deste texto, hipóteses teóricas e clínicas sobre o ressentimento tenham sido levantadas e que o processo de investigação se estenda para além do momento de conclusão. Nosso trabalho partiu de um ponto de vista bastante ampliado, incluído no campo filosófico, histórico e psicanalítico para recortar o ressentimento e sua relação com o sujeito formalizado pela psicanálise, mais especificamente de orientação freudolacaniana. Tivemos a oportunidade de situar como o ressentimento afeta o sujeito, ao mesmo tempo em que serve enquanto estratégia adotada pelo ressentido, capaz de ilustrar uma posição do sujeito frente ao desejo do Outro.

Não podemos afirmar, no entanto, que nosso objeto de estudo exige uma clínica específica ou diferencial, muito menos que o ressentimento corresponderia a uma estrutura diagnóstica ou a um tipo clínico. Ainda assim, sustentamos a relevância da temática, uma vez que, partindo dela, tivemos a oportunidade de nomear dinâmicas inconscientes bastante presentes na clínica e na cultura, em articulação aos operadores de nossa teoria. Os efeitos dessa operação e o que um leitor, enquanto praticante da psicanálise, poderá aproveitar desse amparo teórico-clínico são eixos que pretendo perseguir ao término desta dissertação.

Diante do que tento alcançar, cabe a pergunta: o que esse aporte teórico elucidada na cena analítica? Como tratar do ressentimento ou como tratar o ressentido? Não bastaria um estudo sobre as estruturas clínicas e seu tratamento, desde Freud às contribuições de Lacan? O que o ressentimento nos ensina de novo?

São perguntas complexas, porém nossas considerações finais pretendem abordá-las com uma resposta necessariamente não-toda e particular. Convoca-se, aqui, a leitura da pesquisadora, sob a orientação de uma professora e psicanalista que se pergunta “O que Pode um Analista no Hospital?” (Moretto, 2001). Inspirada por esse título, perguntamos: o que pode um psicanalista diante do ressentimento? Isto difere de afirmar o que *faz* um psicanalista diante do ressentimento ou como o *trata*.

O instante de ver da pesquisa passa pela primeira articulação com o que se assiste e se escuta no mundo contemporâneo, impasses que chegam à clínica e retratam a subjetividade de nossa época frente às inúmeras possibilidades de tamponar a falta. Há, em nossa aposta, a partir do recorte que é próprio da clínica psicanalítica, um mal-estar – descrito desde Freud –, com seus coloridos particulares, que fazem do ressentimento uma estratégia frente aos desafios impostos pelo desejo, pelo Outro, pelo desejo do Outro, reveladores da falta estrutural.

As leituras apresentadas em nossa justificativa, que abordam o período histórico atual, servem como pano de fundo teórico para pensar em que estado os pacientes têm chegado ao consultório e de que forma revelam novos contornos para arcar com a falta fundamental, inerente à entrada na linguagem. Tais especificidades não implicam em propor mudança na ética da psicanálise ou em sua teoria, mas, ainda assim, nos fazem questionar de que modo o aporte teórico serve de amparo ao estudo das novas dinâmicas a que assistimos entre o sujeito e o Outro. É partir desse saber, decantado por cada praticante da psicanálise, que será possível decidir quanto à direção do tratamento.

Escolheu-se aqui evidenciar a articulação entre o ressentimento, desde nosso acesso ao que filósofos construíram no que diz respeito ao fenômeno, até as aproximações possíveis entre o ressentimento e outros conceitos psicanalíticos, sobretudo o desejo. Para tanto, após uma leitura que situasse o ressentimento no escopo teórico da psicanálise, optamos por abordar o ressentido. Assim, aproximamos nosso objeto das nuances egóicas e subjetivas, uma vez que o ressentimento parece dominar a caracterização de uma forma de vida.

O que está para além de um lugar de identificação? Podemos situar que o ressentir – que pode tomar a cena analítica – corresponde a uma modalidade de gozo. A prisão ao passado e ao que não se pode esquecer permite convocar a ideia de um gozo que mantém o sujeito simbolicamente alienado ao Outro, de quem demanda. Assim, a lembrança constante do prejuízo causado por outrem pode ser um mecanismo inconsciente com o objetivo de esquecer-se da falta do Outro, de sua castração, conceito amplo, que extrapola a psicanálise para constar da cultura e vai na contramão da contemporaneidade, onde vigora a ideia de que se completa toda falta.

As relações imaginárias, tão presentes na fala ressentida, perpetuam a relação de suposta reciprocidade e completude de que o Eu não quer abrir mão. A ambivalência entre o amor e o ódio ao objeto ganham força com o ressentimento. Assistimos a uma modalidade de

relação especular e, por isso, muitas vezes carregada de agressividade. Com a particularidade da montagem que sustenta o ruminar de eventos passados, o ressentido funciona como se pudesse alterar tudo aquilo que escapa a seu controle na ação de ressentir. Perguntamos: o que leva à fixação a essa modalidade imaginária de relação?

Em retomada às operações lógicas de constituição do sujeito, vimos que a posição do ressentido também pode ser observada a partir de outras óticas. Assim, o que determina a prisão ao passado e ao tempo cronológico diz respeito a um tempo subjetivo em que o sujeito está situado, um mecanismo estratégico que se articula com a problemática da falta. Ao situar-se no tempo da demanda de amor em relação ao Outro, o ressentido supõe – alienado – que poderia ter acesso àquilo que lhe falta. É um Outro que por não poder faltar, na lógica do ressentido, é total.

Os impasses diante das separações teriam a ver, então, com a insistência em uma demanda articulada a um passado irreparável. A perda de um lugar, encarada como prejuízo (Kehl, 2011), permitiria ao ressentido persistir em fantasias de restituição da posição fálica. Concluimos que essas passagens não são alheias ao que assistimos na própria constituição do sujeito, o que nos leva a tomar a dinâmica exposta pelo ressentido como tentativa de contornar a experiência inaugural de perda marcada em seu psiquismo.

O ressentido ilustra uma maneira de responder, novamente, à dupla incidência da castração (Faria, 2010) – revivida na situação ressentida – pela via da queixa, da acusação e da identificação ao lugar de vítima ou de injustiçado a partir de mecanismos imaginários. Por isso, escutamos, na clínica, sobre um ressentimento que emerge em momentos em que o sujeito é privado de um objeto que sustenta sua proteção contra o real e à angústia. Situações que rompem com idealizações em relação ao Outro e ao seu Eu-todo.

Retomamos os principais resultados de nossa pesquisa teórica: o ressentimento enquanto estratégia frente ao desejo do Outro e o ressentir como modalidade de gozo, a partir de uma leitura sobre o ressentido. Finalizaremos agora nossa pesquisa com a menção de um texto lacaniano bastante clínico, uma vez que nosso objetivo último é trazer alguma contribuição para a prática daqueles que leram, até aqui, o trabalho.

Em “A Direção do Tratamento e os Princípios do seu Poder” (1958/1998), Lacan metaforiza as três noções vindas da guerra: a política, a estratégia e a tática, como o que deve operar de forma dialética na condução do tratamento. Segundo Ledo (2017): “Como na guerra, o tratamento envolve um cálculo inédito e cuidadoso, a partir dos elementos que

emergem contingencialmente no dispositivo.” (p. 75). Aqui, a ideia é apontar considerações – produto de nossa leitura – que contribuam ao cálculo do analista que se encontra com o ressentimento, o ressentido ou o ressentir.

Vejamos as três noções, a partir do comentário de Ledo (2017), sobre o ensino de Lacan em seu texto. Sobre a política da prática do analista:

a prática da política da falta-a-ser, assim, requer que o analista esteja advertido da ausência de ideais e garantias como causa de sua ação. Isto implica numa disposição para fazer de um dada conjuntura, tomada naquilo que abre para a singularidade e contingência; uma oportunidade para intervir, favorecendo a constituição de um saber que não estava dado de início. (Ledo, 2017, p. 82)

Frente a essa advertência, que retoma o caráter simbólico da função do analista – este só opera como lugar –, portanto, seu ser está fora da cena e a prática se constitui em ato por meio da estratégia (equivalente à transferência) e da tática (equivalente à interpretação). A transferência é referida à posição subjetiva que um sujeito ocupa quando endereça e demanda do Outro. Ledo (2017) alerta: “Como já pontuado, é preciso escutar esse lugar do Outro ao qual o analista é convocado para justamente não responder daí” (p. 82).

Já a tática (interpretação), estritamente articulada e regulada pela política e pela estratégia, é onde se situa a maior liberdade do analista (Lacan, 1958/1998). “Pode-se ler que interpretar tem mais a ver com suspender respostas para que o analisante se aproxime do seu desejo, e trabalhe para inventar a saída que ele demanda do Outro que venha pronta” (Ledo, 2017, p. 86). É com apoio em sua tática que o analista pode intervir de modo a criar condições para que o sujeito “se aproxime do seu desejo” e, assim, recolha suas próprias construções – outras significações sobre o lugar que ocupa em suas relações. Aludir ao discurso do inconsciente, dimensão que emerge em meio à narrativa, é a todo tempo um guia em nossa atenção flutuante.

Advertidos das características do ressentimento e do ressentido, que recolhemos neste estudo, vale ressaltar alguns pontos, em articulação aos três aspectos sobre a prática do psicanalista: política, estratégia e tática. Quais são as formas de expressão do ressentimento em uma análise? Caminhariam todas elas na contramão da análise? Primeiramente, retomemos sua dimensão enganosa de afeto. Segundo Soler (2016):

O afeto é experimentado e até mesmo coloca o sujeito pelo espremedor (*wringer*), mas não prova nada, não é amigo da prova. O

sujeito afetado talvez seja enganado pelo afeto e nós entendemos o porquê, mas é preferível que na festa do engano na cena analítica o enganado não seja o psicanalista. (p. 11, tradução nossa)

Temos um primeiro alerta: o engano do ressentimento, muitas vezes, enreda o sujeito na identificação como vítima ou injustiçado. Vivemos um momento histórico de reivindicações por parte de diversos grupos minoritários prejudicados – são séculos ou décadas de dívida em relação a seus direitos. Junto às reivindicações, não raro, vemos o ressentimento (enquanto afeto) acompanhá-las. Localizado em algumas narrativas identitárias, o ressentimento pode compor a demanda por reconhecimento a partir de um discurso social. Atropelar a escuta dessas narrativas, que, algumas vezes, se mostram longas, pode culminar em um rompimento abrupto ou na suspensão de condições para uma entrada em análise. Por mais enganoso que seja um caminho, por vezes ele revela o primeiro passo que o paciente constrói frente a um sofrimento, “explicado” e “aliviado” graças a uma outra narrativa possível oferecida pelo Outro.

Retomando a política da psicanálise, é com cuidado que iremos apontar as contradições naquilo que o paciente relata para que a falta-a-ser também ganhe um lugar, algo para além da narrativa identitária, acompanhada de ressentimento, que engana o paciente. A cristalização em um lugar ressentido, por exemplo pela via de discursos socialmente validados, pode culminar em não se implicar às experiências de perda. Tal fenômeno, no entanto, não deve equivaler a culpar o sujeito ouvido em análise. A falta de implicação é de ordem inconsciente, e funciona para manter a alienação à narrativa que “explica” o prejuízo e sofrimento.

O trabalho com o discurso – que possibilita uma análise, desde o ato analítico – pode passar a operar junto à escuta da narrativa que traz à tona as identificações adotadas pelo ressentido. A escolha pelos termos discurso e narrativa serve à diferenciação ao que diz respeito ao domínio simbólico e inconsciente; imaginário, egóico e narcísico, respectivamente. Tentamos incluir tais distinções ao longo do trabalho por compreender que o ressentimento pode ser observado sob diferentes óticas quando, para fins didáticos e clínicos, localizamos o que é da ordem do Eu e do sujeito do inconsciente.

Quando o ressentimento está presente no momento em que o paciente conta sua história, processo que costuma dominar as entrevistas preliminares, não se trata, necessariamente, da identificação do que aqui chamamos de ressentido. Nem sempre o

ressentimento revela uma modalidade de gozo ou a fixação em uma posição frente ao desejo do Outro. Por vezes, o ressentimento pode surgir quando alguém passa a contar sobre si e sobre os outros de sua vida para o analista. Cabe ao analista, desde sua política, identificar se o ressentimento e o ressentido funcionam enquanto fixações sintomáticas e fantasmáticas e, quem sabe, disponibilizar condições para tratar o que há de gozo no ressentir.

Vimos então de que maneira o ressentimento, se tomado pelo analista como via de acesso a uma dinâmica inconsciente da relação do sujeito com o Outro, para além de sua dimensão imaginária, pode anunciar elementos importantes à direção do tratamento. A localização do ressentimento e a possibilidade de intervenções que propiciem iluminar sua face enganosa, própria dos afetos, pode ser decisiva para a desmontagem do que pode servir aos discursos de ódio. Foi abordada em nossa leitura a relação especular com o acusado, com seu quinhão de agressividade, que não permite ao sujeito se desligar do objeto da queixa.

Quando articulado a discursos de ódio, o ressentimento, privilegiado na relação imaginária com o semelhante, promovido a rival, pode munir sujeitos acusatórios e, efetivamente, levá-los a passar da vingança imaginária – própria do ressentimento – ao ato. Um artigo publicado no “Le Monde Diplomatique Brasil” (Oliveira, 2017) é intitulado: “Dois Minutos de Ódio (ou o Perigo de Ignorar os Ressentidos)”. O ressentimento pode servir a discursos segregacionistas onde a pequena diferença do outro passa a ser insuportável e intolerável.

Por extrapolar ao que concerne aos nossos objetivos não nos detivemos sobre essa hipótese (o caminho do ressentimento ao ódio). Entretanto, vale ressaltá-la como campo de pesquisa profícuo diante do período histórico em que vivemos. Frente aos afetos (enganos) que podem ser levados às últimas consequências, é preciso, desde a posição de analista, atentar para onde caminha o ressentimento. Enquanto funcionar como norteador, para o analista, da relação do sujeito com o outro (do imaginário) e o Outro (do simbólico) há por onde intervir.

Nesse sentido, convocar o Outro em cena – produto de sua fantasmática –, para além do outro imaginário, produto narrativo, parece promissor. Não distante do que seria a política do tratamento psicanalítico, vale apontar algumas possíveis táticas e estratégias no caso do ressentido. São manejos que recolocam a alteridade em jogo, uma vez considerados os impasses frente à diferença do outro que o ressentido apresenta. Se notamos a predominância da relação narcísica e imaginária nesses casos, como trabalhá-las? Jorge (2017) afirma:

“Poder fazer o sujeito se deparar com o novo é uma das funções mais primordiais de um psicanalista em sua prática” (p. 92). Não se trata de esmiuçar responsabilidades e culpas, e sim de apostar na dimensão enigmática do Outro.

A convocatória do ressentido à implicação subjetiva deve caminhar de forma cuidadosa no que tange à responsabilização por seu desejo para que não se confunda com culpar. Tal escolha poderia, sob transferência, colocar o analista no lugar de ofensor (Kancyper, 2018) ou no lugar do próximo responsável pela condição prejudicada do ressentido. Essas considerações se mostram importantes por conta da aderência às racionalizações que o paciente ressentido costuma apresentar.

Em situações clínicas, algumas apresentadas neste texto, diante do sofrimento frente a separações, a analista foi demandada a fornecer sua opinião sobre o acontecido, com pedidos de confirmação de que o objeto da queixa era responsável e culpado. Em alguns casos, o discurso sobre o feminismo servia à justificativa e à argumentação. Ainda que com importantes distinções, havia a escolha por intervenções e pontuações que não deslegitimassem o discurso social e o sofrimento em jogo, mas sem acatar ao pedido de condenação que estaria na via contrária ao do que se espera de uma análise: abrir sentidos, e não fechá-los.

Outro cuidado para que o analista não se torne cúmplice do acusado é incluir nas intervenções a face enigmática do Outro (papel também desempenhado pelo psicanalista) – supostamente conhecido pelo ressentido – e de seu desejo. A demanda por reconhecimento no lugar de vítima ou de injustiçado pode situar o analista, sob transferência, como juiz ou testemunha da situação ressentida. A política do tratamento psicanalítico está distante da moral, dos valores que determinam o certo ou o errado. Não à toa, no item 5.1 pudemos recolher apontamentos de diferentes psicanalistas sobre os desafios que o tratamento de ressentidos apresenta.

Carneiro et al (2006) retomam o apego do ressentido ao seu sofrimento, em sua leitura sobre o gozo masoquista trabalhado por Kehl (2011), apontando:

Diante desse quadro, o analista percebe a impossibilidade de conduzir uma análise com alguém que se instala nessa posição, pois ainda que a ofensa tenha de fato ocorrido e um outro tenha de fato responsabilidade quanto ao dano que o ressentido denuncia, a atitude queixosa conduz o processo analítico a um beco sem saída para Kehl (2003), pois, além de dirigir ao analista um lamento monótono contra uma injustiça, um agravo, uma ofensa da qual teria sido a vítima

inocente, o sujeito está convicto de que sofre porque não pode esquecer o mal que lhe fizeram. (p. 466)

Esta é uma abordagem possível, mas não seria parte de nossa política dispor de invenções de táticas e estratégias em nossa guerra? Nas palavras de Ledo (2017), em referência a Quinet (2009, citado por Ledo, 2017): “A guerra mais do que um ato político, torna-se um instrumento, ou seja, consiste em alguns meios para a realização da atividade política” (p. 74). Em vista ao que assistimos em nosso tempo histórico, é importante atentar para os destinos do ressentimento e calcular com precisão como iremos dispor de nosso instrumento: a escuta.

Espera-se que a lógica inconsciente exposta pelo ressentido, detalhada no capítulo 4, sirva ao aprofundamento de uma leitura clínica sobre o ressentimento. Ou seja, para além da suposta convicção do ressentido diante de fatos, argumentamos, como resultado de nosso estudo teórico, que há uma modalidade de gozo em jogo no ressentir e uma estratégia diante do desejo do Outro. Se uma análise envolve a criação de condições para que o sujeito possa mudar de posição, a partir também do corte de gozo, por que não serviria para a mudança de posição do ressentido?

Kancyper (2018), em um belíssimo parágrafo, fala sobre a potência da psicanálise frente aos impasses da temporalidade no ressentimento, lida neste trabalho como fixação ao passado. Expõe:

(...) a psicanálise – ciência do antidestino, – ao desvelar a abissal dimensão lógica do inconsciente, que se infiltra nas dobras mais íntimas da vida consciente dos sujeitos e dos povos, procura fazer com que estes consigam, na medida do possível, subtrair-se à tragédia da imobilidade de um passado indelével, que sanciona a iniciativa de não ser mais do que um mero eco de uma continuidade repetitiva, para que, definitivamente, o inexorável tempo perca o peso da condenação, prostre-se aos pés do homem como um animal ferido e libere o claustro de uma temporalidade circular. (p.16)

É partir dessa aposta, sustentada pela política do tempo lógico do inconsciente, que o psicanalista pode reconhecer, ler, questionar e, talvez, tratar do e o ressentimento. Por vezes, “nadando contra a corrente”, como diria Cazuza, instalando justamente condições para que um novo saber seja construído onde o ressentido afirma ter certeza. Nossa conclusão sustenta-se na política da psicanálise freudolacanianana, apostando no sujeito do desejo. Para todos e para cada caso, retoma que, apesar de adotar uma política comum, *uma leitura* sobre o

ressentimento, o ressentir e o ressentido pode contribuir para a estratégia e a tática do analista ao deparar com essa temática na clínica.

Diante da patinação que não deixa sair do lugar, própria aos desafios e impasses que o ressentimento impõe, o lugar de pesquisadora, também analisante e analista em formação, proporcionou a construção de questões e problemas que pudessem trazer o novo ao ressentido, agora re-sentido. Expostas possíveis e parciais respostas ao que se indagou – o ressentimento como um impasse frente à separação simbólica, como estratégia diante do desejo do Outro e como modalidade de gozo –, concluímos esta pesquisa deixando abertos caminhos para, se for do desejo do leitor, fazer dessa pesquisa também sua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁸

- Aguilar, F. (2006). Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 105-131.
- Antunes A., Brown, C., Monte, M., Baby, P., Serrinha, P. (2017). Fora da memória. In *Tribalistas*. [CD] Brasil: Universal.
- Antunes, A., (2000). *As coisas*. São Paulo: Iluminuras.
- Assis, M. (2010). *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Bestbolso. (Trabalho original publicado em: 1899)
- Assoun, P-L. (1989). *Freud e Nietzsche: semelhanças e dessemelhanças*. São Paulo: Brasiliense.
- Barros, R. (2001). Apresentação. In: Vieira, M.A. (2001). *A Ética da Paixão: uma teoria psicanalítica do afeto* (p. 9- 11). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernardino, L. M.; Kupfer, M. C. (2008). A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da "pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil". *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 8(3), 661-680.
- Bernardino, L. M., Laznik, M-Christine & Araújo, G. (2011). As vicissitudes do encontro mãe/bebê: um caso de depressão. *Estudos de Psicanálise*, (35), 49-55.
- Bidaud, E. (2001). Depressão adolescente e tempo vivido: uma abordagem do tédio. *Estilos Da Clínica*. Revista Sobre a Infância Com Problemas, 6(11), 92-103.
<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v6i11p92-103>
- Birman, J. (2007). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (6a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2014). *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bosi, E. (2012). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brousse, M-H. (2003). *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Buarque, F. e Hime, F. (1972). Atrás da Porta [Gravado por Chico Buarque]. In *Chico 50 anos: o amante* [CD]. Rio de Janeiro: Polygram/Philips. (1994)
- Buarque, F. (1975). Gota d'água. [Gravado por Chico Buarque]. In *Chico 50 anos: o político* [CD]. Rio de Janeiro: Polygram/Philips. (1994)
- Buarque, F. (2017). Caravanas [Gravado por Chico Buarque]. In *Caravanas* [CD]. Rio de Janeiro: Biscoito Fino.

⁸ De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*)

Caldwell (2002). *O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. (F. Melo, trad.). São Paulo: Ateliê.

Carneiro, H. F.; Mapurunga, J. R. S.; Silva, J. B., & Costa, R. M. L. (2006). Melancolia, ressentimento e laço social: repercussões na clínica psicanalítica. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 6(2), 450-471.

Carreira, A. F. (2009). Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. *Psicologia USP*, 20(2), 157-171. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642009000200002>

Cicero, A. e Machado, P. (2000). Maresia [Gravado por Adriana Calcanhoto]. In *Público*. Rio de Janeiro: BMG.

Chagas, T. e Chagas, G. (2015). Expirou [Gravado por Tulipa Ruiz]. In *Dancê* [CD]. São Paulo: Warner/Chappell Music, Inc.

Coelho, B., Smid D., e Ambra P. (2017, 19 de maio). A psicanálise e o neoliberalismo: entrevista com Caterina Koltai, Christian Dunker, Maria Rita Kehl, Nelson da Silva Jr., Paulo Endo e Rodrigo Camargo. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/05/19/a-psicanalise-e-o-neoliberalismo-entrevista-com-caterina-koltai-christian-dunker-maria-rita-kehl-nelson-da-silva-jr-paulo-endo-e-rodriogo-camargo/>

Cottet, S. (2001). Prefácio. In: Vieira, M.A. (2001). *A Ética da Paixão: uma teoria psicanalítica do afeto* (p. 11- 15). Rio de Janeiro: Zahar.

Dias, M. (2012). *Os Ódios: clínica e política do psicanalista*. São Paulo: Iluminuras.

Dunker (2006). Estruturas clínicas e constituição do sujeito. In: Bernardino (Org.). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição?* (p. 121-139). São Paulo: Editora Escuta.

Dunker, C. (2011). *Transitivismo e Letramento: Constituição do sujeito e estrada no discurso alfabético*. PUC, SP. Disponível em: http://www.pucsp.br/linguagemesubjetividade/PDF/transitivismo_e_letramento_constituicao_do_sujeito_e_entrada_no_discurso_alfabetico.pdf

Dunker, C. (2015a). *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma*. São Paulo: Boitempo.

Dunker, C. (2015b, 1 de agosto). Um novo Mal- Estar, Ressentimento de Classe. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/ressentimento-de-classe/>

Dunker, C. (2016, 7 de dezembro). O Brasil de Cara contra o Muro. *Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-de-cara-contr-o-muro/4/37163>

Dunker, C. (2017). *Reinvenção da Intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu editora.

Faria, M. R. (2010). *Constituição do Sujeito e Estrutura Familiar: o complexo de Édipo, de Freud a Lacan*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária.

Fernandes, L (2010). *O Olhar do Engano: Autismo e Outro Primordial*. São Paulo: Escuta.

Ferro, M. (2009). *O Ressentimento na História*. Rio de Janeiro, RJ: Agir Editora Ltda.

Fragelli, I. e Petri, R. (2004). A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan. In: *Estilos da Clínica*. Vol. 9, 17, 118-127.

Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. In *S. Freud, Obras completas: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, trad., Vol. 12., pp. 51-82). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (2010). Introdução ao Narcisismo. In *S. Freud, Obras completas: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, trad., Vol. 12., pp. 51-82). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (2012). *Luto e Melancolia*. (M. Carone, trad.). São Paulo: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (2013). Observações sobre um caso de neurose obsessiva. In *S. Freud, Obras completas: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("o homem dos ratos")*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 9 pp. 13-82). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)

Freud, S. (2013). *O Mal-estar na Civilização*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

Freud, S. (2015). O Delírio e os Sonhos na *Gradiva* de W. Jensen. In *S. Freud, Obras completas: O Delírio e os Sonhos na Gradiva de W. Jensen, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 8: pp. 14-122). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907)

Freud, S. (2015). O Escritor e a Fantasia. In *S. Freud, Obras completas: O Delírio e os Sonhos na Gradiva de W. Jensen, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 8: pp. 325-338). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (2015). Análise da Fobia de um Garoto de Cinco Anos ("o pequeno Hans"). In *S. Freud, Obras completas: O Delírio e os Sonhos na Gradiva de W. Jensen, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 8: pp. 123-284). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)

Freud, S. (2016). Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In *S. Freud, Obras completas: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 6: pp. 13-173). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)

Freud, S. (2016). Além do princípio do prazer. In *S. Freud, Obras completas: História de uma neurose infantil ("o homem dos lobos"), além do princípio do prazer e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 14: pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)

Freud, S. (2016). Inibição, Sintoma e Angústia. In S. Freud, *Obras completas: Inibição Sintoma e Angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos*, (P. C. de Souza, trad., Vol. 17: pp. 13-124). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)

Fink, B. (1997). A causa real da repetição. In: R. Feldstein; B. Fink & M. Jaanus (org.). *Paralelo o Seminário 11* de Lacan. (p. 239-248). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Gonçalves, T. G., Silva, C. M., Macedo, M. M. K. (2013). O ressentimento: reflexões a partir de um caso clínico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(3), 387-397. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142013000300003>

Groll. In: *Michaelis Dicionário Alemão* (2017). Editora Melhoramentos. Recuperado de: <http://michaelis.uol.com.br/escolar-alemao/>

Hatoum, M. (2000). *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das letras.

Holanda, S. B. (2015). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras. (Trabalho originalmente publicado em 1936).

Jordão, A. (2009). *Narcisismo: do ressentimento à certeza de si*. Curitiba: Juruá Editora.

Jorge (2017). *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, Vol. 2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Kancyper, L. (1994). *Ressentimento e Remorso: Estudo Psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kancyper, L. (2018). Ressentimento Terminável e Interminável: psicanálise e literatura. (trad. E. Rossi). São Paulo: Blucher.

Kaur, R. (2017). *Outros jeitos de usar a boca*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

Kehl, M. R. (2011). *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lacan (1988). *Seminário 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1959-60)

Lacan (1995). *Seminário 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1956-1957)

Lacan (1998). A agressividade em Psicanálise. In: *Escritos*. (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1948)

Lacan (1999). *Seminário 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1957-58)

Lacan (2005). *Seminário 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1962-63)

Lacan, J. (2008). *Complexos Familiares*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1938)

Lacan (2008). *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1964)

Lajonquière, L. (2013). *De Piaget a Freud: para uma clínica do aprender*. Petrópolis: Editora Vozes.

Laurent, E. (1997a). Alienação e separação I. In: R. Feldstein; B. Fink & M. Jaanus (org.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. (p. 31-42). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Laurent, E. (1997b). Alienação e separação II. In: R. Feldstein; B. Fink & M. Jaanus (org.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. (p. 42-51). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lasnik, MC. (2004) *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito* P. C. de Souza, trad. Rohenkol, C. et al. Salvador: Ágalma.

Ledo, I. C. B. (2017). *A psicanálise nas instituições de assistência a usuários de álcool e drogas: a construção de um lugar*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/D.47.2018.tde-22012018-105628. Recuperado em 2019-03-19, de www.teses.usp.br

Leitão, L. (2007). *Ressentimento: As (Im)possibilidades de Elaboração*. Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil.

Lyra, R. e Camargo, C. (2012). Ódio, um sentimento lúcido. In: Vieira, M.A. e Barros R. (org). *Ódio, Segregação, Gozo*. (p. 83-95). Rio de Janeiro: Subversos.

Mãe, V. H. (2017). *Desumanização*. São Paulo, SP: Editora Globo.

Marton, S. (2016). *Nietzsche por Scarlett Marton*. Recuperado 20 de setembro, 2016 em: <https://www.youtube.com/watch?v=5L2K6HKrEyA>.

Medeiros, M. e Mariotto, R. M. (2006). O tempo da constituição do sujeito. In: Bernardino (Org.). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição?*. São Paulo: Editora Escuta.

Melman, C. (2003). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora.

Melman, C. (2008). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Miller (1995). *A Lógica na Direção da Cura*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise do Campo Freudiano.

Moretto, M. L. T. (2001) *O que pode um analista no hospital?* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Moretto, M. L. T. (2016). *É Preciso Ser Feliz – Sofrimento na Cultura do Sucesso*. Trabalho apresentado em Café Filosófico [Instituto cpfl]. Programa exibido em: 10/07/2016.

Recuperado de: <https://www.institutocpfl.org.br/2015/05/27/e-preciso-ser-feliz-o-sofrimento-na-nossa-cultura-do-sucesso-com-maria-livia-moretto-integra/>

Mosé, V. (2009). *Especial Nietzsche*. Recuperado 08 de setembro, 2016, em: <https://www.youtube.com/watch?v=wszgKT2zS-c>,

Oliveira, H. M. e Rank, B. (2017). Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. In: *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*. 20(2), 295/310.

Oliveira, P. (2017, 25 de agosto). Dois minutos de ódio (ou o perigo de ignorar os ressentidos). *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dois-minutos-de-odio-ou-o-perigo-de-ignorar-os-ressentidos/>

Nascimento, M. B. (2010) Alienação, Separação e Travessia da Fantasia. *Opção Lacaniana online nova série*. 1(1). Recuperado, 10 de março de 2018, em: http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_1/Aliena%C3%A7%C3%A3o_separa%C3%A7%C3%A3o_e_a_travessia_da_fantasia.pdf

Nietzsche, F. (2005). *Genealogia da Moral: uma Polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1887)

Nietzsche, F. (2003). *Segunda Consideração Intempestiva: da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumara. (Trabalho original publicado em: 1876)

Nogueira, L.C. (2004). Pesquisa em Psicanálise. In: *Psicologia USP*, 15 (1/2), 86 -106.

Paschoal, A.E. (2008). As formas do ressentimento na filosofia de Nietzsche. In: *Philosophos*. 13, 11-33.

Paschoal, A. E. (2011a). Nietzsche e Dühring: ressentimento, vingança e justiça. In *Revista Dissertatio*. 33, 147-172.

Paschoal, A. E. (2011b) Da polissemia dos conceitos “ressentimento” e “má consciência”. In: *Revista de Filosofia Aurora*, 32(23), 201-221.

Paschoal A. E. (2014). *Nietzsche e o Ressentimento*. São Paulo: Humanitas.

Pinheiro, M.T., Quintella, R, e Verztman, J. S. (2010). Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Psicologia Clínica*, 22(2), 147-168.

Quinet, A. (2012). *Os Outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar

Quinet, A. (2014). *As 4+1 Condições de Análise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Quintella, R. (2016). O desmentido da privação na atualidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 19(1), 115-130.

Reis, M.L. (2016). *Infância e Memória*. Curitiba: Editora CRV.

Resentment. In: *Oxford American Dictionary and Thesaurus*, 2009. EUA: Oxford USA Dictionary.

Ressentimento. In: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (2017). Editora Melhoramentos. Recuperado de: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

Safatle, V. (2013). *Memória, história e sofrimento*. Transcrição do curso ministrado na disciplina Epistemologia das Ciências Humanas, FFLCH-USP. Disponível em: http://filosofia.fflch.usp.br/safatle_docs

Soler, C. (1997a). O sujeito e o Outro I. In: R. Feldstein; B. Fink & M. Jaanus (Orgs) *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. (p. 52-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Soler, C. (1997b). O sujeito e o Outro II. In: R. Feldstein; B. Fink & M. Jaanus (org.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. (p. 58-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Soler, C. (2016). *Lacanian Affects: the function of affect in Lacan's work*. (trad. B. Fink). New York: Routledge.

Vieira, M.A. (2001). *A Ética da Paixão: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: Neto, F., Moreira, J. (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. (p. 11-24) Barbacena, MG: EdUEMG.